

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

180 jul.-set. 2013

ISSN 1413-1536

Entrevista:
James Correia
Investimentos
para impulsionar
a economia baiana

Ponto de vista:
**Luiz Mário
Ribeiro Vieira**
Novo ciclo
de crescimento
econômico

Política monetária brasileira
entre 1995 e 2010, governos
FHC e Lula

Potencialidades e restrições
para inserção do sebo
bovino na produção de
biodiesel na Bahia



Quer saber mais sobre a Bahia? A SEI sabe.

SEI. A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÕES DO ESTADO.

> Índices > Pesquisas > Estudos
> Números > Mapas

Sabe aquele dado sobre geração de empregos que saiu no jornal, aquela notícia sobre o PIB que passou na televisão? São dados da SEI, o órgão oficial de estatística do estado, que produz uma vasta gama de informações econômicas, sociais, demográficas e geoambientais. Sempre que quiser informações precisas sobre a Bahia, conte com a SEI.

www.sei.ba.gov.br

 facebook.com/imprensasei  [@eu_SEI](https://twitter.com/eu_SEI)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

180 jul.-set. 2013

Sumário

5 Carta do editor

Economia em destaque

7 Desempenho da economia baiana no primeiro semestre de 2013 e perspectivas

Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Rafael Cunha, Rosângela Conceição

Entrevista

19 Investimentos para impulsionar a economia baiana

James Correia

Artigos

25 A economia solidária na encruzilhada: eficácia ou eficiência econômica?

Vinicius Gonçalves dos Santos, João Matos Filho, Marília Medeiros de Araújo, Vinicius Rodrigues Vieira Fernandes

33 Inflação brasileira: um diagnóstico sobre o primeiro semestre de 2013

Hugo Clapton Nogueira, Gildásio Santana Júnior

43 A política monetária brasileira nos anos de governo de FHC e Lula entre 1995 e 2010

Euber Oliveira da Silva, Marco Antônio Araújo Longuinhos

55 Potencialidades e restrições para inserção do sebo bovino na produção de biodiesel no estado da Bahia

Luís Oscar Silva Martins, Roberto Antônio Fortuna Carneiro

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

JOSÉ SERGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Barbara Monica Brito Sacramento (estagiária)
Dilciele Nascimento de Sousa (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Christiana Fausto (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

PRODUÇÃO

Daniela Nascimento (Estagiária)

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 1.000

Ponto de vista

66

Novo ciclo
de crescimento
econômico

Luiz Mário Ribeiro Vieira

Investimentos na Bahia

68

O estado da Bahia
deverá atrair
um total de 515
empreendimentos até
2015

Fabiana Karine Santos de
Andrade

72

Livros

74

Conjuntura
Econômica
Baiana

Indicadores conjunturais

87

Indicadores
Econômicos

95

Indicadores Sociais

105

Finanças Públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2013.
n. 180
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



COM O APOIO DO GOVERNO DA BAHIA, A PARCERIA ENTRE O PRODUTOR E A AGROINDÚSTRIA TEM TUDO PARA CRESCER.

A agropecuária baiana está em ascensão. A produção de café, algodão, soja, milho, da fruticultura, da avino-suinocultura e de diversos setores cresce a cada dia. O Estado vem batendo recordes de produtividade e precisa de indústrias para beneficiar os seus produtos. Por isso, o Governo da Bahia elegeu a agroindustrialização como prioridade e estabeleceu uma política para atrair investimentos e apoiar os produtores que querem fazer parcerias entre si ou buscar parcerias com empresas de outros estados e até de outros países. O governo facilita o contato do produtor com o investidor, oferece incentivos e dá apoio às empresas desde a sua implantação. Se você é produtor, investidor ou empresário, entre nesta parceria. Os seus lucros vão ampliar, a agroindústria vai se expandir, os empregos vão aumentar e a economia da Bahia vai crescer.



SECRETARIA DA
AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA

Mais informações: www.seagri.ba.gov.br / agronews@seagri.ba.gov.br

Carta do editor

O primeiro semestre de 2013 foi marcado por uma dinâmica moderada da economia brasileira, enquanto a economia baiana registrou crescimento mais acentuado. Para o segundo trimestre os sinais dos indicadores macroeconômicos apontam que o país deverá retomar o crescimento da economia, ainda que em ritmo suave. Atendendo a prerrogativa, a edição 180 da revista Conjuntura & Planejamento (C&P) traz subjacente a essa discussão as variáveis que contribuíram para a expansão das economias brasileira e baiana.

Nesse aspecto, a equipe de acompanhamento conjuntural apresenta, em suas análises, fatores e variáveis que afetaram o comportamento das economias brasileira e baiana nos primeiros seis meses de 2013. Para esses técnicos, a trajetória ascendente do PIB registrada no segundo trimestre decorre do desempenho dos setores de serviços, agropecuária e indústria, apesar de a indústria nacional se ressentir da desaceleração no consumo das famílias, do cenário externo adverso e do ambiente desfavorável ao investimento. Segundo os analistas, na Bahia, diferente do observado para o cenário nacional, o crescimento registrado foi decorrente do acréscimo verificado no setor industrial e no de serviços, com a agropecuária registrando queda devido ao prolongamento da estiagem no estado.

Entre os colaboradores, a edição 180 da C&P traz, na seção Ponto de Vista, a percepção de Luiz Mário Ribeiro Vieira, mestre em Economia e coordenador de Acompanhamento Conjuntural da SEI, acerca do novo ciclo de crescimento econômico. Em sua análise, Vieira faz uma reflexão sobre as forças que alavancaram o processo de crescimento econômico brasileiro nos últimos dez anos. Na seção Entrevista, tem-se a contribuição de James Correia, secretário da Indústria, Comércio e Mineração. Na sua explanação, ele analisa os investimentos impulsionadores da indústria baiana, assim como os desafios a serem enfrentados para alavancar o crescimento econômico da Bahia.

Na seção Artigos, o trabalho de Euber Oliveira da Silva e Marco Antônio Araújo Longuinhas, intitulado *A política monetária brasileira nos anos de governo de FHC e Lula entre 1995 e 2010*, busca avaliar o papel da política monetária no controle inflacionário. Em outro artigo, *Potencialidades e restrições para inserção do sebo bovino na produção de biodiesel no estado da Bahia*, os autores Luís Oscar Silva Martins e Roberto Antônio Fortuna Carneiro discutem o aumento da demanda por fontes de energia renováveis, como o biodiesel.

Assim, a edição 180 da C&P traz discussões de caráter conjuntural e perspectivas para as economias brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, sem pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, esboça, através da sua publicação, um panorama do ano 2013, bem como convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis econômicas que determinarão o desempenho das economias brasileira e baiana a curto e longo prazo.



Desempenho da economia baiana no primeiro semestre de 2013 e perspectivas¹

Carla do Nascimento*

Elissandra Britto**

Rafael Cunha***

Rosangela Conceição****

No cenário econômico mundial, permanecem as perspectivas de baixo crescimento nas importantes economias maduras, notadamente na Zona do Euro. Altas taxas de desemprego e incertezas políticas na Europa se traduzem em recuo dos investimentos e baixo crescimento. O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 2013. De acordo com essa instituição, a economia global irá crescer 3,1%, ou seja, apresentará recuo de 0,2% em relação às projeções publicadas em abril.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela UFBA e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rafaelcunha@sei.ba.gov.br

**** Mestre em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB), economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

¹ Os autores agradecem os comentários do analista técnico Jorge Tadeu Dantas Caffé.

Nos EUA, apesar de cortes nos gastos públicos, a economia americana cresceu 2,5% no segundo trimestre, em termos anualizados. Os indicadores econômicos mais recentes mostram que a atividade econômica segue beneficiando-se da recuperação nos mercados imobiliários e de trabalho; há um panorama mais positivo do comércio internacional, com maior incremento das exportações, além do notável crescimento da demanda interna, que aumentou a um ritmo anual de 1,9%. A economia da Zona do Euro saiu da recessão no segundo trimestre de 2013, com uma expansão mais forte que a esperada, quando cresceu 0,3% em comparação com o primeiro trimestre, impulsionada, sobretudo, pela Alemanha. Quanto ao Japão, o PIB anualizado do segundo trimestre foi de 3,8%. A economia japonesa deve continuar sua trajetória de recuperação, justamente pela esperada retomada dos investimentos produtivos. A China apresenta sinais de desaceleração da atividade em razão do recuo dos indicadores de investimento. No segundo trimestre, a economia chinesa cresceu 7,5%, com os indicadores da produção industrial sugerindo ritmo moderado de atividade.

A economia brasileira teve um desempenho satisfatório. Segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais (2013) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB registrou trajetória ascendente no segundo trimestre de 2013, com taxa positiva de variação de 1,5% (com ajuste sazonal) em relação ao trimestre anterior, ficando acima da expectativa do mercado (0,8% a 1%) e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central, que contabilizou expansão de 0,89%. Na comparação com o segundo trimestre de 2012, o aumento verificado foi de 3,3%. No acumulado do primeiro semestre, o PIB cresceu 2,6% em relação ao mesmo período anterior.

Ainda segundo os dados das Contas Nacionais Trimestrais (2013), do lado da oferta, o resultado do primeiro semestre de 2013 reflete o desempenho dos setores *Serviços* (2,1%), *Agropecuária* (14,7%) e *Indústria* (0,8%). À exceção da *Indústria Extrativa Mineral*, que recuou 5,7%, as demais atividades industriais registraram crescimento: *Construção Civil* (1,4%); *Serviços Industriais de Utilidade Pública* (*Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana*) (2,3%) e *Indústria de Transformação* (2,0%). A desaceleração no consumo das famílias, o cenário externo adverso e um ambiente desfavorável

Segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais (2013) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB registrou trajetória ascendente no segundo trimestre de 2013

ao investimento influenciaram o desempenho do setor industrial brasileiro no período.

Sob a ótica da demanda, o desempenho do semestre mostra que o consumo das famílias cresceu 2,2%. O consumo do governo aumentou 1,3% em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou crescimento significativo, com taxa de 6,0%, ante o decréscimo de 2,9% no primeiro semestre de 2012.

Na Bahia, o PIB cresceu 4,0% no primeiro semestre de 2013. Este resultado ponderado, diferente do observado para o país, foi devido ao acréscimo de 3,2% na Indústria e de 0,9% em *Serviços*, e à queda de 4,3% na *Agropecuária* (ECONOMIA..., 2013). Com resultado superior ao divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou acréscimo de 6,1% no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior. Para o Nordeste, o acréscimo do índice regional foi de 4,2% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

A dinâmica do crescimento da economia baiana no primeiro semestre foi sustentada pelo ritmo de crescimento da *Indústria de transformação*, ancorada, principalmente, na produção de derivados de petróleo e na ampliação do setor de *Metalurgia* do cobre.

Tendo por base o breve panorama da conjuntura externa e nacional, o presente artigo analisa os principais resultados

setoriais das economias brasileira e baiana no primeiro semestre de 2013, na forma como são expostos nas seções que se seguem.

SAFRA DE INVERNO NA BAHIA TEM BONS RESULTADOS E MINIMIZA QUEDA NA PRODUÇÃO DE GRÃOS

Na Bahia, a safra de grãos de 2013 apresenta queda de produção de 3,6% quando comparada à safra do ano passado, o que corresponde a 6,2 milhões de toneladas, ante as 6,4 milhões de toneladas de 2012, segundo estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2013) do IBGE, apresentadas na Tabela 1. A segunda safra de milho e a terceira de feijão apresentam dados muito otimistas, amenizando a queda da produção dos grãos em três pontos percentuais desde a última expectativa de safra.

Outro destaque positivo ficou a cargo da produção de café, que apresentou crescimento de 11,2%, alcançando 159 mil toneladas, conforme dados do IBGE, mostrados na Tabela 1. O rendimento da cultura também foi destaque devido ao bom clima no período de desenvolvimento da planta. O ponto negativo ficou a cargo da safra de verão, cujos dados de produção da primeira safra de soja e milho se mostraram declinantes, em razão da continuidade da seca e da incidência da praga da lagarta.

Referente à produção de algodão no estado, que encerrou sua colheita no mês de agosto, é esperada uma queda de 16,6%. Assim, já são dois anos consecutivos de queda e perda da cotonicultura baiana, assentada num patamar de produção de 1,5 milhão de toneladas em 2011. Não obstante apresentar rendimento 6,4% maior que a safra passada, a redução de área plantada contribuiu para a queda de produção do algodão, que sofreu com os preços baixos, o mercado desaquecido e a competição com os plantios de soja e milho, então mais competitivos.

O feijão apresenta uma expectativa de 294 mil toneladas, chegando a 175,8% de crescimento perante 2012, ano em que apresentou quebra forte na produção, atribuída ao período de seca prolongada. A primeira safra proporcionou resultado positivo com crescimento de 103%, chegando a 79 mil toneladas. Foi a única safra de verão que se apresentou positiva na Bahia, excetuando-se a do cacau, que não é considerado grão. A segunda safra de feijão – que é considerada a terceira no calendário nacional (a Bahia só planta a primeira e a terceira safra) – ocorreu sem nenhum percalço e apresenta expectativa de grande expansão, chegando a 215 mil toneladas. As chuvas de abril animaram os produtores que apostaram na safra de inverno e estão colhendo os frutos da persistência. O bom preço do produto e as atuais condições de demanda do mercado promovem um bônus de remuneração ao produtor e podem influenciar os preparos do feijão, primeira safra, para 2014.

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (1)	2013 (2)	Var. (%)	2012 (3)	2013 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.202	1.328	-39,7	387	201	-47,9	222	130	-41,4	9.920	10.213	2,9
Cana-de-açúcar	6.894	6.667	-3,3	121	116	-4,3	118	106	-10,2	58.471	62.969	7,7
Cacau	159	158	-1,0	540	532	-1,6	532	525	-1,4	300	301	0,4
Café	143	159	11,2	171	152	-10,8	160	142	-10,8	897	1.118	24,7
Grãos	6.490	6.254	-3,6	2.545	2.807	10,3	2.174	2.607	19,9	2.986	2.399	-19,7
Algodão	1.256	1.047	-16,6	433	311	-28,0	396	310	-21,6	3.171	3.373	6,4
Feijão	107	294	175,8	319	500	56,5	207	443	114,2	516	664	4,3
Milho	1.883	2.102	11,6	592	691	16,7	404	557	37,9	4.661	3.772	-20,1
Soja	3.213	2.779	-13,5	1.113	1.215	9,2	1.113	1.215	9,2	2.888	2.288	-20,8
Sorgo	32	31	-2,7	88	90	1,7	54	82	51,0	591	381	-35,5
Total	-	-	-	3.764	3.808	1,2	3.205	3.510	9,5	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) LSPA/IBGE previsão de safra 2012.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2013 (Jul/13).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Tabela 2
Estimativa de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimentos dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2012	2013 (1)	Var. (%)	2012	2013 (1)	Var. (%)	2012	2013 (1)	Var. (%)
Grãos	6.774	5.950	-12,2	2.655	2.772	4,4	12.824	12.273	-4,3
Algodão	1.240	908	-26,8	418	271	-35,0	2.970	3.345	12,6
Feijão total	118	162	37,4	427	432	1,1	545	770	41,3
Feijão 1ª safra	71	48	-31,9	240	229	-4,4	295	210	-28,8
Feijão 3ª safra	47	113	142,3	187	203	8,1	250	560	124,0
Milho	2.174	2.156	-0,8	605	699	15,6	5.807	5.687	-2,1
Milho 1ª safra	1.954	1.656	-15,2	429	458	6,8	4.557	3.616	-20,6
Milho 2ª safra	220	500	126,9	176	241	37,0	1.250	2.071	65,7
Soja	3.183	2.692	-15,4	1.113	1.282	15,2	2.860	2.100	-26,6
Sorgo	59	32	-45,3	92	87	-5,3	642	371	-42,2
Total	-	-	-	2.655	2.772	4,4	-	-	-

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 2013.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Décimo levantamento da safra de grãos (julho 2013).

Para o milho, o cenário é parecido com o do feijão, apesar de ter obtido na primeira safra 12,7% de variação negativa. Porém, a produção da segunda safra de milho apresentou expansão de mais de 300%, chegando a 575 mil toneladas e totalizando 2,1 milhões de toneladas, ou seja, 11,6% de incremento. É importante notar que tanto a cultura do milho quanto a do feijão apresentaram forte expansão em razão não somente da base depreciada do ano passado, como também pela recuperação da safra de inverno, a qual indica o fim do período de perdas no cenário de seca que até então vigorava na agricultura baiana.

Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2013)², apresentados na Tabela 2, também confirmam o bom momento da safra de inverno e a redução da queda de grãos em relação às previsões anteriores, revelados pelos dados do IBGE.

Os dados da produção de soja, ilustrados na Tabela 1, apontam queda de 13,5%, com 2,8 milhões de toneladas, motivada pela adversidade climática no desenvolvimento da cultura e da ocorrência de praga da lagarta do milho. Apesar do aumento em 9,2% da área plantada, o rendimento foi afetado pelos problemas anteriormente citados e registrou redução de 20,8%.

A produção de mandioca poderá cair mais de 39% no estado. Os desdobramentos da seca nas áreas produtoras fizeram os produtores reduzirem a área plantada com receio de grandes perdas.

O café, como citado anteriormente, apresentou dados de expansão na produção em 11,2%, indicando boa recuperação em relação à safra 2012. O viés negativo ficou por conta do mercado, cujos preços baixos (inclusive abaixo do preço mínimo) diminuíram os ganhos do produtor. Há de se frisar que o governo já apontou políticas de estímulo de preços, sinalizando que pode comprar parte da produção, o que repercutiu positivamente, pois houve leve aumento dos preços nos últimos dias.

O cacau está recuperando-se aos poucos da grande queda de produção ocorrida nos anos 90. A safra de 2012 causou bastante otimismo com o fechamento – acompanhado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) – alcançando 178 mil toneladas, o que significou 35% de aumento. Vale lembrar que os dados da safra principal de cacau são computados pelo IBGE para o ano de 2012. A safra de 2013 só começou a ser registrada pelo órgão no mês de maio. Já a expectativa para 2013, pelo IBGE, é menos otimista, inclusive apontando queda de 1%, com produção de 158 mil toneladas. Uma pequena redução na área pode ser a responsável por essa expectativa, que é reforçada por notícias de uma menor safra temporã em relação ao ano passado.

² Os dados da Conab seguem metodologia diversa da adotada pelo IBGE, uma vez que são considerados em relação ao ano safra, que vai de outubro de 2012 a setembro de 2013. O IBGE considera o ano civil.

Dados sobre a cana-de-açúcar apontam para uma retração da produção de 3,3%, chegando a 6,7 milhões de toneladas. Esta expectativa de queda se justifica pela redução na área plantada e pela base altista da safra recorde do ano passado. O mercado para as usinas está num período-chave, em que se necessita de melhores práticas para a redução de custos de produção.

DINAMISMO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL E QUEDA NAS EXPORTAÇÕES

A produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) na Bahia, no primeiro semestre de 2013, apresentou acréscimo de 5,9% quando comparada com o mesmo período de 2012. No primeiro semestre do ano em curso, o país e o Nordeste apresentaram taxas de 1,9% e 2,0%, respectivamente, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2013) do IBGE. Considerando-se o segundo trimestre de 2013, a produção industrial baiana cresceu 9,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado superior ao obtido no primeiro trimestre (2,2%).

A análise setorial evidencia que o desempenho da produção industrial baiana no primeiro semestre foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos apresentados pelos segmentos *Refino de petróleo e produção de álcool* (17,1%), *Metalurgia* (22,3%), *Celulose e papel* (4,8%), *Veículos* (27,6%), *Borracha e plástico* (10,9%) e *Produtos químicos* (2,3%). Em sentido contrário,

destacaram-se *Alimentos e bebidas* (-8,1%) e *Minerais não metálicos* (-4,1%).

Entre os fatores que contribuíram para o avanço do crescimento industrial no estado – superior ao observado no país e na Região Nordeste – se destacaram o aumento da produção de derivados de petróleo, ocorrido desde o último trimestre de 2012, e os ganhos de escala da indústria metalúrgica decorrentes dos avanços da nova tecnologia na eletrólise.

Quanto aos derivados de petróleo da refinaria baiana, observou-se no primeiro semestre expansão de 15,9%, com aumento de 28,2% em óleo combustível; 17,7% em óleo diesel; 11,8% em *gasolina* e 11,1% em *nafta*. Esta performance reflete o aumento na demanda por derivados de petróleo, o que pode ser confirmado através da venda de combustíveis, que, no estado, registrou acréscimo de 15,2% no primeiro semestre, segundo dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) (2013).

A produção de *Metalurgia básica*, que cresceu 100,2% em julho (Gráfico 1), respondeu, principalmente, ao aumento na fabricação de produtos de cobre e de aço ao carbono. O setor do cobre iniciou julho com aumento nos níveis de produtividade a partir da modernização da eletrólise, que deverá atingir 280 mil toneladas em setembro.

Mesmo com o significativo desempenho na produção física, o nível de emprego da indústria baiana no primeiro semestre de 2013 manteve decréscimo de

A produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) na Bahia, no primeiro semestre de 2013, apresentou acréscimo de 5,9% quando comparada com o mesmo período de 2012

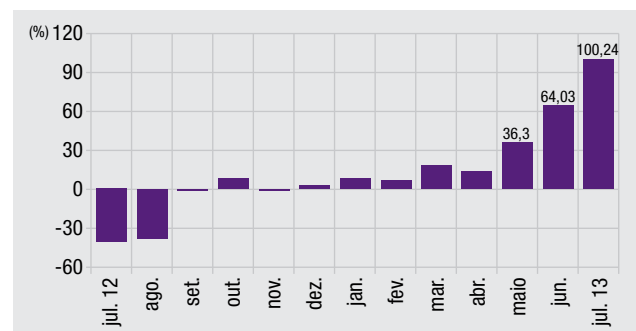


Gráfico 1
Variação mensal da indústria metalúrgica
Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: IBGE-PIM.
Elaboração: SEI/CAC.

4,9%, comparando-se com o mesmo período de 2012, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (2013) do IBGE. Ainda com base nessa pesquisa, vale ressaltar o indicador horas trabalhadas, que responde mais rapidamente às oscilações da produção industrial, pois não incorre em aumento de custos para o setor, que registrou queda, com taxa de 5,3%, no primeiro semestre de 2013. Nacionalmente, o nível de emprego e o número de horas pagas registraram, no primeiro semestre de 2013, redução de 0,7% e 0,9%, respectivamente.

Dentre os segmentos que influenciaram negativamente o resultado do indicador de horas pagas no estado no primeiro semestre de 2013 destacaram-se *Calçados e couro* (-17,7%), *Máquinas e equipamentos* (-18,9%) e *Minerais não metálicos* (-14,5%). Em contrapartida, os principais segmentos que impactaram positivamente esse indicador foram *Meios de transporte* (12,7%), *Produtos químicos* (6,7%) e *Produtos de metal* (3,9%).

No *front* externo, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 1,315 bilhão, no período de janeiro a julho de 2013, ante o superávit de US\$ 1,710 bilhão no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2013). No país, foi observado um déficit de US\$ 4,988 bilhões no período de janeiro a julho, resultado da queda de 2,2% nas exportações e do acréscimo de 9,3% nas importações.

No *front* externo, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 1,315 bilhão, no período de janeiro a julho de 2013, ante o superávit de US\$ 1,710 bilhão no ano anterior

Na comparação com 2012, a venda de produtos básicos na Bahia caiu 16,3%, no período janeiro a julho de 2013; os manufaturados reduziram-se em 0,8% e os semimanufaturados exibiram acréscimo de 6,6%

As exportações baianas, no período janeiro a julho de 2013, alcançaram US\$ 6,047 bilhões, com decréscimo de 2,8% comparado ao mesmo período de 2012. O recuo das exportações proveio, especialmente, da queda nas vendas nos segmentos *Petróleo e derivados* (-40,4%), *Soja e derivados* (-3,2%), *Algodão e subprodutos* (-55,6%), *Metais preciosos* (-17,8%) e *Borracha* (-21,6%). Em sentido contrário, com taxas positivas, destacaram-se *Químicos e petroquímicos* (4,2%), *Automotivo* (61,9%) e *Metalúrgicos* (42,4%).

Na comparação com 2012, a venda de produtos básicos na Bahia caiu 16,3%, no período janeiro a julho de 2013; os manufaturados reduziram-se em 0,8% e os semimanufaturados exibiram acréscimo de 6,6%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 78,0% do total exportado pela Bahia no período.

Por mercados de destino, destacaram-se as vendas para a União Europeia (29,4%), com variação de 9,2%. A Ásia (24,4%) ocupou a segunda posição, com acréscimo de 9,1%, superando as vendas para o Nafta (16,8%), que registraram recuo no período de 2,4%. O Mercosul (13,5%) ocupou a quarta posição, com variação de 9,1%.

As importações registraram acréscimo de 4,9%, com valores de US\$ 4,732 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) aumentou 0,5% no período considerado.

Em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 45,2% da pauta total, e as de *Bens de capital*, 19,6%, demonstrando que a pauta baiana de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de *Bens de consumo* representaram 14,4%, e as de *Combustíveis e lubrificantes*, 20,9%. Em termos de variação, no período de janeiro a julho, a categoria *Bens de intermediários* apresentou crescimento de 5,6%, *Combustíveis e lubrificantes* recuou 10,7%, *Bens de capital* cresceu 40,4% e *Bens de Consumo* reduziu 5,6%, com *Bens de consumo duráveis* caindo 8,9% e *Bens de consumo não duráveis* aumentando 18,8%.

VAREJO MANTÉM CRESCIMENTO NAS VENDAS

O comércio varejista mostrou ritmo de crescimento moderado nas vendas nos primeiros seis meses de 2013, efeito da conjuntura evidenciada em 2012, em que o crescimento da demanda suplantou a evolução da economia. A análise do Indicador do Volume de Vendas no Brasil e nas unidades da Federação revela que a Bahia registrou a segunda menor taxa para o varejo (0,6%), no acumulado do ano de 2013, superando apenas a de Minas Gerais, que registrou taxa negativa de 0,1% (Gráfico 2).

A desaceleração dos negócios do varejo baiano foi sentida intensamente a partir de fevereiro e março, meses nos quais a taxa de crescimento do volume de vendas foi

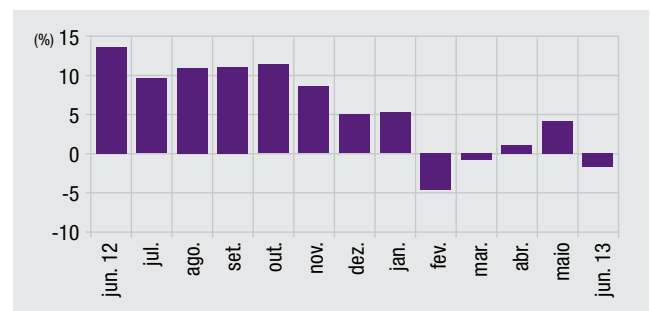


Gráfico 3
Volume de vendas do comércio varejista (1)
Bahia – jun. 2012-jun. 2013

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

negativa, conforme ilustrado no Gráfico 3. Em junho, o volume de vendas no comércio varejista baiano apresentou queda de 1,8%, em relação a igual mês do ano passado, após registrar crescimento nos dois meses anteriores.

A despeito das medidas econômicas adotadas pelo governo para dinamizar o comércio varejista, como a desoneração da folha de pagamentos, o setor ainda não recuperou o dinamismo verificado no ano anterior. O volume de vendas verificado nos primeiros seis meses de 2013 foi marcado por uma desconfiança do consumidor em relação ao comportamento da economia, agravada pela pressão inflacionária nos primeiros meses deste ano. De acordo com a Sondagem de Expectativas do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) variou negativamente em 0,4%, entre maio e junho de 2013, na série com ajuste sazonal.

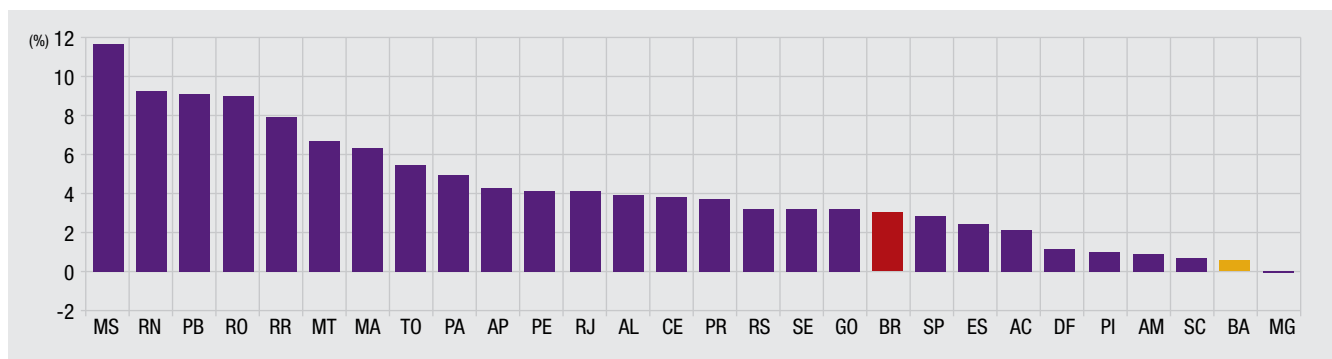
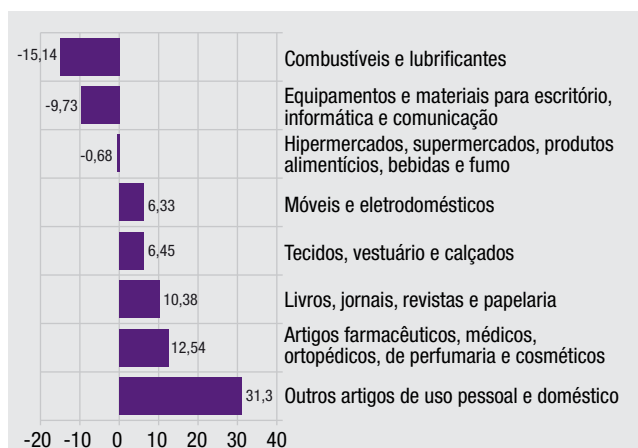


Gráfico 2
Volume de vendas do comércio varejista (1) – Brasil e unidades da Federação – jan.-jun. 2013

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 4**

Volume de vendas do comércio varejista (1), por setor de atividade – Bahia – jan-jun. 2013

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração SEI/CAC.

(1) Variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Ainda assim, as principais contribuições positivas para o acumulado do ano ficaram por conta dos segmentos *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (31,3%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,5%). O desempenho desses segmentos pode ser atribuído à medida de isenção fiscal e desoneração da folha de pagamentos lançada pelo governo. *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, com taxa negativa de 0,7%, teve seu desempenho comprometido pela elevação dos preços de alimentos e bebidas, que atingiu alta de 5,98%, no primeiro semestre, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (2013) divulgado pela SEI.

O segmento *Combustíveis e lubrificantes* continua a apresentar na Bahia comportamentos díspares em relação ao cenário nacional. Pelo nono mês consecutivo, o segmento registrou queda no seu volume de vendas. Em junho, esse segmento, que já acumulou no semestre queda 15,1%, foi o principal responsável pela retração do setor varejista. Segundo avaliação do Sindicombustíveis, o aumento da carga tributária sobre o diesel provocou essa queda.

Apesar do inexpressivo comportamento do comércio varejista no primeiro semestre de 2013, os analistas de mercado avaliam que o setor deverá apresentar uma melhora nas vendas. A perspectiva de queda da inflação e de melhoria do crédito ao consumidor deverá

impulsionar as atividades nos próximos meses, na medida em que possibilitem que o consumidor melhore o seu poder aquisitivo.

DESEMPENHO MODERADO DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho brasileiro e baiano no primeiro semestre de 2013 apresentou desempenho moderado, conforme revelam os indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério de Trabalho e do Emprego (MTE).

A taxa de desemprego no total das regiões metropolitanas pesquisadas apresentou tendência de expansão no primeiro semestre de 2013, ao registrar taxa de 10,8%, superior à taxa de 10,4% observada no primeiro semestre de 2012. Confirmando essa trajetória de aumento, o indicador saiu de 9,8%, em dezembro de 2012, para 10,9% em junho de 2013.

Comportamento semelhante pode ser observado na taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Entre a População Economicamente Ativa (PEA), esta taxa passou de 16,6% para 19,1%, entre dezembro de 2012 e junho de 2013, com expansão de 3,5 p. p. no

A taxa de desemprego no total das regiões metropolitanas pesquisadas apresentou tendência de expansão no primeiro semestre de 2013, ao registrar taxa de 10,8%, superior à taxa de 10,4% observada no primeiro semestre de 2012

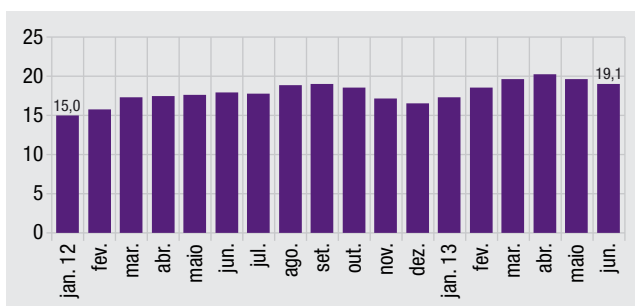


Gráfico 5
Taxa de Desemprego (%)
RMS – jan. 2012-jun. 2013

Fonte: Dieese–PED.
Elaboração SEI/CAC.

período. O aumento do desemprego também pode ser observado na série livre de influências sazonais, uma vez que saiu de 18,2%, em dezembro de 2012, para 18,6% em junho de 2013 (Gráfico 5).

Os avanços consecutivos na taxa de desemprego total nos quatro primeiros meses de 2013, na RMS, foram decorrentes da desaceleração da População Economicamente Ativa (PEA). Contudo, entre maio e junho, o indicador apresentou arrefecimentos de 0,5 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente. Apesar da retração do indicador nestes dois últimos meses, a taxa média de desemprego (19,1%) no primeiro semestre de 2013 ainda é superior àquela apresentada no mesmo período do ano passado (16,9%), indicando desaquecimento da atividade econômica baiana no período em destaque.

Na comparação do mês de junho de 2013 com dezembro de 2012, o nível de ocupação apresentou declínio de 5,2%, comportamento observado em todos os setores de atividade analisados pela pesquisa, destacando-se o setor de *Comércio* (-7,5%) reflexo do baixo dinamismo do comércio varejista baiano. Em relação à posição na ocupação, o resultado foi influenciado pelo recuo de 6,4% nos assalariados devido aos arrefecimentos apontados tanto no setor privado (-4,6%) como no setor público (-17,0%). No setor privado foram observados recuos nas ocupações com carteira assinada (-3,6%) e sem carteira assinada (-10,3%). Vale salientar que o nível de ocupação foi positivo para os autônomos e para os empregados domésticos.

O rendimento médio real na RMS cresceu tanto para os ocupados (3,7%) como para os assalariados (3,6%), na

No total das regiões metropolitanas pesquisadas, o rendimento médio apresentou expansão tanto para os ocupados (1,3%) como para os assalariados (0,4%) no primeiro semestre de 2013, em relação ao mesmo período de 2012

comparação do primeiro semestre de 2013 com o mesmo período de 2012. Seguindo a mesma tendência, a massa de rendimentos reais expandiu para os ocupados e os assalariados, com variações de 2,7% e 3,4%, respectivamente, no período considerado. No total das regiões metropolitanas pesquisadas, o rendimento médio apresentou expansão tanto para os ocupados (1,3%) como para os assalariados (0,4%) no primeiro semestre de 2013, em relação ao mesmo período de 2012. Com comportamento semelhante, a massa salarial dos ocupados e dos assalariados cresceu 1,8% e 1,1%, respectivamente, no mesmo período.

Quanto ao emprego formal, a Bahia contabilizou, no período de janeiro a junho de 2013, 26.640 de postos de trabalho com carteira assinada; o Nordeste, saldo negativo de 26.570, e o Brasil, 826.168, com ajuste³, de acordo com os dados do Caged, divulgados pelo MTE (BRASIL, 2013), correspondendo à variação percentual do estoque de emprego de 1,53%, situado abaixo da média nacional (2,09%) e acima da média nordestina (-0,42%). O saldo líquido apresentado neste período é inferior aos 30.334 postos de trabalho registrados no mesmo período de 2012.

Setorialmente, *Serviços*, com 10.751 vagas, respondeu pelo maior saldo, correspondendo à variação de 1,5%. A *Construção civil* criou 8.994 novos empregos e a

3 A série ajustada incorpora as informações declaradas fora do prazo.

Agropecuária agregou 5.206 novos postos de trabalho, correspondendo à variação de 4,9% e 5,1%, respectivamente. O setor *Indústria de transformação* também registrou expansão (1,1%) com 2.647 postos de trabalho. Outro setor que apresentou saldo positivo, porém menos expressivo (3,0%), foi o de *Serviços industriais de utilidade pública (SIUP)*, com 407 postos de trabalho gerados no primeiro semestre de 2013. Por sua vez, o setor do *Comércio* foi o único a apurar saldo negativo de 1.839 postos de trabalho, configurando queda de 0,4% (Gráfico 6).

Levando-se em consideração os indicadores disponíveis, a perspectiva é de acomodação no nível de emprego para o próximo semestre, devido ao saldo do emprego formal se encontrar abaixo daquele contabilizado em 2012, fato este que impulsionou o aumento da taxa de desemprego quando observado o mesmo período de 2012. Mais especificamente para a RMS, mesmo com o aumento da ocupação, observa-se a tendência crescente da taxa de desemprego em ritmo mais intenso do que no total das regiões metropolitanas. Não obstante, a perspectiva é de ampliação no rendimento médio real efetivamente recebido pela população brasileira e baiana, ritmo este que será mantido caso a inflação oscile no centro da meta estabelecida pelo Banco Central.

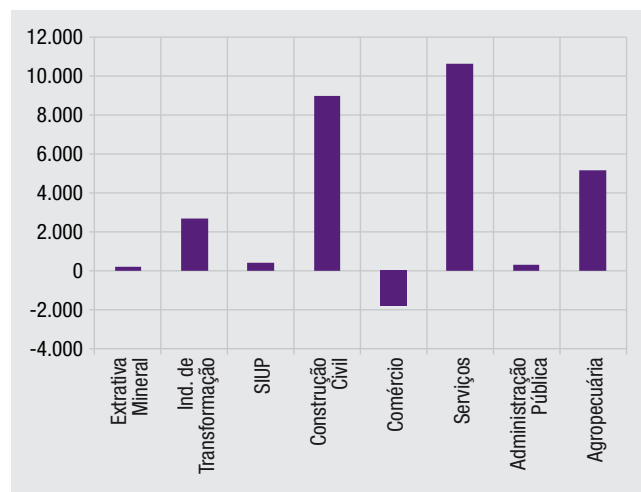


Gráfico 6
Saldo do emprego formal, segundo setores de atividade
Bahia – jan.-jun. 2013

Fonte: MTE-Caged.
Elaboração SEI/CAC.

Nota: saldo acumulado no ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos destacados nas seções acima indicam que a demanda doméstica nacional tende a se apresentar relativamente robusta, especialmente o consumo das famílias, em grande parte devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito. No entanto, o cenário macroeconômico continua desafiador. A recente onda de manifestações por todo o país gerou impactos negativos nas vendas do comércio e na produtividade do setor industrial, com a possibilidade de provável aumento dos estoques.

Contudo, a atividade econômica no estado da Bahia manteve-se ascendente, principalmente motivada pelo bom desempenho da *Indústria de transformação*, vez que o *Comércio varejista* apresentou comportamento moderado e a *Agropecuária* experimentou perda na safra neste ano.

Em conclusão, observa-se dinamismo na indústria baiana e retomada dos investimentos, principalmente, públicos em obras de mobilidade urbana, que estimularam o setor da *Construção civil*. Esse movimento repercutiu no aumento dos empregos formais do setor, ainda que num ritmo mais lento do que o esperado. Essa conjunção de fatores deve contribuir para a economia baiana continuar com tendência positiva. É importante ressaltar que haverá leve desaceleração na segunda metade do ano, atribuída às paradas programadas do setor químico da indústria, fato que não inviabilizará o alcance da taxa de crescimento do PIB acima das expectativas, não obstante o risco de moderação do consumo privado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos*. Disponível em: < <http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 15 set. 2013.

BAHIA gera 26.640 empregos formais no primeiro semestre de 2013. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, jun. 2013. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_jun13.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: BACEN, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2013.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, jul. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_jul_2013.pdf>. Acesso em: 5 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, jul. 2013a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília: MTE, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Décimo levantamento da safra brasileira de grãos 2012/2013*. Brasília: CONAB, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 2º trimestre de 2013: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2013. 38 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201302caderno.pdf>. Acesso em: 5 set. 2013.

ECONOMIA baiana cresce 4,0% no segundo trimestre e acumula expansão de 3,3% no primeiro semestre do ano. *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 4, n. 2, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2013_1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2013.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Diminui taxa de desemprego na RMS. Salvador: SEI, jun. 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_jun13.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2013.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SONDAGEM DE EXPECTATIVAS DO CONSUMIDOR. Índice de Confiança do Consumidor. Rio de Janeiro: FGV, jun. de 2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?luChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

VERÍSSIMO, Renata. *Resultado do varejo confirma recuperação do consumo*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/resultado-do-varejo-confirma-recuperao-do-consumo>>. Acesso em: 16 set. 2013.



Investimentos para impulsionar a economia baiana

James Correia
Secretário da Indústria,
Comércio e Mineração

O secretário da Indústria, Comércio e Mineração, James Silva Santos Correia, é engenheiro eletricista. Foi gerente de operações da Região Metropolitana de Salvador na Coelba por 10 anos e autor do Plano de Racionamento alternativo à crise energética de 2001. Tornou-se secretário em 2009, e antes disso atuou como consultor na área de gás e petróleo para diversas empresas do setor. Na entrevista concedida à C&P, Correia fala sobre investimentos no setor industrial, Polo, o programa Exporta Bahia, mineração e outros assuntos.

C&P – Qual o montante de investimento previsto para a Bahia nos próximos anos, incluindo protocolos de intenção já assinados ou em vias de serem assinados, e como isso pode reestruturar o perfil da economia da Bahia?

James Correia – Temos, de 2007 a 2013, um volume de investimentos privados, implantados ou em fase de implantação, da ordem de R\$ 49,7 bilhões. São empreendimentos absolutamente concretos, em fase de montagem, que irão gerar, quando todos tiverem em escala de produção, quase 115 mil empregos diretos. Em relação à intenção de investimentos, ou seja, aqueles que estão em fase de negociação ou no estágio protocolar e ainda não decolaram do papel, temos uma estimativa de mais R\$ 40 bilhões. Vivemos, com certeza, um novo ciclo de crescimento virtuoso da economia baiana, que se mantém como a maior economia da Região Nordeste, com alta de 3,3% no Produto Interno Bruto (PIB), registrado no primeiro semestre de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior.

De 2007 a 2013, um volume de investimentos privados, implantados ou em fase de implantação, da ordem de R\$ 49,7 bilhões. São empreendimentos absolutamente concretos, em fase de montagem, que irão gerar, quando todos tiverem em escala de produção, quase 115 mil empregos diretos

C&P – Entre os novos investimentos anunciados para a Bahia, nas áreas da geração de energia eólica, no estaleiro de Maragogipe, no setor automobilístico, como é o caso da JAC Motors e da fábrica de motores da Ford, no complexo de ácido acrílico da Basf e na fábrica de O Boticário, entre outros, quais o senhor considera que têm capacidade de dar novo impulso à indústria baiana?

JC – Na verdade, todos esses investimentos vão impulsionar sobremaneira a economia baiana, uma vez que são empreendimentos de grande porte. Eles irão estabelecer uma cadeia produtiva importante, com a geração de renda e a criação de mais empregos. São investimentos que vão diversificar ainda mais a matriz industrial baiana, adensar a cadeia produtiva, trazer grande crescimento econômico e melhorar o nosso desenvolvimento social.

C&P – Que novos setores na área industrial o senhor acha importantes para a Bahia buscar investimentos?

JC – Em 2007, não tínhamos nenhum projeto de energia eólica, embora tenhamos os melhores ventos do Brasil. Hoje são 87 projetos de usina eólica e os grandes players do setor instalados na Bahia, a exemplo da Alstom, Gamesa, Torrebras, Tecsis e Acciona. Temos uma tradição de indústria naval, por isso fomos lutar pelo estaleiro do Paraguaçu, um grande investimento que vai fornecer navios-sonda para o campo do pré-sal de Libra e, sobretudo, gerar empregos para o Recôncavo. Temos também uma das mais competitivas e

mais modernas fábricas de automóveis do mundo, que é a Ford. E, com ela, ganhamos potencial para atrair outras montadoras e, principalmente, fabricantes de autopeças, pneus, acessórios. Temos uma grande indústria petroquímica, que estava com os investimentos estagnados e o governador Jaques Wagner renegociou os créditos de ICMS em troca de novos investimentos. O Polo Industrial de Camaçari será um novo complexo, com o investimento de R\$ 1,2 bilhão da Basf na sua planta de ácido acrílico, que já trouxe a Kimberly-Clark e agora atrai a alemã Styrolution. Em mineração, temos uma carteira de investimentos de R\$ 21 bilhões, que vai se ampliar ainda mais quando tivermos concluído as obras do Porto Sul e da Ferrovia Oeste-Leste. O grupo O Boticário está instalando na Bahia uma fábrica maior do que a da matriz do Paraná. E, na área de bebidas, Alagoinhas vive o grande boom da indústria de cervejas e refrigerantes, porque tem a segunda melhor água do mundo, do aquífero de Passé. É lá que o Grupo Petrópolis está investindo R\$ 1,1 bilhão para produzir a cerveja Itaipava.

C&P – Falou-se, durante algum tempo, que o Polo Industrial de Camaçari estaria sem perspectivas, mas, ao fazer 35 anos, o que se verifica são novas empresas fazendo investimentos. Como o senhor vê o atual momento do polo?

JC – O Polo Industrial de Camaçari passa por um importante momento de transformação. Alguns fatores fazem com que o local atraia novos e diversificados investimentos. O polo já tem uma infraestrutura organizada,

Alagoinhas vive o grande boom da indústria de cervejas e refrigerantes, porque tem a segunda melhor água do mundo, do aquífero de Passé. É lá que o Grupo Petrópolis está investindo R\$ 1,1 bilhão para produzir a cerveja Itaipava

um licenciamento ambiental praticamente pronto para receber qualquer tipo de planta industrial. E o governo da Bahia está fazendo a sua parte: renegociou os créditos de ICMS que estavam confiscados há mais de 15 anos; elaborou um novo plano diretor, que aumenta a possibilidade de ocupação industrial, de 134 mil m² para 298,5 mil m²; e respondeu a um anseio de mais de 30 anos, que era a duplicação do sistema BA-093, principalmente a CIA-Aeroporto, o Canal de Tráfego e a Via Parafuso, beneficiando diretamente 15 mil trabalhadores do polo e garantindo melhores condições de logística. Em três décadas e meia de existência, o polo também se expandiu, deixando a condição de concentrador de empresas petroquímicas para se tornar o maior distrito industrial integrado do Hemisfério Sul, com mais de 90 companhias, que produzem de cordas de sisal a automóveis, passando por logística e distribuição, pneus, fraldas e perfumes.

C&P – As exportações têm hoje um papel inquestionável na economia baiana. O que a Secretaria da Indústria, Comércio

e Mineração (SICM) e o governo do estado têm feito para apoiar e incrementar as exportações estaduais?

JC – Temos grandes setores exportadores que estão recebendo atenção especial, como o de papel e celulose, o automotivo e o petroquímico, onde o estado concedeu mais de R\$ 800 milhões em créditos de ICMS, estimulando novos investimentos e a própria retomada do crescimento do setor. Mas não podemos ser um estado que depende somente do mercado externo, temos que produzir bens de consumo para baianos, nordestinos e brasileiros. Por isso, nossa atenção é também para a pequena indústria, o empreendedor que está instalado no interior da Bahia. Nosso desafio é fazer com que as micro, pequenas e médias empresas cresçam e possam também exportar. E, para isso, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e o Ministério da Indústria e Comércio, criamos o programa Exporta Bahia.

C&P – A Bahia vem destacando-se no cenário mineral do Brasil e já há quem diga que vai se tornar a terceira maior província mineral do país e poderá ser um dos grandes produtores de ferro e níquel. Essa afirmação procede? Que números dão sustentação a essa afirmação?

JC – A Bahia será, até 2017, um dos três principais estados mineradores do país. Na produção de níquel, já somos o segundo produtor nacional, respondendo por mais de 36%. E esta produção tende a crescer, já que a mina de níquel da Mirabela, em Itagibá, não atingiu ainda o seu pico de produção. Quanto ao ferro,

hoje existem 4.337 requerimentos de pesquisa no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Ainda estamos em fase de produção experimental, e o ferro já é o sexto principal bem mineral produzido na Bahia. Somente o Projeto Pedra de Ferro, da Bahia Mineração, com investimentos de R\$ 3,5 bilhões, tem previsão de exportar 20 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. A perspectiva é que tenhamos investimentos, somente com esse minério, de R\$ 11,6 bilhões e capacidade de produção de 46,5 milhões de toneladas/ano. Temos a primeira mineradora de vanádio das Américas, a Vanádio de Maracás – investimento de R\$ 550 milhões da canadense Largo Resources –, que já está pronta para operar as máquinas. Quando entrar em escala de produção, em fevereiro de 2014, a Bahia se tornará a maior fornecedora de vanádio do mundo. Temos grandes reservas de gipsita que atraíram dois grupos poderosos: o alemão Knauf, que está investindo R\$ 150 milhões em Camaçari, e o francês Placo Saint-Gobain, que aporta R\$ 125 milhões em uma fábrica em Feira de Santana. E temos mais: ouro, diamante, tálio, calcário, argila cerâmica, pedras ornamentais.

C&P – A Bahia tem um problema na qualificação de mão de obra. Isso se constitui uma desvantagem em relação a outros estados brasileiros? A infraestrutura é mais determinante?

JC – Temos um problema que é nacional, mas, na Bahia, foi agravado porque não havia grandes investimentos, principalmente no ensino técnico e universitário. Até os

governos Lula e Dilma, tínhamos apenas uma universidade federal em Salvador. Hoje são cinco. Escolas técnicas? Era praticamente uma em Salvador, a minha Escola Técnica, no Barbalho. Hoje, são 26 unidades do IFBA, mais 11 escolas do SENAI e o grande complexo do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec). O que temos que atentar é que não podemos só formar doutores. Temos que formar caldeireiros, soldadores, montadores, mineradores, carpinteiros. No que se refere à infraestrutura, o governo do estado tem trabalhado em grandes obras estruturantes. A Via Expressa – um total de R\$ 480 milhões na maior intervenção viária nos últimos 30 anos em Salvador – já foi concluída, e a duplicação do sistema viário BA-093, onde estão previstos investimentos da ordem de R\$ 1,7 bilhão, está na sua fase final nos trechos que interligam o Polo Industrial de Camaçari ao Aeroporto de Salvador e à BR-324. Já os terminais do Porto Sul, no município de Ilhéus, na localidade de Aritaguá, para onde será escoada toda a produção agrícola do oeste baiano (soja, farelo de soja e milho), além de fertilizantes, combustíveis e minério de ferro, receberão cerca de R\$ 5,6 bilhões de investimentos privados. A construção da Ferrovia Oeste-Leste, com 1.527 km de extensão e investimentos de R\$ 7,2 bilhões, também avança.

C&P – Espera-se que os investimentos anunciados para a área de logística na Bahia, como é o caso da Ferrovia Oeste-Leste, ligando a Bahia com o Sudeste e o Nordeste; da Hidrovia do São Francisco, da requalificação das

rodovias, e das novas políticas para portos e aeroportos, possam atrair novos investimentos. Quais os setores que poderão ser estimulados e como isso pode descentralizar regionalmente o desenvolvimento na Bahia?

JC – O esforço da política estadual tem consolidado e ampliado o parque industrial da Bahia, principalmente garantido a desconcentração e a interiorização da nossa economia. Os índices demonstram a manutenção do crescimento econômico de forma ininterrupta, o que propicia o fortalecimento de setores estratégicos, como o químico e petroquímico, o agronegócio, o petróleo e o gás, e a consolidação de setores produtores de bens finais, como a indústria calçadista e o automotivo. Os grandes investimentos no setor mineral, no agronegócio, na indústria naval, no petróleo e na energia renovável são feitos, basicamente, no interior. São eles que funcionam como âncoras para alavancar o desenvolvimento de várias regiões do estado, como o oeste, o sudoeste e até mesmo o semiárido, caso das usinas eólicas.

C&P – Com os novos investimentos, houve maior desconcentração espacial da atividade produtiva do estado com ganho de participação de municípios fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS)? Quais os benefícios fiscais adicionais que uma empresa tem ao optar por se instalar fora da RMS?

JC – Talvez, em toda a história econômica da Bahia, seja o momento de maior desconcentração espacial. O governador Jaques Wagner determinou a descentralização do

desenvolvimento. Quem escolhe onde quer se fixar é o investidor, mas criamos mecanismos para estimulá-lo a não ficar na RMS. O programa Desenvolve foi mantido, porém sua matriz de aderência foi reformulada, de maneira a pontuar e enquadrar as empresas por classes de incentivos fiscais, dando prioridade a investimentos no interior do estado, o que resultou na opção pela instalação de cerca de 60% dos novos empreendimentos fora da RMS.

Além dos incentivos de infraestrutura, o governo disponibiliza terrenos dentro dos distritos industriais a preços subsidiados. Temos menor custo de mão de obra que o Sul/Sudeste, melhoramos a nossa infraestrutura e oferecemos importantes matérias-primas. Aliando-se a tudo isto, a localização geográfica estratégica da Bahia – possibilitando fácil acesso aos maiores mercados internos e externos – é imbatível.

C&P – O setor agroindustrial tem uma importante participação na economia baiana e encontra-se em constante expansão, principalmente no oeste, no extremo sul e no norte do estado. Qual a estratégia do governo para fomentar a agroindústria e fortalecer as principais cadeias produtivas?

JC – O Complexo Porto Sul deverá se constituir em um centro logístico de importância no estado, voltado principalmente para o oeste e o sudoeste, oferecendo uma alternativa eficiente e competitiva para o escoamento da produção agrícola e mineral e para a importação de insumos e produtos para o estado. Quando totalmente

implantado, esse complexo portuário/industrial irá se constituir em importante vetor de desconcentração econômica, levando desenvolvimento para uma extensa região que abarca desde o litoral sul, passa por parte do semiárido, e vai até o oeste.

C&P – Muitos estudiosos afirmam que há um processo de desindustrialização no Brasil, principalmente motivado pela forte concorrência asiática. Em que medida isso pode ser aceitável e, caso sim, como pode afetar a indústria baiana?

JC – A desindustrialização é um processo decorrente da chamada globalização. É o processo natural pelo qual os países desenvolvidos passam em função de uma maior demanda por serviços e não tanto mais por produtos industriais. Temos uma excessiva tributação (nos últimos 20 anos passou de 24% para 36%) e uma infraestrutura que somente começou

O Complexo Porto Sul deverá se constituir em um centro logístico de importância no estado, voltado principalmente para o oeste e o sudoeste, oferecendo uma alternativa eficiente e competitiva para o escoamento da produção agrícola e mineral e para a importação de insumos e produtos para o estado

a voltar a ser expandida a partir do presidente Lula. E também existe a concorrência internacional, muitas vezes desleal. A Bahia foi que levou o governo federal a combater o *dumping* da China na questão dos calçados. Nós também ajudamos a Monsanto na luta dela contra o *dumping* na importação do glifosato. Também cooperamos com a Braskem nesse sentido. Apesar de todos esses problemas, quero ressaltar que o desempenho da indústria baiana é crescente: no primeiro semestre deste ano, cresceu 5,9%, bem acima da média nacional e de estados como Pernambuco, que cresceu apenas 0,6%.

C&P – Vários especialistas dizem que o governo errou na estratégia

ao priorizar o crescimento com base no consumo, em vez de estimular o investimento. O senhor concorda? Há uma estagnação no processo de reformas importantes para o desenvolvimento econômico no Brasil?

JC – Discordo inteiramente. O incentivo ao consumo nos livrou de uma crise ainda mais aguda e despertou para o fato de que temos um mercado consumidor extraordinário. O que faltava era renda para consumir. E com essa política, do presidente Lula e da presidenta Dilma, 30 milhões de brasileiros mudaram de classe social. Com a demanda aquecida, há um aumento do investimento produtivo, criando, desta forma, um ciclo virtuoso na economia. Não há

O incentivo ao consumo nos livrou de uma crise ainda mais aguda e despertou para o fato de que temos um mercado consumidor extraordinário. O que faltava era renda para consumir

e nem houve uma estagnação no processo de reformas importantes. Continua-se a criar programas de incentivo aos diversos setores da economia, assim como soluções para o nosso gargalo de infraestrutura, como forma de alavancar o desenvolvimento.



A economia solidária na encruzilhada: eficácia ou eficiência econômica?

Vinicius Gonçalves dos Santos*

João Matos Filho**

Marília Medeiros de Araújo***

Vinicius Rodrigues Vieira Fernandes****

Até a década de 70, predominava a visão que explicava a pobreza como algo transitório e residual que logo viria a ser superado pelo crescimento econômico. Contudo, não foi isso que aconteceu. A redefinição do papel do Estado enquanto agente regulador fez emergir novos desafios para os processos de intervenção social. Verifica-se que, “após a crise do modelo fordista, o jogo das forças de mercado, amparado pela ação do Estado Providência, não tem conseguido produzir por si só soluções sustentáveis de desenvolvimento social” (LIPIETZ, 1991 apud ANDION, 2005, p. 80) e que, a partir de então, um grande despertar da sociedade civil vem acompanhado da participação ativa de agentes sociais em diversas instâncias.

A partir de tais acontecimentos, o presente trabalho busca demarcar pontos importantes dentro da temática da sustentabilidade de formas alternativas de desenvolvimento como propostas de uma sociedade atuante. Para isso, toma como referência as contribuições provindas do seminário Economia Popular Solidária: indicadores para sustentabilidade¹ – que teve como objetivo promover um debate conceitual e metodológico acerca da concepção

de indicadores adequados à temática da sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários (KRAYCHETE, 2012).

Trata-se de um momento oportuno para tal debate, visto que, com a institucionalização da economia solidária², diversos questionamentos têm surgido acerca da capacidade de esses empreendimentos se constituírem enquanto formas alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda. Para isso, Schwengber (2012) considera que a discussão sobre a sustentabilidade dessa economia pressupõe um debate sobre o desenvolvimento.

A partir dos pontos enunciados acima, o presente artigo tem por objetivo problematizar a sustentabilidade enquanto um paradigma norteador de ações no campo

* Graduado em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). gonalves.economia@hotmail.com

** Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de Economia da UFRN. matosfilho@gmail.com

*** Graduada em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestranda do curso de Economia Regional da Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGECO/UFRN). mariliamedeirosaraujo@hotmail.com

**** Graduado em Ciências Econômicas e mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). v_rodriguesvf@hotmail.com

2 Criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

¹ Realizado em Salvador (BA), por iniciativa da ITCP/UCSAL, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2010.

da economia solidária. Tal abordagem se justifica pela falta de clareza e diretrizes a serem seguidas. Do ponto de vista metodológico, fez-se uso do método dialético e de pesquisas bibliográficas.

Além desta introdução e das considerações finais, a estrutura do artigo contém mais duas seções. A segunda seção enfatiza a emergência do desenvolvimento alternativo, enquanto a terceira problematiza a sustentabilidade na economia solidária.

DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO

A crítica que se faz sobre os projetos de desenvolvimento recaem sobre a forma de sua concepção. Em termos gerais, são concebidos e implementados “a partir de cima”³, com base em políticas traçadas e implementadas sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas (SANTOS, 2005).

Essa nova abordagem caminha contra a ideia de que a economia é uma esfera desvinculada e independente da vida social, cujo funcionamento abrange outros aspectos que vão além de bens e valores econômicos. Visto isto, assumem um lugar de destaque novas teorias que atribuem um papel importante ao processo que conduz à obtenção do bem-estar social. Assim, o desenvolvimento alternativo

[...] sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores. [...] O desenvolvimento econômico é concebido como uma forma de promover melhores condições de vida para população em geral, e para os setores marginalizados em particular. “Se o desenvolvimento econômico e social significa algo em absoluto, deve significar uma melhoria substancial nas condições de vida e sustento da maioria das pessoas” (FRIEDMAN, 1992 apud SANTOS, 2005, p. 46).

Deste modo, o desenvolvimento alternativo interioriza valores éticos de igualdade e cidadania por meio de

A crítica que se faz sobre os projetos de desenvolvimento recaem sobre a forma de sua concepção. Em termos gerais, são concebidos e implementados “a partir de cima”

um projeto de inserção social. Convém destacar que, em nenhum momento, o caráter produtivista expresso pela abordagem do crescimento econômico é negado, apenas propõe limites e relega a produção uma posição subordinada ao desenvolvimento humano.

Outra característica importante deste tipo de abordagem é a perspectiva de um desenvolvimento planejado para e com os agentes sociais. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento “de baixo para cima”⁴, em que o poder de decisão é construído de forma participativa pela sociedade civil, o que coloca as comunidades marginalizadas como atores da busca de alternativas para o seu próprio desenvolvimento (RAY, 2000).

Visto isto, a participação converte-se em um importante indicador de desenvolvimento. Porém, convém destacar que o conceito de participação social foi mudado com o tempo, desde uma participação informativa até o empoderamento, que envolve um estágio avançado de reflexão, criação e socialização do poder entre os cidadãos, o que, em termos práticos, corresponde à conscientização e à participação com relação a dimensões da vida social (FOLADORI, 2002).

Ademais, ressalta-se a relevância de uma sociedade civil atuante, tanto no que se refere à participação direta na concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, quanto para assegurar a transparência das ações e para permitir uma maior

3 Top-down development (SANTOS, 2005).

4 Bottom-up (SANTOS, 2005; RAY, 2000).

eficiência dos gastos públicos. Portanto, esta abordagem centra-se numa visão de desenvolvimento participativo, em que a atuação da sociedade civil é vital, bem como uma boa governança.

Além do mais, a participação da sociedade civil permite uma forte vinculação à acumulação de capital social, ou seja, de um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas, o que se constitui em importante fator explicativo de diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento, o que Putnam (2006) conceituou como comunidade cívica, isto é, cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração.

Segundo Santos (2005), o caráter coletivo promovido pelo desenvolvimento de baixo para cima cria um processo de produção de poder comunitário capaz de criar as condições necessárias para que os efeitos das iniciativas econômicas comunitárias (populares) atinjam a esfera política e gerem um “círculo virtuoso” que responda às causas estruturais da marginalização.

Assim, as novas formas de ações econômicas possuem o contributo de propor

[...] alternativas baseadas em iniciativas coletivas, geralmente plasmadas em empresas e organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho e, por outro, a necessidade de recorrer à ajuda estatal. [...] Por fim, em concordância com a sua crítica ao paternalismo estatal, o desenvolvimento alternativo favorece estratégias econômicas autônomas. Nos setores populares, isso implica a promoção de iniciativas baseadas na autogestão das empresas populares e a construção de poder comunitário (SANTOS, 2005, p. 47-48).

Com isso, o sentido da mudança trazida pela abordagem do desenvolvimento alternativo marca a passagem da concepção de ações desenvolvidas em busca da promoção do crescimento para um processo de desenvolvimento conduzido em nome da inserção. Desta forma, ganham lugar de destaque diversos projetos alternativos

O sentido da mudança trazida pela abordagem do desenvolvimento alternativo marca a passagem da concepção de ações desenvolvidas em busca da promoção do crescimento para um processo de desenvolvimento conduzido em nome da inserção

de produção, primordialmente os empreendimentos da economia solidária, que têm como finalidade ligar a questão do emprego e da coesão social (CASTEL, 2009).

As diversas propostas de desenvolvimento alternativo têm tido um forte impacto no pensamento e nas políticas sobre as economias emergentes e fazem hoje parte das estratégias e dos argumentos contra a globalização neoliberal (SANTOS, 2005). Porém, convém destacar que tais atividades são pouco visíveis e não ultrapassam o estágio de experimentação (CASTEL, 2009). Com isso, destacam-se as propostas de avaliações acerca da sustentabilidade dessas iniciativas, assim como a afirmação do seu papel social.

A DIALÉTICA DA SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na economia solidária, o tema da sustentabilidade é tratado na “fronteira da ciência”⁵, no limiar do desconhecido. Dentro deste campo desconhecido almeja-se encontrar a existência de uma relação entre as formas

5 Destaque dado para um determinado ramo do conhecimento em que os respectivos paradigmas ainda carecem de validade por parte de uma comunidade científica. Trata-se de “[...] uma série de ideias que são atraentes, ou, pelo menos, causam um modesto espanto na mente, mas que não têm sido examinadas [...]” (SAGAN, 2008, p. 192).

alternativas de desenvolvimento, das quais a economia solidária faz parte, e as condições necessárias de sustentabilidade desses empreendimentos.

O debate teórico tem-se concentrado na capacidade de essas iniciativas se constituírem em experiências viáveis, baseadas em princípios não capitalistas, seja pela necessidade desses empreendimentos de se inserirem no mercado, seja pelas dificuldades que se apresentam em termos de tecnologia, de inovação, de capital, de mercado etc. (LEITE, 2009).

Trata-se de um desafio a ser enfrentado que remete à natureza híbrida dos empreendimentos econômicos solidários (EES), que precisam, ao mesmo tempo, administrar a sua gestão interna baseada em fundamentos de cooperativismo e autogestão com a necessidade de atuar no mercado capitalista, sem com isso comprometer seus princípios básicos.

Com isso, Schiochet (2012) situa a economia solidária à beira de uma encruzilhada, com duas opções distintas:

[...] indicadores de competitividade (os quais permitem ver a capacidade que a economia solidária tem de competir com as empresas capitalistas) ou indicadores de solidariedade (que possibilitem identificar a economia solidária nos elementos negadores da competição e afirmação de outros valores societários). (SCHIOCHET, 2012, p. 7).

Embora se trate de dois caminhos distintos, existe o reconhecimento de que o sucesso econômico na economia solidária é condição indispensável ao seu desenvolvimento. O que se discute é a introdução de um modelo de análise que reduz a dimensão dos critérios de sustentabilidade a uma análise de mercado. Com isso, o grande desafio do ato de *fazer ciência* na economia solidária consiste no desenvolvimento de métodos e abordagens que sejam capazes de compreender a totalidade do fenômeno.

Quanto às dificuldades, essas iniciativas carecem das condições mínimas, das quais usufruem as grandes empresas capitalistas: financiamento adequado, disponibilidade de tecnologia, pesquisa, infraestrutura, segurança etc. Portanto, a sustentabilidade envolve tanto

A sustentabilidade envolve tanto questões internas como externas aos empreendimentos. Isso remonta à existência de uma “ambiência” adequada, como definida por Kraychete

questões internas como externas aos empreendimentos. Isso remonta à existência de uma “ambiência” adequada, como definida por Kraychete (2012).

Deste modo, pensar em ambiência remonta a reconsiderar todo o conjunto de relações que envolvem a dinâmica dos empreendimentos econômicos solidários. Torna-se vital que se levem em consideração as ações do Estado, o seu papel junto à sociedade civil e a sua forma de inserção no mercado. Assim, a sustentabilidade constitui-se como um conjunto de equilíbrio entre diversas esferas de atuação. Visto isto, acredita-se que pensar a sustentabilidade nestes termos seja uma tarefa pioneira e árdua, mas de suma importância para a economia solidária.

De acordo com Kraychete (2012), quando se fala em sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária precisa-se explicitar o que, de fato, se pretende viabilizar. Como o processo social aparece como um objetivo a ser alcançado, a viabilidade dessas iniciativas não se reduz apenas à produção de bens e serviços, mas inclui a reprodução de relações de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas (KRAYCHETE, 2012).

A ideia remete ao papel central da economia solidária, sobretudo dos seus empreendimentos. Desta forma, convém destacar que tais iniciativas não foram projetadas unicamente para o mercado. São projetos político-sociais que remontam a uma causa maior, voltados para estratégias de inserção social e combate à pobreza.

Pensar a viabilidade de um empreendimento associativo,

portanto, é substancialmente diferente de pensar a viabilidade de uma empresa capitalista. Se isso é verdade, a eficiência econômica não é um fim em si mesmo, mas pressupõe a indagação: eficiência econômica para quais objetivos? (KRAYCHETE, 2012, p. 17).

Adota-se a hipótese de que a economia solidária tem como missão dar certo enquanto modelo de desenvolvimento alternativo, a fim de contribuir como alternativa macrosocial na geração de trabalho e renda (ROSENFELD, 2007).

Diferente de Kraychete (2000), Gaiger (2000) deduz a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários de fatos empíricos. Muitas dessas experiências têm evoluído da situação de um caráter emergencial e paliativo para uma nova situação de viabilidade. Isso implica a construção de alternativas duradouras que não sejam apenas dependentes de subsídios. Existe um foco na autossustentação e na busca de novas formas de geração e apropriação de tecnologias que deem sustentação a esses empreendimentos (GAIGER, 2000).

Além da importância da tecnologia, Gaiger (2000, p. 180) discute a questão da sustentabilidade com o seguinte questionamento: “[...] onde é que estariam essas pessoas se não estivessem aqui?” A resposta a tal questionamento remete a um dos pontos críticos dos projetos de avaliação de impacto.

Trata-se de auferir se tais experimentos produzem os efeitos desejados para além do que teria ocorrido na sua ausência ou, em alguns casos, com uma intervenção alternativa (PETER; MARK; HOWARD, 2004). Segundo o próprio Gaiger (2000, p. 180), a alternativa a tais projetos de experimentação seria o mesmo que colocar essas pessoas “na informalidade, no desemprego ou numa empresa que paga muito pior”.

Outro ponto importante remete ao sentido de viabilidade e eficiência. Da forma como é posta, a ideia de viabilidade remonta ao que seria, no plano prático, a autossustentação. Isso implica falar em independência financeira, ou independência econômica e social plena, o que não existe em nenhum setor econômico (GAIGER, 2000).

A ideia de viabilidade remonta ao que seria, no plano prático, a autossustentação. Isso implica falar em independência financeira, ou independência econômica e social plena

Correspondentemente, faz-se necessário diferenciar eficiência de eficácia. A eficiência faz referência a um termo da administração científica voltada para a análise de custo-benefício. Trata-se de uma relação eminentemente mercadológica voltada para atender a princípios utilitaristas. Diferentemente, a eficácia faz referência à capacidade de fazer o que é certo (preciso) para se alcançar determinado objetivo. Trata-se de uma análise que objetiva apenas os resultados, ao contrário da eficiência que remete ao processo (BATEMAN; SNELL, 1998).

Existe uma diferenciação entre meios (eficiência) e fins (eficácia). Circunstâncias de considerações políticas e éticas tornam inaplicável a utilização de análises centradas na eficiência, pois adotar tal parâmetro significa violar princípios éticos. Neste caso, falar em análise do tipo custo-benefício não faz nenhum sentido, uma vez que o se pretende é viabilizar formas alternativas que contribuam com a promoção de geração e distribuição de renda.

Coraggio (2000) corrobora com a abordagem da eficácia da economia solidária no sentido de provocar os efeitos estruturais desejados com o mínimo custo para a sociedade. Deste modo, pressupõe-se a existência de difusão de informação e de conhecimento de alto dinamismo incentivados através de centros proativos de desenvolvimento tecnológico e organizacional.

O resultado desses fatores conduz à abordagem conceitual de “reprodução ampliada da vida” (CORAGGIO, 2000), designando que a melhoria da qualidade de vida não significa apenas maiores ganhos financeiros. A

melhoria pode surgir por meio de mudanças na qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de moradia, no acesso ao estudo, enfim, no contexto que nutre a vida das unidades de produção.

Para isso, Gaiger (2000) reforça a ideia de ambiência levantada por Kraychete (2012) com a introdução de políticas de alavancagem para a economia solidária.

A transformação da economia dos setores populares em formas de trabalho viáveis e socialmente justas pressupõe uma ambiência que remova as principais fontes de privação que envolvem as condições de existência desses empreendimentos. Esta ambiência abrange condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc, impossíveis de serem alcançadas apenas através do empenho dos trabalhadores que compõem esta economia dos setores populares. (KRAYCHETE, 2012, p. 13).

Visto isto, o papel da sustentabilidade não pode ser atribuído unicamente aos atores da economia solidária. Por fim, a conjunção entre ambiência e eficácia adotada neste estudo implica a hipótese de que a sustentabilidade relaciona-se com os objetivos do empreendimento e os meios que eles dispõem para a sua realização. Em linguagem prática, remonta às ideias de desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000) que coloca o processo de desenvolvimento como um meio para se atingirem os objetivos que são escolhidos pelos indivíduos ou pela sociedade.

A conjunção entre ambiência e eficácia adotada neste estudo implica a hipótese de que a sustentabilidade relaciona-se com os objetivos do empreendimento e os meios que eles dispõem para a sua realização

Assim, a escolha pelo ingresso na economia solidária corresponde a uma opção de inserção social de uma parcela da população que não aceita a alternativa oferecida pela modernidade de se converter em excluída, ou em desfilhada, e esta qualificação se apresenta melhor, pois como argumenta Castel (2000, p. 569), “foram desligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade”.

CONCLUSÃO

Todas as abordagens que se processaram neste trabalho representam um conjunto de ideias que não esgota a temática da sustentabilidade no campo da economia solidária. São caminhos complementares, e não excludentes, que refletem a complexidade de se pensar a sustentabilidade sem relegar ao descaso os valores éticos e morais.

Pelo que foi exposto, conclui-se que o debate sobre a sustentabilidade tem evoluído no sentido de incluir o papel da participação social sobre a perspectiva do empoderamento, em que os atores sociais passam a exercer um papel propositivo ante as novas demandas sociais. Trata-se de um grande despertar que envolve a sociedade colocando-se à frente de um processo de mudanças.

Fica claro que, no campo da economia solidária, a sustentabilidade tem por finalidade a reprodução de relações de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas. Desta forma, conclui-se que a sustentabilidade deve ser tida enquanto uma análise de eficácia e não de eficiência, pois esta relaciona-se com a finalidade dos empreendimentos e os meios que se dispõem para sua realização.

REFERÊNCIAS

- ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 79-99, 2005.
- BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCTETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 91-132.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

GAIGER, Luiz Inacio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCTETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 199-218.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 31-51, fev. 2009.

KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 199-218.

_____. Economia popular solidária: indicadores para qual sustentabilidade?. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patricia (Org.). *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 15-25.

PETER, H. Rossi; MARK, W. Lipsey; HOWARD, E. Freeman. *Evaluation: a systematic approach*. 7th ed. London: SAGE Publications, 2004.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

RAY, C. *Endogenous socio-economic development and trustful relationship: partnerships, social capital and individual agency*. [S.l.]: Centre for Rural Economy, University of Newcastle upon Tyne, 2000. (Working Paper, 45).

ROSENFELD, C. L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo e sociedade. In: JACOB, Carlos Lima (Org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: AnnaBlume, 2007. v. 1, p. 1-311.

SAGAN, Karl. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Cia das letras, 2008

SANTOS, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHIOCHET, V. Apresentação. In: KRAYCTETE, Gabriel; CARVALHO, Patricia (Org.). *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 7-8.

SCHWENGBER, A. Indicadores de sustentabilidade e desenvolvimento. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patricia (Org.). *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 35-54.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, R. M. A. Sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: desafios da construção de indicadores. In: KRAYCTETE, Gabriel; CARVALHO, Patricia (Org.). *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 93-110.



Inflação brasileira: um diagnóstico sobre o primeiro semestre de 2013

Hugo Clapton Nogueira*
Gildásio Santana Júnior**

A inflação, sem dúvida, é um dos fenômenos que mais incomodam os agentes econômicos por causa das distorções que produz no cotidiano das pessoas, causando perda de qualidade de vida, e, sobretudo, por desorganizar o sistema de preços relativos na economia. Portanto, é de suma importância os governos estarem atentos ao controle da inflação, pois, caso contrário, esta pode causar obstáculos à dinâmica econômica com reflexos de toda ordem.

O Brasil já experimentou diversas conjunturas com índices de inflação elevados. Tais descontroles foram modificados com a introdução do Plano Real em 1994, que, consequentemente, trouxe a estabilização monetária, afastando os níveis de preço no Brasil da condição de hiperinflação e aproximando-os de países com alto nível de renda.

Dessa forma, o controle da inflação passou a ser um item especial na vida dos brasileiros, seja por conta das questões macroeconômicas, seja pelo temor da população em retornar aos patamares de preços hiperinflacionários experimentados no passado. Logo, aumento nos preços, principalmente dos alimentos, e rumores de descontrole da inflação causam desconforto geral, tanto para a população quanto para os mercados.

A partir de julho de 2012, a trajetória do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) começou a aumentar a taxas crescentes, chegando ao pico de 0,86% no mês de janeiro de 2013. Em março de 2013, o Brasil

observou o IPCA acumulado de 12 meses estourar a meta estabelecida pelo Banco Central (Bacen), cravando a marca de 6,59%.

A recente aceleração da inflação na economia brasileira recoloca em cena o debate sobre as causas do processo inflacionário e a condução da política econômica em *Terra Brasilis*. E com o Regime de Metas de Inflação (RMI), esse debate se torna mais intenso a cada reunião do Comitê de Política Econômica (Copom) do Bacen. Nestes encontros, os rumos da taxa básica de juros da economia brasileira (taxa Selic) são decididos. São momentos cruciais em que há o confronto entre os aportes teóricos e os interesses setoriais que disputam, com veemência, os holofotes, tentando justificar suas posições e interferir na decisão do Copom.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar as causas da inflação no primeiro semestre de 2013 e, especificamente, identificar como tal debate apareceu no noticiário econômico. A problemática que guia a investigação é a seguinte: a inflação brasileira do primeiro semestre de 2013 seria proveniente de excesso de demanda, de custos ou resultado da quebra da confiança na autoridade monetária? A hipótese de trabalho considera que,

* Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). clapp.182@hotmail.com

** Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e tutor do Programa de Educação Tutorial em Ciências Econômicas da UESB/MEC. gildasiojr2@gmail.com

em vista da quebra da safra de alimentos e da desvalorização na taxa de câmbio, a inflação daquele período foi caracterizada como uma inflação de custos.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada lançou mão de revisão bibliográfica e análise comparativa. A análise comparativa debruçou-se sobre matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo, Valor Econômico e Estadão e nas revistas Carta Maior e Carta Capital. Os textos analisados concentraram-se no período anterior à reunião do Copom do mês de abril de 2013. Buscou-se perceber a inclinação que as matérias assumiram e as categorias contidas em cada texto analisado.

O texto está organizado em três partes, além desta introdução. Na seção 1 efetua-se um relato sobre a estabilização de preços, com a chegada do Plano Real, e as políticas de metas de inflação do Bacen. Na seção 2, discorre-se sobre a conjuntura inflacionária do primeiro semestre de 2013, abordando os índices e as causas da aceleração do fenômeno na atualidade. Na seção 3, elencam-se as ações do governo. Na seção 4, correlaciona-se o IPCA com algumas variáveis econômicas importantes. Na seção 5, trata-se sobre o debate travado na mídia em torno das causas e rumos que a política financeira deve tomar. A última seção é reservada às considerações finais.

A ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS E AS METAS INFLACIONÁRIAS

As políticas macroeconômicas brasileiras, desde o governo de Castelo Branco (1964-1967), enfrentaram o processo inflacionário. Pode-se afirmar que o sucesso veio a ser alcançado com a chegada do Plano Real, em 1994, conseguindo reduzir, intensamente, os índices inflacionários. Declinando de 47,43%, em junho de 1994, para 1,53%, em setembro do ano corrente.

O Plano Real, diferentemente dos planos anteriores, foi eficiente em reduzir a inflação. Segundo dados do IPCA/IBGE, o crescimento dos níveis de preços em 1993, último ano antes da adoção do Real, foi de 2.447,15%. No ano seguinte, 1994, quando foi inaugurado o Plano Real (no segundo semestre), a inflação foi de 916,46%. Por fim, nos anos seguintes ao plano, 1995, 1996, 1997

e 1998, a inflação foi de, respectivamente, 22,41; 9,56; 5,22 e 1,66%. (SOARES, 2011, p. 153).

No entanto, a política macroeconômica, que sustentou os primeiros anos do Plano Real, não foi capaz de garantir a estabilidade de preços devido ao abatimento das reservas internacionais. Destarte, adotou-se o regime de flutuação da taxa de câmbio, permitindo a intervenção do governo, adequando-a às necessidades momentâneas, e elevou-se a taxa básica de juros, com vistas a eliminar a possibilidade de retorno da inflação (TOSTES, 2010). Nesse contexto, a partir do ano de 1999, o Bacen implementou o RMI¹, com o intuito de assegurar a estabilidade de preços, através de metas rigorosas, no qual é conceituada da seguinte maneira:

Ele se constrói sobre três pilares: primeiro, uma meta de inflação a ser atingida no ano calendário, com intervalo de tolerância (banda) para mais ou para menos; segundo, uma meta de superávit primário das contas públicas, para dar credibilidade ao sistema e pagar pelo menos parte da conta anual de juros, permitindo a redução do montante da dívida em relação ao PIB; e terceiro, uma taxa de câmbio flutuante, diferente do que vigorou nos primeiros anos do Real, quando o governo manipulava explicitamente a taxa no sentido de tornar as importações muito baratas – era o tempo da chamada “âncora cambial.” (FLIGENSPAN, 2013).

A meta de inflação no Brasil é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e mensurada pelo IPCA. Atualmente, a meta é de 4,5%, podendo variar dois pontos para cima ou para baixo. Cabe ao Copom, a cada 45 dias, mediante a análise da economia brasileira, tomar a decisão no sentido de orientar o Bacen a aumentar, diminuir ou manter neutra a taxa Selic, sendo que as decisões são expostas e esclarecidas mediante a ata do Copom gerada em todas as suas reuniões e disponibilizada oito dias após cada reunião do comitê.

¹ “A versão contemporânea da meta de inflação (*inflation targeting*) surgiu em 1990, na Nova Zelândia, e ganhou notoriedade dois anos depois, quando a Grã-Bretanha a utilizou como uma alternativa para abandonar o sistema cambial europeu, mantendo a libra esterlina fora da Zona do Euro. O sistema também é adotado por Canadá, Suécia, Finlândia, Espanha, Coreia do Sul, África do Sul, Egito, Austrália, Israel, Chile, Colômbia e México. A solução típica para cumprir a meta, inclusive no caso brasileiro, é usar a taxa de juros. Por norma legal, se a meta não for atingida, o presidente do BC é obrigado a divulgar uma carta aberta dando os motivos do descumprimento. Isso já ocorreu algumas vezes” (O QUE..., 2008).

Portanto, o Bacen, órgão regulador da oferta de moeda no mercado, toma suas decisões baseado no seu objetivo central: conter a inflação, sendo que o instrumento clássico para sua obtenção é a elevação dos juros². No RMI, quando o valor supera as metas estabelecidas, o Bacen perde credibilidade e a política monetária fica em xeque.

TRAJETÓRIA INFLACIONÁRIA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013

O IPCA mede a variação nos preços de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendas entre um e 40 salários mínimos. O período de coleta de preços vai do primeiro ao último dia do mês corrente. O índice é composto por nove grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde/cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. O comportamento do índice, desde abril de 2012, variou conforme a Tabela 1.

Pode-se observar que, entre o mês de abril e o mês de junho de 2012, a trajetória do IPCA é de queda, chegando a quase variação nula (0,08%). A partir de julho de 2012, o índice começa a aumentar a taxas crescentes, chegando ao pico de 0,86% no mês de janeiro de 2013. No que pese o percentual ter caído em março de 2013 e atingido a casa de 0,47%, contrariando as expectativas do mercado, voltou a subir em abril de 2013 para o patamar de 0,55%, ficando muito próximo de romper a meta novamente. A seguir tem-se um quadro sobre o histórico das taxas de juros:

É possível observar que, de janeiro a outubro de 2012, por sete reuniões consecutivas do Copom, os juros foram reduzidos, saindo do patamar de 10,50% a.a., até chegar à casa de 7,25% a.a.. Daí até a reunião de março de 2013, a taxa foi mantida inalterada.

Em função da alta inflacionária no primeiro trimestre de 2013, na reunião de abril, a taxa voltou a subir, chegando à

Tabela 1
Variação do IPCA – 2012/2013

Mês/ano	Índice mensal	Índice anual	Últimos 12 meses (%)
abr. 13	0,5500	2,5027	6,4933
mar. 13	0,4700	1,9420	6,5887
fev. 13	0,6000	1,4652	6,3128
jan. 13	0,8600	0,8600	6,1543
dez. 12	0,7900	5,8386	5,8386
nov. 12	0,6000	5,0090	5,5340
out. 12	0,5900	4,3826	5,4500
set. 12	0,5700	3,7705	5,2824
ago. 12	0,4100	3,1823	5,2405
jul. 12	0,4300	2,7610	5,1986
jun. 12	0,0800	2,3210	4,9157
maio 12	0,3600	2,2392	4,9892
abr. 12	0,6400	1,8725	5,1042

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013a). Elaboração própria.

Nº	Reunião data	Meta Selic % a.a.
174 ^a	17/04/2013	7,50
173 ^a	06/03/2013	7,25
172 ^a	16/01/2013	7,25
171 ^a	28/11/2012	7,25
170 ^a	10/10/2012	7,25
169 ^a	29/08/2012	7,50
168 ^a	11/07/2012	8,00
167 ^a	30/05/2012	8,50
166 ^a	18/04/2012	9,00
165 ^a	07/03/2012	9,75
164 ^a	18/01/2012	10,50

Quadro 1
Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

casa de 7,50% a.a.. O Gráfico 1 apresenta conjuntamente a variação do IPCA, da Selic e do PIB trimestral 2012 e 2013.

Em março de 2013, o Brasil assistiu ao IPCA acumulado de 12 meses estourar a meta estabelecida pelo Bacen, cravando a marca de 6,59%. No RMI, quando o índice de inflação (IPCA) supera as metas estabelecidas, o Bacen perde credibilidade e a política monetária fica em xeque. Nessa situação, “as autoridades econômicas comprometem-se a emitir uma carta aberta, sinalizando as causas do descumprimento, as medidas necessárias para a redução da inflação e o prazo esperado para que se alcance a meta de inflação” (TOSTES, 2010, p. 47).

² O grande complicador da utilização dos aumentos da taxa de juros para combater a inflação é o aumento da dívida pública, pois parte considerável desta dívida tem como referência a taxa Selic. Neste sentido, o aumento dos juros compromete as finanças do Estado.

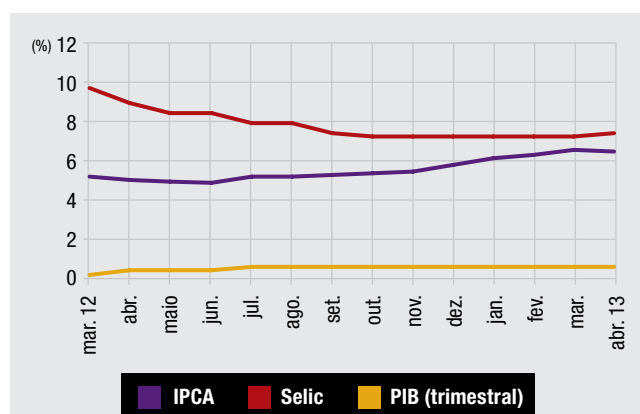


Gráfico 1
Variação do IPCA, Selic e PIB trimestral – 2012/2013

Fonte: Banco Central do Brasil (2013) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013a). Elaboração própria.

Em seguida, a taxa Selic atingiu níveis mínimos históricos, entretanto, a produção nacional encontra-se estagnada.

O GRUPO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS

O grupo de alimentos e bebidas acumulou alta expressiva nos últimos 12 meses. Excluindo-se esse grupo, ou se o comportamento dos preços desse segmento fosse estável, o IPCA teria passado da alta de 4,2% em junho para 4,5% em março de 2013.

Na Tabela 2 percebe-se a variação percentual dos preços em março, no primeiro trimestre de 2013 e no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em março.

Pode-se observar que as variações estão bem acima da média do IPCA. O grupo de Alimentação e Bebidas variou 13,48% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013a, p. 15) no acumulado do ano até o mês de março do corrente ano, e, em alguns casos, se constatarem altas significativas nos produtos, como o Gráfico 2 demonstra, com aumentos de preços expressivos nos últimos 12 meses.

A boa notícia é que as expectativas são alvissareiras para este grupo. Os analistas estimam que a tendência seja de queda em função da entrada da safra recorde, o que normalizaria a oferta.

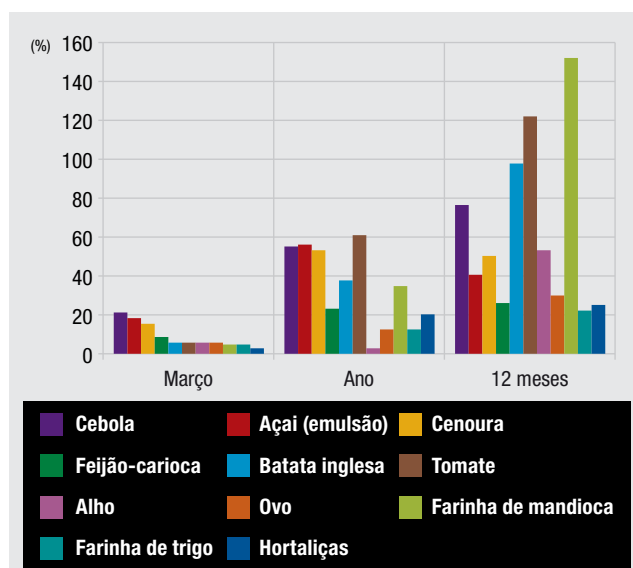


Gráfico 2
Alimentos com maiores altas – 2012/2013

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013a, p. 10). Elaboração própria.

Tabela 2
Variação dos preços dos alimentos de consumo geral – 2013

Produto	Março	Ano	12 meses	Produto	Março	Ano	12 meses
Cebola	21,43	54,88	76,46	Hortaliças	2,46	20,71	25,45
Açaí (emulsão)	18,31	55,66	40,58	Macarrão	1,94	6,12	10,25
Cenoura	14,96	53,30	50,67	Pão de forma	4,54	9,21	19,22
Feijão-carioca	9,08	22,85	26,47	Frutas	4,51	7,86	11,66
Batata inglesa	6,14	38,11	97,29	Refeição	0,89	2,68	8,88
Tomate	6,14	60,90	122,13	Pão doce	2,63	4,29	11,61
Alho	5,77	2,50	53,13	Pão francês	0,69	3,87	15,3
Ovo	5,68	12,13	29,75	Leite em pó	1,63	2,78	12,71
Farinha de mandioca	5,11	35,18	151,39	Carnes industrializadas	0,75	2,59	15,47
Farinha de trigo	4,60	12,02	22,13	Queijo	0,92	3,01	8,53

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013a, p. 10).

TAXA DE CÂMBIO

Outro fator que pesou na elevação dos preços foi a depreciação cambial do R\$/US\$, pois, no ano de 2012, houve uma forte desvalorização, haja vista que o Dólar americano custava R\$ 1,7391 em janeiro e encerra o ano valendo R\$ 2,0435. Essa medida foi tomada pelo governo para o fortalecimento da indústria nacional, com o objetivo de fomentar maior competitividade e aumentar seus níveis de exportação.

Entretanto, tal medida interfere diretamente nos preços, já que haverá uma oferta menor de produtos no mercado, por causa do aumento das exportações, e aumento dos custos para se importarem os insumos, refletindo, diretamente, na formação do preço do produto final. Portanto, haverá aumento dos preços, ou seja, neste momento, o produtor estabelece preços mais elevados (aumentando o excedente do produtor), obrigando o consumidor a comprá-los, por não ter muitas opções ou elevada oferta de produtos no mercado (diminuindo o excedente do consumidor). Percebe-se que o aumento do excedente do produtor é em detrimento do excedente do consumidor. O Bacen (RELATÓRIO DE INFLAÇÃO, 2013, p. 85) afirma: “Considerando a taxa média de câmbio, a depreciação foi de 16,7% em 2012 em relação 2011”.

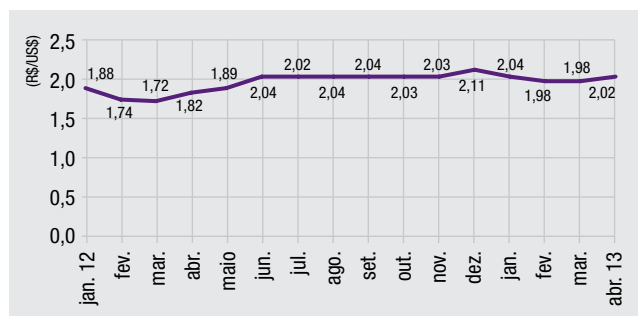


Gráfico 3
Taxa de câmbio brasileira – 2012/2013 (1)

Fonte: Banco Central do Brasil (2013). Elaboração própria.
(1) Refere-se até o mês de abril de 2013.

CRÉDITO E PRODUÇÃO

A concessão de crédito rural no período de 2012 foi maior que no período de 2011, tendo alcançado R\$ 77 bilhões e R\$ 69 bilhões, respectivamente. Portanto, percebe-se

Tabela 3
Desembolso de custeio, investimento e comercialização agrícola – 2011/2012

Ações/ano	2011	2012
Custeio (1)	29.863.787,26 (43,26%)	35.909.412,79 (46,58%)
Investimento (2)	10.815.443,19 (15,67%)	17.778.814,77 (23,07%)
Comercialização (3)	13.016.402,10 (18,86%)	13.373.929,17 (17,35%)
Créditos especiais e cooperativas (4)	15.332.798,67 (22,21%)	10.022.062,58 (13%)
Total (1+2+3+4)	69.028.431,23 (100%)	77.084.219,31 (100%)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasil (2013). Elaboração própria.

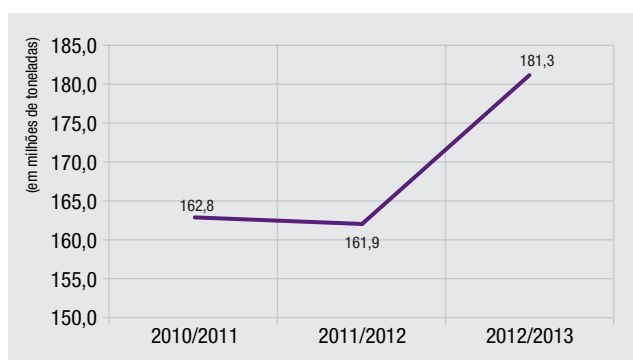


Gráfico 4
Produção de grãos no Brasil – 2010-2013 (1)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasil (2013). Elaboração própria.

(1) A produção do ano de 2013 é uma estimativa.

o esforço das autoridades governamentais em aumentar a concessão da oferta de crédito para que a produção seja financiada e evoluída, sobretudo, tentando minimizar os efeitos da seca.

Todavia, no período de 2011/2012, houve uma produção menor de alimentos, contribuindo para a menor oferta e o aumento dos preços, já que as necessidades sociais, ano após ano, aumentam devido ao aumento da população mundial. Pelo fato de ser um país agroexportador, toda a população mundial demanda alimentos brasileiros. Contudo, o problema da escassez de alimentos deve ser amenizado, visto que, neste ano, a previsão de safra será de 181,3 milhões de toneladas, batendo novo recorde.

AÇÕES DO GOVERNO

Diante desse quadro, o governo agiu no sentido de conter uma elevação maior dos índices inflacionários. Suas ações concentraram-se em postergar alguns aumentos e desonerar alguns produtos de impostos. Sem as intervenções governamentais, a inflação estaria em 8,49% em março e teria ultrapassado o teto da meta desde novembro de 2012.

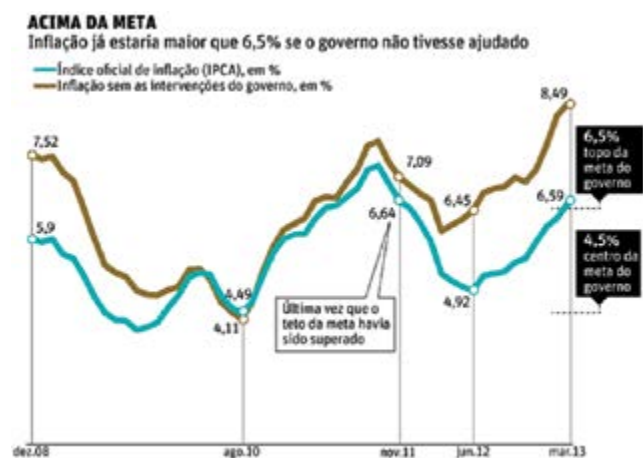


Gráfico 5
Efeito da ação do governo na inflação recente

Fonte: MCM Associados e IBGE—Carneiro e Fraga (2013).

Todavia, há o argumento de que as medidas tomadas só foram úteis para reduzir as estatísticas. Logo, a essência do problema inflacionário permanece, ou seja, as medidas tomadas foram paliativas. Então, torna-se necessário um aperto monetário para que seja restaurada a credibilidade do Bacen, advogando que o problema do fenômeno inflacionário no Brasil é do lado da oferta.

Delfim Netto, em 6 de abril de 2013, na Revista Carta Capital, sai em defesa da decisão do Copom de março e diz:

O Banco Central tem razão ao recomendar cautela e notar a existência de muita incerteza. Há mais incertezas ainda capazes, se verificadas, de levar a uma redução da taxa de inflação e não a pressões de alta. É uma constatação evidente de que o aumento da safra agrícola, hoje em fase de colheita, terá consequências importantes no combate à inflação. No momento, sofremos ainda os efeitos do choque de oferta produzido

pela queda da produção agrícola no ano passado, a ser corrigida provavelmente com a maior oferta da safra 2012-2013. (NETTO, 2013).

Com base no que foi apresentado, pode-se constatar que a inflação no Brasil está em alta. Mas qual a correlação do IPCA com alguns dos seus determinantes e outras variáveis sínteses da economia brasileira? Tratar-se-á destes aspectos a seguir.

A INFLUÊNCIA DE DETERMINADAS CATEGORIAS NO IPCA

No Gráfico 6 tem-se uma comparação das variáveis que impulsionam a demanda e os custos, as que mais pesam e determinam a tendência do IPCA são as responsáveis pelo fenômeno, ou seja, se os fatores da demanda possuírem maior correlação com o IPCA, a inflação será de demanda. E se os fatores que compõem os custos possuírem poder mais elevado para determinar o resultado do IPCA, a inflação será caracterizada como inflação de custos.

No Gráfico 6 foram comparados os principais fatores de demanda que afetam a inflação, verificando-se, durante os últimos cinco anos, as principais variáveis que determinaram a tendência do IPCA.

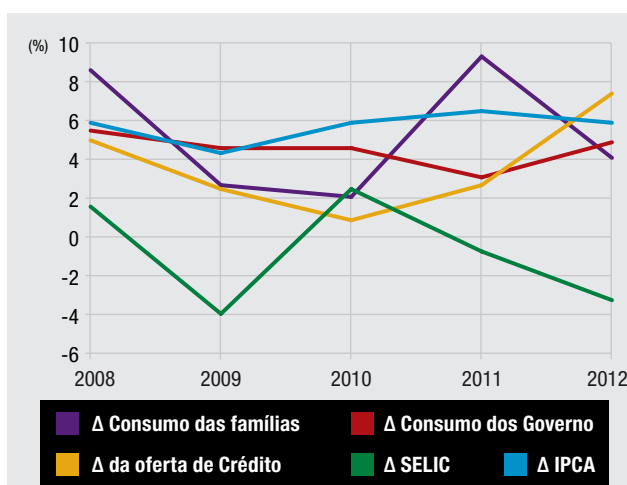


Gráfico 5
Comparação dos fatores que afetam a demanda com o IPCA

Fonte: Banco Central do Brasil (2013) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013a). Elaboração própria.

Percebe-se que a taxa básica de juros (Selic) acompanha os movimentos do IPCA. Entretanto, deve-se apresentar movimento inverso, ou seja, quando a taxa desce, a inflação deve subir, e vice-versa, por causa dos custos de financiamentos ficarem mais baratos e impulsionarem a demanda por moeda e crédito. Ou seja, a taxa de juros tem uma relação inversa à demanda por moeda e crédito. Pois ao se elevar as taxas de juros, o custo de financiamento se eleva e vice-versa.

O índice da inflação não seguiu o movimento da oferta de crédito, pois, em alguns momentos, seu comportamento foi inverso. Observa-se que, em 2010, a oferta de crédito desacelerou, mas o IPCA continuou sua trajetória de crescimento. Quando a oferta de crédito começa a crescer a taxas crescentes, o IPCA começa a desacelerar.

O índice da inflação é mais sensível ao consumo das famílias, entretanto, neste momento, não é o seu principal determinante, mas percebe-se que o índice acompanha a tendência de consumo das famílias. Este fato tem origem no aumento real dos salários; nos últimos cinco anos, o trabalhador brasileiro incorporou 23,47% de renda real.

E, por fim, a variável Consumo do Governo não seguiu a tendência do IPCA, visto que sua variação foi em direção inversa, ou seja, o Estado só aumentou seus gastos para estimular a demanda agregada. Percebe-se que as principais variáveis que compõem a demanda agregada não predominam sobre a determinação do movimento da inflação e que, em algumas situações, houve estímulos para aquecer a demanda, e a inflação não acompanhava a tendência. Entre os fatores que mais pesaram neste cenário estiveram o baixo dinamismo da economia interna e o cenário internacional desfavorável, contribuindo para a desaceleração da inflação.

No Gráfico 6 há uma comparação dos fatores que afetam os custos das mercadorias com a variação do IPCA. Percebe-se que as variações no câmbio têm a capacidade de determinar a tendência do índice de preços, não variando na mesma proporção, entretanto, o IPCA segue uma tendência semelhante à da taxa de câmbio. Visto que, quando o câmbio se valoriza, o IPCA decresce, aumentando a quantidade de importações. E, quando o câmbio se desvaloriza, o IPCA volta a subir,

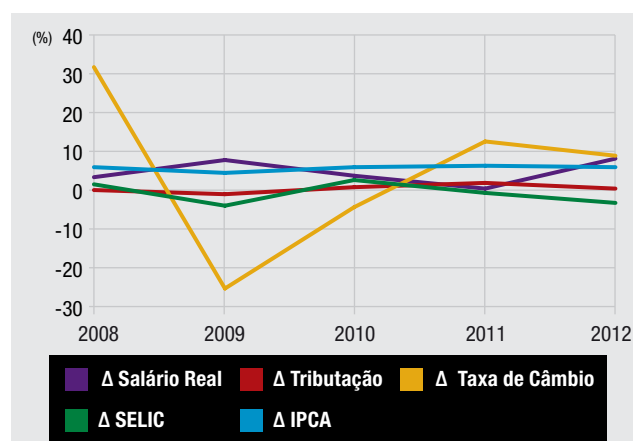


Gráfico 6
Comparação dos fatores que afetam os custos com o IPCA

Fonte: Banco Central do Brasil (2013) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013a). Elaboração própria.

porquanto as quantidades de importações diminuem e as quantidades exportadas tendem a aumentar.

Analisando-se as variações nos salários reais, percebe-se que suas variações são inversas às variações no IPCA, entretanto isso só é possível graças às quedas na taxa de câmbio, pois os aumentos nos salários cooperam na formação do custo das mercadorias, encarecendo-as. O IPCA segue a mesma tendência da tributação, visto que aumentos na alíquota dos impostos encarecem o produto e o seu valor é repassado ao consumidor final. Pode-se verificar que, mesmo com a taxa Selic em queda, o IPCA também decresce. Todavia, as variáveis que compõem os custos das mercadorias, neste momento, apresentam uma correlação maior com o aumento de preços, ou seja, os fatores que contribuem para o aumento dos custos foram mais determinantes para o aumento generalizado dos preços.

Os fatores que contribuem para o aumento dos custos foram mais determinantes para o aumento generalizado dos preços

Apesar de o aumento da demanda agregada³, *ceteris paribus*, contribuir para a elevação dos preços, os fatos que mais contribuem para a inflação, neste momento, são a elevação dos custos na formação dos preços dos produtos e o choque agrícola causado pela quebra da safra. Segundo Castoldi (2013, p. 127),

[...] embora a distinção entre inflação de demanda e custos evidencie a importância do diagnóstico sobre as causas da inflação (para que se possa aplicar a terapia), na prática, os dois tipos normalmente estão interligados.

Portanto, após observação dos fatores geradores da inflação brasileira no primeiro semestre de 2013, constata-se que esta se enquadra em uma inflação de custos.

ALTA DE PREÇOS NO NOTICIÁRIO ECONÔMICO

Quais as causas da inflação no primeiro semestre de 2013 da economia brasileira? A resposta a esta pergunta sempre será dada de acordo o viés teórico de quem responde a indagação. E, lendo o noticiário econômico, qual resposta pode-se encontrar?

No tocante ao noticiário econômico, afirma-se que o Bacen deve recuperar sua credibilidade, aumentando a taxa Selic, independentemente do nível de atividade econômica (KUNTZ, 2013). Por sua vez, há os defensores do não aumento da taxa Selic, considerando suas consequências negativas no nível da dinâmica da economia (KLIASS, 2013). E, por fim, há uma posição dos que salientam que o aumento na taxa básica de juros, neste momento, não solucionará o problema, já que os fatores responsáveis pelo aumento generalizado de preços foram, principalmente, climáticos (NETTO, 2013).

A alta dos preços obteve uma forte repercussão na mídia, principalmente nos veículos mais especializados do noticiário econômico, sendo tratado como fenômeno fora do controle.

Algumas matérias buscaram demonstrar o esforço do governo em afirmar que a situação estava controlada e a inflação, efetivamente contida. Afirmou-se que um aumento na taxa de juros impediria o crescimento da indústria, já que a economia está debilitada. O que se observou foi um tom alarmista, com a afirmação de que a inflação era contagiosa e estava prestes a contaminar todo o tecido econômico.

Por sua vez, afirmou-se que as políticas econômicas adotadas pelo governo serviram apenas para “tampar buracos” e não atingiram o objetivo de estabilização dos preços o que, por conseguinte, mantém o cenário de incerteza que impede o crescimento da produtividade e, conseqüentemente, o progresso do país. E, por fim, um argumento que está à margem do debate nos meios de comunicação é o de que o problema é estrutural, ou seja, por estrangulamento na cadeia produtiva que provoca desequilíbrios no crescimento dos setores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da investigação apontam que as categorias centrais do debate são: expectativas, índice de difusão de preços, choque de oferta e nível da atividade econômica. Observou-se que o governo tem utilizado de instrumentos heterodoxos de política monetária (postergação e contenção de reajustes de preços e desoneração fiscal) para conter a escalada da inflação e, sem esta ajuda, a inflação estaria em um patamar mais elevado. Percebe-se também que a inflação brasileira recente foi causada, sobretudo, por fatores climáticos e aumento de preços do grupo de serviços. O estouro do teto da meta do Bacen teve o grupo da alimentação como principal vilão, por causa do choque agrícola que ocorreu na oferta de alimentos.

A partir do ferramental teórico das escolas econômicas, foi feita uma comparação e, neste momento, os fatos que originaram a inflação assemelham-se à interpretação keynesiana.

Outro fator importante é o baixo dinamismo da economia nacional e mundial. Por conseguinte, é necessário incentivar o investimento privado, através da queda da taxa básica de juros, que refletirá no aumento da eficiência

3 Considerando-se que a oferta agregada mantenha-se constante ou não cresça na mesma proporção da demanda agregada.

marginal do capital, que, conseqüentemente, impulsionará o aumento da produtividade do país. Com uma taxa de juros reduzida, o governo terá margem para desonerar as empresas, ou seja, com uma taxa de juros baixa, o Estado gastará menos recursos com a dívida pública, e a parte não gasta do seu orçamento poderá ser utilizada para a redução da excessiva tributação, o que diminuirá a formação de custos das mercadorias e dinamizará a produção, contribuindo para a queda da inflação.

No tocante ao noticiário econômico, percebe-se que há uma guerra ideológica causada pelos formadores de opinião e agentes econômicos, visto que, como afirma Marx (1996, p. 127), “no campo da economia política [...] a natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado”. Ou seja, sempre haverá o discurso de parte dos agentes econômicos para que estes se apropriem ou desfrutem de benefícios do Estado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Estatísticas e dados básicos de economia agrícola*. Brasília: MAPA, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Histórico das taxas de juros*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 5 maio 2013.
- CARNEIRO, Mariana; FRAGA, Érica. Sem governo, inflação estaria acima da meta desde julho, diz analista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 abr. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1260702-sem-governo-meta-teria-sido-furada-em-julho-diz-analista.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- CASTOLDI, A. A Inflação e Suas Explicações. Disponível em: <http://www2.unijui.edu.br/~castoldi/conta/Texto_8.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- FATTORELLI, Lúcia Maria; ÁVILA, Rodrigo. *Os números da dívida*. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- FLIGENSPAN, Flávio. Metas de inflação em tempos de crise. *Sul 21*, Porto Alegre, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/2013/05/metas-de-inflacao-em-tempos-de-crise/>>. Acesso em: 28 maio 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Índices de Preços ao Consumidor – IPCA e INPC*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201303_1.shtm>. Acesso em: 5 maio 2013.
- _____. *Contas nacionais trimestrais*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/>. Acesso em: 5 maio 2013.
- KLIASS, P. Mais uma rendição ao financismo. *Revista Carta Maior*, São Paulo, 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6055>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- KUNTZ, R. A Inflação, o BC e os Lírios do Campo. *O Estadão*. Rio de Janeiro, 11 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-inflacao-o-bc-e-os-lirios-do-campo-,1006396,0.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 4. ed. Rio de Janeiro, Nova Cultural, 1996.
- NETTO, Delfim. Os vendedores de vento. *Carta Capital*, São Paulo, 6 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/os-vendedores-de-vento>>. Acesso em: 6 abr. 2013.
- O QUE É? Meta de inflação. *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, v. 5, n. 46, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2158:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- RELATÓRIO DE INFLAÇÃO. Brasília: BCB, v. 15, n. 1, mar. 2013.
- SOARES, Fernando. *Economia brasileira: da Primeira República ao Plano Real*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- TOSTES, Felipe Santos. *Regime de metas de inflação no Brasil: uma análise dos efeitos transmissores da política monetária sobre a inflação e o produto*. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia)—Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.



A política monetária brasileira nos anos de governo de FHC e Lula entre 1995 e 2010

Euber Oliveira da Silva*

Marco Antônio Araújo Longuinhas**

O Brasil, entre 1980 e o início de 1994, apresentou um processo inflacionário de grandes proporções, afetando diretamente a renda e a produção. Durante esse período, os governos que se sucederam adotaram vários planos de estabilização monetária visando ao controle da inflação, o que não aconteceu. Os sucessivos fracassos tornaram o processo inflacionário mais amplo e com maior capacidade de impacto na sociedade. Em fevereiro de 1994 foi implantado, durante o governo Itamar Franco (1992 a 1995), o Plano Real. Inicia-se no país um novo plano de estabilização monetária de forte base neoliberal, principalmente moldado a legar amplo controle monetário e fiscal na política econômica. O plano conseguiu resultados importantes na redução dos níveis inflacionários e, deste modo, conseguiu legar ao país relativo controle monetário. Por seu sucesso no controle da inflação, o ministro da Economia no governo Itamar Franco (Fernando Henrique Cardoso) conseguiu ser eleito presidente do Brasil em 1994 e ser reeleito em 1998, findo o seu governo em 2002. Durante o seu mandato, a política econômica, especialmente a monetária, foi conduzida com forte influência neoliberal. Em 2003 começou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, findo em 2010,

o qual manteve a continuidade do processo de estabilização. Foi durante estes governos que o plano foi aplicado à sociedade brasileira por mais tempo.

Com o objetivo de ampliar o discurso sobre as implicações decorrentes da política monetária, em particular no Brasil – onde a literatura correlacionada é incipiente –, o presente trabalho tem por objetivo principal discutir e analisar de que modo foi conduzida a política monetária entre os anos de 1995 e 2010 e avaliar o seu grau de eficiência. Espera-se reconhecer na política monetária o seu importante papel, não apenas econômico, mas também social, por acreditar que ela seja capaz de alterar variáveis reais na economia (desemprego, inflação, nível de produção, entre outras.). Assim, tem-se como objetivo evidenciar o comportamento da política monetária brasileira, mostrando de que forma foram conduzidos os mecanismos de transmissão desta política na busca pela estabilidade econômica. Será discutida, nos moldes de manipulação dos instrumentos de política monetária, a caracterização da política adotada em determinados espaços de tempo, estabelecidos os aspectos conjunturais.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). euberfísica@hotmail.com

** Professor Mestre, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. mlonguinhas@gmail.com

O CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

A década de 1990 representa para o Brasil um marco histórico em sua economia. O país passava por um processo contínuo de instabilidade econômica que vinha desde o fim da década de 1970. A queda no poder de compra dos agentes econômicos – oriunda do processo inflacionário que se propagava há décadas –, a retração da economia, a queda nos investimentos e o endividamento externo crescente foram fatores essenciais que culminaram em um novo direcionamento da política econômica do país.

Como o desempenho da economia brasileira não se apresentava favorável diante da conjuntura mundial, dados a sua fragilidade econômica e o risco país elevadíssimo – resultado das diversas crises desencadeadas no decorrer dos anos de 1980, além dos frustrados planos de estabilização econômica (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II) baseados em medidas ortodoxas¹, ou quando não, heterodoxas², adotados no decorrer dos anos 80 –, o país adotou uma nova postura influenciado pelo pensamento florescente do neoliberalismo econômico, do qual postula a isenção da intervenção estatal sobre o funcionamento da economia. Embora tal postura não tenha implicado no fim da intervenção do Estado na economia, deu novo direcionamento a essa intervenção (FILGUEIRAS, 2006). Segundo o autor, era necessário, diante da realidade econômica e sobretudo diante da velocidade das transformações econômicas oriundas do processo de globalização financeira e da hegemonia liberal, que o Brasil buscasse sua reestruturação produtiva. Assim, preparar um cenário propício à execução das políticas neoliberais não era, de todo, fácil. Era necessário que o país primeiro buscasse a estabilidade econômica, e, para tanto, a aposta principal dos formuladores de política para estancar o problema da inflação encontrava-se nas políticas de austeridade fiscal (GIAMBIAGI et al., 2005) e nas medidas de reforma monetária, por acreditar que a moeda causava a inflação e, por isso, seria necessária a

A década de 1990 representa para o Brasil um marco histórico em sua economia.

O país passava por um processo contínuo de instabilidade econômica que vinha desde o fim da década de 1970

implantação de uma moeda indexada paralela à moeda oficial para conter a inflação inercial. Nesse contexto, o Plano Real surge como uma resposta de estabilização econômica e, conforme Filgueiras (2006, p. 31),

[...] não é, meramente, um programa de estabilização solitária, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova (des)ordem internacional, conforme o ideário do consenso de Washington. Portanto, a política econômica de estabilização daí decorrente tem impacto, entre outras coisas, no redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na formação de suas políticas públicas e sociais; na reestruturação, concentração e desnacionalização de diversos setores econômicos; nas relações internacionais, comerciais e financeiras do país e, cada vez mais, na redefinição das relações trabalhistas e no perfil do mercado de trabalho.

Constituído desta forma, o receituário do Plano Real sintetiza-se como um processo sistematizado de reorganização econômica e estrutural de cunho liberal, ratificando a orientação estabelecida no Consenso de Washington³. Giambiagi e outros (2005) comentam que o processo de implantação do Plano Real ocorreu através de três

1 Política econômica de combate à inflação que consiste em realizar um corte brusco na expansão monetária e a redução intensa do déficit público, acompanhada de uma liberalização dos preços para que estes encontrem livremente seu ponto de equilíbrio no mercado (SANDRONI, 1999, p. 95).

2 Política econômica de combate à inflação que consiste em aplicar o congelamento de preços em todos os níveis durante um período determinado de tempo e liberar as políticas monetária e fiscal (SANDRONI, 1999, p. 95).

3 Reunião ocorrida em 1989, em Washington, entre o governo dos EUA, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e economistas acadêmicos latino-americanos, convocados pelo Instituto Internacional de Economia, tendo como principal objetivo avaliar as reformas (de caráter liberal) já em andamento (FILGUEIRAS, 2006).

fases: 1) promoção de ajuste fiscal, de forma a alcançar o equilíbrio das contas do governo; 2) criação de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor (URV), e 3) concessão de poder liberatório à unidade de conta. Inicialmente, a primeira fase era vista como condição preestabelecida para o combate à inflação. Nela, o governo tende a redefinir a relação entre a União, os estados e os municípios, promovendo o combate à sonegação de impostos e ao gasto excessivo da União, bem como o controle da balança comercial. Assim, após firmado o objetivo inicial, a segunda fase do plano entrou em vigor com o propósito de eliminar o componente inercial da inflação, diferenciando-se dos planos anteriores de estabilização, porque não existiu inicialmente uma moeda indexadora – apenas uma unidade de conta. Ao completar a segunda fase, entrou em vigor a Medida Provisória (MP) 542, que propôs comparativo da moeda doméstica em reservas cambiais lastreada no Dólar, limitando o estoque da base monetária por trimestre e introduzindo mudanças no Conselho Monetário Nacional (CMN), com a criação, desde então, da nova moeda, denominada Real. Passado o período de euforia à implantação do Real, e com o resultado positivo da contenção da inflação inercial, deu-se início a um novo ciclo econômico, embora lento, marcado pela abertura comercial e pelas privatizações (GIAMBIAGI et al., 2005).

A POLÍTICA MONETÁRIA DO GOVERNO FHC

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil, com o objetivo principal de consolidar a estabilização monetária e dar prosseguimento ao processo de reestruturação da produção da nação rumo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. O país passava por um processo contínuo de incerteza em função dos anteriores planos de estabilização que não obtiveram êxito quanto a esse propósito. Ademais, o Brasil encontrava-se em processo de aquecimento da economia, no quarto trimestre de 1994 – vésperas da posse de FHC – e a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) era da ordem de 11%, maior se comparado ao ano anterior. Deste modo, corria-se o risco, conforme ocorreu no Plano Cruzado, de uma má administração do consumo resultar em um boom da demanda e

O ambiente externo alimentado pela crise vigente promoveu uma fuga de divisas da economia brasileira e consequente redução das reservas internacionais no país

trazer à tona o “fantasma” da inflação (GIAMBIAGI et al., 2005). Aliado a esse fator, encontrava-se em andamento a crise do México, associada ao problema de regime de câmbio rígido⁴, que levou o país a um sério problema na Balança de Pagamentos (BP). Tal regime de câmbio que o Brasil também adotou poderia levá-lo a ser o próximo a sofrer desequilíbrios. Assim, o ambiente externo alimentado pela crise vigente promoveu uma fuga de divisas da economia brasileira e consequente redução das reservas internacionais no país. Diante dessas circunstâncias, segundo Giambiagi e outros (2005), foi a política monetária a principal responsável pela manutenção e o sucesso do Plano Real, a saber:

1. Uma desvalorização controlada, da ordem de 6% em relação à taxa de câmbio da época, após o que o Banco Central passou a administrar em esquema de microdesvalorizações, através de movimentos ínfimos de uma banda cambial com piso e teto muito próximos.
2. Uma alta da taxa de juros nominal que – expressa em termos mensais – passou de 3,3% em fevereiro para 4,3% em março, aumentando o custo de carregar divisas (GIAMBIAGI et al., p. 168).

Essas medidas foram favoráveis para a conjuntura em que o país estava inserido, e o mercado internacional não

4 Regime pelo qual grande parte dos países da América Latina fixou, através deste mecanismo, com base no consenso de Washington, a paridade do poder de compra de suas moedas lastreadas no Dólar, objetivando valorizar a moeda doméstica.

demorou a responder aos estímulos das elevações das taxas de juros. Os investidores voltaram a ser atraídos pela moeda local, enquanto o câmbio mantinha-se estável e a moeda doméstica valorizada ante o dólar. Conforme salienta Filgueiras (2006), essa política adotada revelou um sério problema de controle fiscal, em que as consequências manifestaram-se na queda do PIB nos dois seguintes trimestres de 1995, no crescimento da inadimplência de empresas e pessoas físicas e no aumento de concordatas. Logo ficou bem claro que o ajuste fiscal não era o elemento principal da estratégia do governo na busca pela estabilização econômica. De outro modo, conforme a Tabela 1, pode-se observar que, no tocante à estabilidade econômica, o governo obteve resultado e a inflação manteve-se em queda no decorrer dos primeiros quatro anos de mandato de FHC.

Tabela 1
Comparativo da variação da inflação e taxa de juros – 1986-1998
(% a.a.)

Ano	Plano	Inflação IPCA %	Tx. de juros %
1986	Cruzado	79,66	-
1987	Bresser	363,41	8,20
1988		980,21	9,32
1989	Verão	1.972,91	10,87
1990	Collor I	1.620,97	10,01
1991	Collor II	472,7	8,46
1992		1.119,10	6,25
1993		2.477,15	6,00
1994	Real	916,46	7,14
1995		22,41	8,83
1996		9,56	21,73
1997		5,22	39,87
1998		1,65	29,21

Fonte: Ipeadata e BCB.

Salienta-se, conforme dados da Tabela 1, que os períodos que antecederam a implantação do Plano Real foram marcados por súbitos crescimentos dos níveis de preços. O país conseguiu chegar à casa dos quatro dígitos (1993 – 2.477,15% de inflação). O governo FHC buscou, através dos mecanismos de transmissão de política monetária, a solução para o “fantasma” da inflação. O uso da taxa de juros e do câmbio foi fundamental ao controle da inflação. O crescimento do desemprego, a política de privatização e os desequilíbrios macroeconômicos tornaram-se características marcantes do governo. As altas taxas de juros, embora permitissem aos investidores internacionais elevados ganhos, impactaram negativamente na produção. Observou-se ainda a recomposição das reservas no período.

Com isso, o país teve que conviver com a retração do crescimento do PIB em 1996 em relação ao ano anterior, de 2,2%, e destoando do mundo, como indicado na Tabela 2.

Em 1997, o Brasil começou a apresentar resultados mais significativos se comparado ao ano anterior, levando-se em conta que a conjuntura mundial estava sendo

Tabela 2
Comparativo da variação anual do PIB brasileiro e do PIB mundial – 1995-1998
(%)

Ano	PIB Brasil	PIB mundial	Mandato
1995	4,4	3,3	1ª gestão de FHC
1996	2,2	3,8	
1997	3,4	4,1	
1998	0,0	2,6	

Fonte: Fundo Monetário Internacional (2012). Elaboração própria.

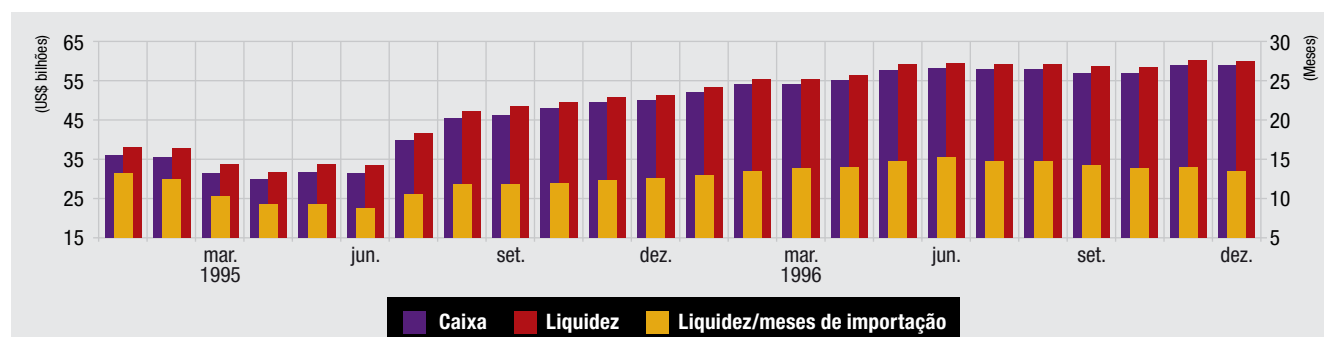


Gráfico 1
Reservas internacionais – mar. 1995-dez. 1996

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (1996).

favorável, até o desencadeamento da crise asiática em junho 1997, e, em agosto de 1998, da crise da Rússia, o que provocou resultados negativos para a economia brasileira e reflexos negativos no PIB mundial, que veio a cair, de 4,1% em 1997 para 2,6% em 1998. Dessa forma, retomou-se a política de elevação das taxas de juros pelo governo brasileiro, resultando novamente na retração da economia em 1998, quando não houve crescimento do PIB brasileiro. Associada à elevação de juros e à política de valorização e fortalecimento da moeda doméstica via âncora cambial, a preocupação com o risco de se elevar a liquidez no mercado foi mantida pelo governo FHC, que buscou, sempre que possível, reduzir o efeito multiplicador da moeda. Nesse cenário, o Banco Central do Brasil (Bacen) adotou medidas ortodoxas de contenção da expansão monetária, aumentando a exigibilidade do recolhimento compulsório, seguindo uma redução progressiva no decorrer do segundo mandato de FHC à medida que se percebeu que a inflação já havia sido controlada e que o país necessitava retomar o crescimento, conforme se verifica na Tabela 3.

Seguindo a meta da estabilização, com o relativo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros internacionais, o país voltou a permitir maior acesso ao crédito,

reduzindo gradualmente a alíquota do compulsório e tentando estimular o crescimento do país. Mas a indução do ritmo das atividades econômicas, como descrito, levou a desequilíbrios na balança comercial, conforme a Tabela 4.

Sustentado o cenário de estabilidade financeira, a então política de retomada do crescimento econômico esbarrava não só nas altas taxas de juros, que limitou os investimentos no setor produtivo no decorrer desses anos, como também, e principalmente, na valorização da moeda doméstica ante o dólar, o que desestimulava as exportações ao tornar os produtos brasileiros mais caros internacionalmente. Assim, as implicações decorrentes dessa conjuntura favoreceram o crescente volume das importações como alternativa de concorrência dos preços dos produtos domésticos, elevando os déficits na balança comercial que se prolongaram pelos quatro primeiros anos do governo. A esses fatores que, sem dúvida, favoreceram o crescente desequilíbrio macroeconômico instaurado no país, sobreveio, em meados de 1998, a crise da Rússia, que novamente trouxe euforia e desconfiança aos investidores internacionais, promovendo, mais uma vez, a fuga de divisas e forçando novamente o governo a elevar as taxas de juros.

Nesse cenário de incerteza e desconfiança, o regime cambial tornou-se insustentável e, no segundo trimestre de 1999, já no segundo mandato de FHC, o governo permitiu que o câmbio flutuasse. A moeda doméstica, então, desvalorizou-se ante o dólar, de R\$ 1,20 para R\$ 2,00, em menos de 45 dias (GIAMBIAGI et al., 2005). A indução da flutuação da taxa de câmbio representou, a partir desse momento, o fim do regime da âncora cambial e a implantação do regime de metas para a inflação, em 21 de junho de 1999, através do Decreto n.º 3.088. O Conselho de

Tabela 3
Exigibilidade do recolhimento compulsório – 1995-2002
(%) (último período)

Compulsório	Período							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Recursos à vista	83	78	75	75	65	45	45	45
Recursos a prazo	20	20	20	20	10	10	10	15
Depósitos de poupança	15	15	15	15	15	15	15	15

Fonte: Banco Central do Brasil (2012). Elaboração própria.

Tabela 4
Comparativo anual da balança comercial brasileira – 1996-1998

(R\$ bilhões)

Período de 12 meses	1996			1997			1998		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
Acumulado	47.747	53.301	-5.554	52.990	61.347	-8.357	51.120	57.610	-6.490
Média anual	3.978,91	4.441,75	-462,83	4.415,83	5.112,25	-696,41	4.260	4.800,83	-540,83
Variação (%)	11,63	15,77	12,70						

Fonte: Filgueiras (2006, p. 135). Elaboração própria.

Tabela 5
Histórico de metas para a inflação no Brasil – 1999-2010

Ano	Norma	Data	Meta	Banda	Limite inferior e superior	Inflação efetiva (IPCA %a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 (1)	Resolução 2842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	9,30
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	
2004 (1)	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	7,60
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

(1) A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

Política Monetária⁵ (Copom) passou, assim, a promover reuniões mensais para definir a taxa básica de juros, baseado num modelo no qual a hipótese adotada quanto à taxa de juros impactava a inflação (GIAMBIAGI et al., 2005).

Segundo Giambiagi et al (2005), a transição da âncora cambial para o regime de metas para inflação foi de alta incerteza e euforia por parte dos idealizadores, pois a perda do controle inflacionário e a possível retomada da inflação eram cogitados, mas o mercado reagiu de forma positiva, e o governo começou a adotar políticas de juros menores, de tal forma que possibilitou, a partir de 1999, a retomada do crescimento econômico e a consequente melhora da balança comercial. Porém, quando o país buscava a melhoria do ritmo da atividade econômica, deparou-se com a crise de energia elétrica em 2001, o que provocou a redução do nível de atividade das indústrias e retração da economia. A crise da Argentina, que reduziu a entrada de capitais no Brasil, e o ataque de 11 de setembro aos Estados Unidos, que acabou afetando o mercado mundial, também impactaram negativamente na economia brasileira.

Conforme a Tabela 6, o Brasil, em pouco tempo, deparou-se com seis crises de impactos profundos no direcionamento

Tabela 6
Impacto das crises sistêmicas na evolução do PIB brasileiro nos governos de FHC, comparado ao crescimento mundial – 1995-2002 (%)

Ano	PIB Brasil	PIB mundial	Efeito de crise	Mandato
1995	4,4	3,3	México	1ª gestão de FHC
1996	2,2	3,8		
1997	3,4	4,1	Ásia	
1998	0,0	2,6	Rússia	
1999	0,3	3,6		
2000	4,3	4,7		2ª gestão de FHC
2001	1,3	2,4	Apagão, Argentina e 11 de Setembro EUA	
2002	2,7	2,9		

Média % (1995-1998)	2,5	3,45	Hiato de crescimento (1)		
Média % (1999-2002)	2,15	3,4	1995-1998	1999-2002	1995-2002
			0,95	1,15	1,1

Fonte: Fundo Monetário Internacional (2012). Elaboração própria.

(1) Metodologia estatística que representa o diferencial relativo entre a taxa de crescimento do PIB do Brasil e do mundo, em % (GONÇALVES, 2010, p. 164).

das políticas de governo. Os primeiros quatro anos de mandato foram marcados por três destas, cujos resultados comprometeram fortemente a economia do país – no momento em que se buscava a consolidação do Plano Real e, internamente, a conquista da estabilidade de preços. A rigidez na política cambial e monetária se justificava diante da conjuntura externa desfavorável de 1995 a 1998, pois o risco iminente do retorno da inflação

5 Instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros - Banco Central do Brasil (2012).

durante esse período era sempre vislumbrado. De 1999 a 2002, o país reestruturava-se e a política cambial apresentava-se favorável às exportações. Não fosse a crise de 2001 que retraiu a economia mais uma vez, o país alcançaria resultados mais consistentes em 2001 e encerraria o mandato com um legado mais favorável para o sucessor da Presidência. Sempre que o país deparava-se com um desenho desfavorável da economia internacional, refugiava-se na política monetária, baseada na prática da elevação das taxas de juros e na contenção dos agregados monetários para conter a fuga de capitais e financiar seu déficit na balança de pagamentos. Também se associava a esta a política de arrocho fiscal. Em suma, o segundo governo de FHC teve como pilares da política econômica o cumprimento do regime de metas para inflação – o regime cambial flexível, variando ao sabor do direcionamento da demanda e da oferta de divisas – e o usufruto da política fiscal. Filgueiras (2006) relata que, no final do primeiro trimestre de 2002, o Brasil enfrentava mais uma nova crise cambial, com a desvalorização do Real e a fuga de capitais. A fragilidade financeira aprofundava-se e a possibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva ganhar as eleições ampliava o campo para a especulação do Real. Esses movimentos contribuíram substancialmente para o aumento da vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público, elevando com isso o risco país e afugentando os investidores. Esse clima de incerteza que se instaurou no mercado mundial ante a possibilidade da vitória de Lula – esquerdista e representante do Partido dos Trabalhadores (PT) – como presidente do Brasil só retomou a normalidade quando o PT, em 22 de julho de 2002, publicou a Carta ao Povo Brasileiro, comprometendo-se a manter a meta dos superávits primários, com o objetivo de manter a credibilidade da capacidade de pagamentos do país diante dos credores, e apresentou um programa de governo bem mais moderado que os anteriores, prometendo, em nota, respeitar o acordo firmado com o FMI negociado no governo FHC (GIAMBIAGI et al., 2005).

A POLÍTICA MONETÁRIA DO PERÍODO LULA

Lula, já empossado novo presidente em 1º de janeiro de 2003, deu continuidade às ações de política econômica adotadas pelo governo anterior, mostrando-se

Tabela 7
Comparativo da influência da política monetária com o crescimento do PIB Brasil – 2003-2006

Período	Selic – média anual (%)	Compulsório média anual (%)	Inflação efetiva (IPCA % a.a.)	Tx. câmbio média anual (R\$)	PIB Var % a.a.
2003	23,08	52,5	9,30	3,0775	1,1
2004	16,44	45,0	7,60	2,9251	5,7
2005	19,15	45,0	5,69	2,4344	3,2
2006	14,50	45,0	3,14	2,1753	4,0

Fonte: BCB, FMI e Ipeadata. Elaboração própria.

comprometido em respeitar e seguir o tripé macroeconômico vigente (regime de metas inflacionárias, câmbio flutuante e política de superávits fiscal primário elevado). A política monetária do governo Lula permaneceu semelhante à de FHC. No primeiro trimestre de 2003 e no decorrer deste mesmo ano, o compulsório e a taxa de juros básica do BCB elevaram-se a níveis maiores que as anteriormente estabelecidas pelo governo FHC, consubstanciando a mostrar-se replicantes às medidas adotadas pelo governo anterior ante as turbulências do mercado externo, conforme a Tabela 7. Dessa forma, a euforia dos investidores acalmou-se e a fuga de divisas foi cerceada.

No primeiro trimestre de 2003, diante dos impactos provocados pela crise cambial de 2002, o governo Lula decidiu combater a inflação que se mostrava crescente a partir do quarto trimestre de 2002. Dessa forma, o governo percebia que a política monetária exigia decisões urgentes, ou perder-se-ia o controle inflacionário. Assim, a taxa Selic, em janeiro de 2003, elevou-se 0,5% comparado ao mês anterior, seguida de um crescimento de mais 1% em fevereiro, perfazendo uma variação média anual de 23,08%, colocando o Brasil no *ranking* dos países que possuem uma das maiores taxas de juros do mundo. No mesmo rumo da elevação das taxas de juros, seguiu também crescente a alíquota da exigibilidade do recolhimento compulsório. Em fevereiro de 2003, o compulsório elevou-se de 45% para 60% de exigibilidade dos depósitos à vista, permanecendo nesse nível até agosto do mesmo ano, quando novamente voltou a 45%. Desse modo, tendo uma variação média anual de 52,5% – o aumento do compulsório limitou o acesso ao crédito por parte das famílias e empresas, tornando os empréstimos mais caros, reduzindo consigo a demanda por bens e

serviços e trazendo os preços para níveis mais baixos –, o que pôde ser presenciado em 2004 é que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou substancial queda da inflação efetiva para 7,60% e permaneceu em queda até o nível de 3,14% em 2006.

A taxa de crescimento do Brasil em 2003 foi considerada ínfima, com variação anual do PIB de 1,1%, resultado da crise cambial de 2002. Porém, a partir de 2003, o novo governo adotou a política de valorização cambial que, grosso modo, onera as exportações. Todavia, apesar de contraditório, a conta de transações correntes durante esse período mostrou-se crescente, graças aos sucessivos resultados de superávits primários obtidos na balança comercial, até então só obtidos pelo governo FHC em 2001, mas se justifica pelo cenário internacional favorável (expansão da produção mundial com aumento de 5,7% em 2004, comparado a 2003) que contribuiu significativamente para o crescimento das exportações brasileiras durante o período. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 67), “o crescimento dos superávits na balança comercial foi bem maior e mais rápido do que o aumento dos déficits na conta de serviços e rendas”, conforme demonstrado na Tabela 8.

Dessa forma, o resultado positivo da balança comercial implicou aumento substancial da capacidade de

pagamento do país ante os credores internacionais, traduzindo externamente um clima de confiança comercial que impactou positivamente para a diminuição do risco país e, conseqüentemente, para a redução da vulnerabilidade externa⁶. Assim, o governo pôde, a partir de 2004, definir a estratégia política de redução das taxas de juros que permaneceram em queda até o desfecho do primeiro mandato de Lula, com a Selic em 14,50% e a inflação efetiva de 3,14%. Os resultados obtidos no período de 2003 a 2006 foram favoráveis para a manutenção do regime governamental que, sob o elevado índice de aceitação por parte da população brasileira, permitiu a reeleição de Lula para o mandato seguinte (2007-2010).

Aproveitando-se do ambiente externo favorável que se configurou a partir de 2004, o governo Lula, já no segundo mandato, abriu mão da política monetária mais rígida por perceber que era o momento de promover o crescimento do país ante a conjuntura da época. Dessa forma, manteve-se, durante todo o período de 2007 e o primeiro trimestre de 2008, constante a redução da taxa básica de juros. Esta iniciou, em janeiro de 2007, em 13,0%, chegando a 11,25 em março de 2008. Tal medida teve como principal objetivo estimular a expansão do investimento que se mostrava crescente desde o segundo trimestre de 2004 (com o crescimento do PIB mundial), a fim de promover o aumento do produto potencial e a criação de novos postos de trabalho. Aliado à prática da redução da taxa de juros, contribuiu também, no bojo do crescimento da expansão produtiva do país, o aumento substancial do consumo das famílias e da administração pública (Tabela 9), que só pôde ser ampliada por mérito de algumas medidas adotadas pelo governo, quais sejam: “1) expansão do crédito, capitaneada pelo incremento dos empréstimos consignados; 2) as políticas de redução da desigualdade social, como o Programa Bolsa Família; e 3) a recuperação do poder de compra do salário mínimo” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p. 42). A facilidade ao crédito, associada aos demais fatores (2 e 3), permitiu maior poder de compra às famílias de baixa renda que, seguindo o estímulo da política monetária expansionista, se lançaram no mercado de consumo,

Tabela 8
Transações correntes –1995-2006
(US\$ bilhão – valor acumulado no período)

	Balança comercial	Serviços e rendas	Transferências	Saldo	% do PIB
1995	-3,5	-18,5	3,6	-18,4	Nd
1996	-5,6	-20,3	2,4	-23,5	-3,0
1997	-6,7	-25,5	1,8	-30,4	-3,8
1998	-6,6	-28,3	1,5	-33,4	-4,3
1995-1998	-22,4	-92,6	9,3	-105,7	
1999	-1,2	-25,8	1,7	-25,3	-4,8
2000	-0,7	-25,0	1,5	-24,2	-4,0
2001	2,7	-27,5	1,6	-23,2	-4,6
2002	13,1	-23,1	2,4	-7,6	-1,7
1999-2002	13,9	-101,4	7,2	-80,3	
2003	24,8	-23,5	2,9	4,2	0,8
2004	33,6	-25,2	3,3	11,7	1,9
2005	44,7	-34,1	3,6	14,2	1,8
2006	46,2	-36,8	4,3	13,7	1,4
2003-2006	149,3	-119,6	14,1	43,8	

Fonte: Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 67).

⁶ Vulnerabilidade externa é a capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 35).

impulsionando a expansão produtiva e, consequentemente, a elevação do PIB para níveis maiores.

No decurso do segundo mandato de Lula, o Brasil experimentou resultados excelentes de crescimento do PIB, obtendo crescimento de 5,2% no primeiro trimestre de 2007, em comparação ao mesmo período do ano anterior, com uma média de crescimento trimestral para 2007 igual a 5,75%, somente superado no exercício de 2008, com média trimestral de 6,12%.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), o Brasil experimentou em sua história recente o mais longo ciclo de crescimento econômico, que perdurou de 2004 a 2008, interrompido pelo surgimento da crise financeira desencadeada em setembro de 2008 no mercado imobiliário norte-americano. Os resultados foram imediatos e sentidos em todo o mundo – em maior ou menor proporção. A economia brasileira retraiu e obteve resultados negativos na expansão da produção, registrando uma queda de -0,3% do PIB no final do exercício de 2009. Essa desaceleração econômica mundial, associada à queda dos preços das *comodities* em fins de 2008, impactou negativamente na queda das exportações brasileiras, traduzindo-se em um crescente desequilíbrio

na balança comercial doméstica, forçando o governo brasileiro a novamente adotar políticas monetárias ortodoxas. Assim, em outubro de 2008, além da elevação da taxa de juros em 0,5%, o câmbio, que não se desvalorizava desde 2003, saiu de R\$ 1,9135 em setembro para R\$ 2,1145 em outubro do mesmo ano, chegando, em fevereiro de 2009, a R\$ 2,3776, quando retomou a prática da valorização cambial chegando, em dezembro de 2009, a R\$ 1,7404. De igual maneira, os juros voltaram a cair e, em dezembro de 2009, registraram valor igual a 8,75%.

A crise mundial não afetou fortemente a economia brasileira, que, logo após os resultados não muito favoráveis do ano de 2009, retomou o fôlego e voltou ao crescimento de forma acelerada e jamais vista durante essas duas últimas décadas. Atribui-se esta façanha, além da recuperação extraordinária da expansão mundial – tendo como locomotiva a economia da China, que cresce em ritmo assustador, com taxas de crescimento superiores a 11% –, à postura adotada pelo Bacen e ao comprometimento deste com o regime de metas para a inflação. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), no período de crise, o Bacen respeitou o cumprimento do regime de metas, operando a taxa Selic dentro dos limites impostos pela trajetória do IPCA.

Tabela 9
Taxa acumulada ao longo do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

(%)

Período	PIB	Consumo das famílias	Consumo da APU (1)	Formação bruta de capital fixo	Exportação	Importação
2007.I	5,2	6,2	4,9	9,3	5,7	20,2
2007.II	5,8	6,1	6,3	11,7	9,3	19,2
2007.III	5,9	5,9	6,4	13,2	6,2	19,3
2007.IV	6,1	6,1	5,1	13,9	6,2	19,9
2008.I	6,3	5,9	4,7	14,9	-1,7	14,3
2008.II	6,4	6,2	3,1	15,7	2,3	18,1
2008.III	6,6	6,7	3,8	16,9	2,8	18,6
2008.IV	5,2	5,7	3,2	13,6	0,5	15,4
2009.I	-2,7	2,3	3,4	-13,6	-14,0	-13,9
2009.II	-2,6	2,7	3,0	-13,6	-11,7	-13,5
2009.III	-2,2	3,4	2,1	-11,9	-10,9	-12,7
2009.IV	-0,3	4,4	3,1	-6,7	-9,1	-7,6
2010.I	9,3	8,5	3,1	29,9	15,4	40,6
2010.II	9,0	7,3	4,6	28,5	10,7	39,6
2010.III	8,3	6,8	4,8	25,4	10,9	39,7
2010.IV	7,5	6,9	4,2	21,3	11,5	35,8
Média trimestral 2007-2010	4,6	5,7	4,1	10,5	2,1	15,8

Fonte: IBGE – Contas nacionais trimestrais. Elaboração própria.

(1) APU – Administração Pública.

Ademais, foi mantida a política creditícia a taxas de juros estáveis, produzindo psicologicamente um clima de estabilidade que, apesar dos impactos da crise, ainda pôde manter crescente, mesmo que em níveis menores – comparado a 2008 –, o consumo das famílias, perfazendo uma variação média trimestral anual de 3,2% em 2009. O crescimento da economia brasileira foi retomado em 2010, obtendo surpreendente resultado para o PIB, com uma variação média trimestral de 8,52%, fechando o quarto trimestre com uma expansão da ordem de 7,5%.

FHC VERSUS LULA: COMPARATIVO DE GESTÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA

Embora se trate de governos distintos, existe entre eles mais semelhança do que divergência na condução da política monetária. Atribui-se esta afirmativa, principalmente, ao fato de ambos os governos direcionarem suas políticas com foco à estabilidade econômica, firmados na contenção do fenômeno da inflação. Nesse sentido, a taxa de juros constitui-se ferramenta fundamental na condução da política monetária dentro do regime de metas para a inflação adotado em FHC e continuado por Lula, lastreado na fixação da taxa básica de juros, a Selic. Qualquer expansão econômica fora do planejamento da autoridade monetária, capaz de alterar significativamente os níveis de preços, é impedida através da elevação dos juros, caso necessário. Assim, a ortodoxia econômica firmou-se nos governos, dando a ambos a caracterização política da moderação, via adoção de medidas contracionistas, preconizando a estabilidade dos preços e a contenção de gastos com a “máquina pública”. Desta forma, o canal do crédito em ambos os governos foi utilizado com extrema cautela, visto que a dependência do crédito é evidente nas nações capitalistas para o financiamento do setor produtivo, e a ingerência da liquidez na economia por parte da autoridade monetária impacta diretamente na decisão de investir e consumir por parte dos agentes econômicos, pois altera os custos do crédito. Seguindo esta via de entendimento, o crédito no Brasil, no início do governo FHC, foi contido fortemente com a elevação do compulsório e somente liberado gradualmente, pós-contenção do fator inflacionário e estabilização da economia, e expandido no governo Lula, com a percepção do ambiente macroeconômico mais favorável. O ponto mais divergente entre os governos

FHC de 1995-2002	Lula de 2003-2010
Política monetária	
Contracionista	Contracionista
A partir de 1994, mudança de regime cambial para câmbio flutuante em 1999	Permanência do câmbio flutuante
Desvalorização cambial pós-implantação do Real	Valorização cambial
Mudança do regime tradicional de metas monetárias para metas inflacionárias em 1999	Metas para inflação
Fixação da Selic como taxa básica de juros	Continuidade da Selic como taxa básica de juros
Contenção creditícia via aumento da exigibilidade do compulsório no primeiro mandato, com liberação gradual no segundo mandato	Expansão do crédito
Juros elevados	Juros elevados
Quadro 1 Comparativo da gestão macroeconômica dos governos FHC e Lula, no tocante à política monetária de 1995-2010	

Fonte: elaboração própria.

encontra-se na condução da política cambial. FHC, após a implantação do Plano Real, manteve como característica marcante a desvalorização cambial, objetivando estimular o crescimento das exportações das *comodities* brasileiras para alcançar o superávit primário. Contraditoriamente, a política de valorização cambial do governo Lula que, em suma, deveria reduzir o nível de exportações brasileiras, manteve-se crescente, conseguindo alcançar o superávit primário. Este fator atípico, Filgueiras e Gonçalves (2007) atribuem ao ambiente macroeconômico externo favorável – ocasionado pelo crescimento da demanda internacional, impulsionado pelos países emergentes –, que deveria ter sido mais bem aproveitado pelo governo Lula.

A política monetária adotada no decorrer dos anos FHC e Lula, baseada nos princípios do neoliberalismo econômico, se constituiu na base de gerenciamento das crises cíclicas desencadeadas no decorrer dos períodos de 1995-2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no trabalho realizado, percebeu-se que a política econômica dos governos FHC e Lula convergiu para o objetivo principal da estabilidade econômica, voltada para a contenção dos preços (inflação); consequentemente,

corroborou para níveis de crescimento mais moderados. Desta forma, o Plano Real apresenta-se nesse bojo como um divisor de águas, pois conseguiu trazer de volta à economia brasileira a estabilidade econômica, até então não atingida pelos planos econômicos que o antecederam. Assim, a política monetária condicionou-se como principal política de ação econômica de governo, cuja primazia era voltada para o melhoramento do bem-estar social e econômico, através do controle inflacionário. Nessa perspectiva, fez-se entender que derrubar uma inflação alta não era tudo, mas mantê-la em níveis mais baixos depois de reduzi-la era o objetivo mais importante. Desta forma, a adoção do regime de metas para a inflação se constituiu como estratégia de governo capaz de mostrar, de forma explícita e transparente, as expectativas do nível de inflação, demonstrando assim, aos agentes econômicos, maior visibilidade quanto aos seus objetivos de investimento e consumo e, por conseguinte, níveis de preços mais estáveis.

A taxa de juros nesse contexto desempenhou papel importantíssimo na condução da política monetária, principalmente após a implantação do regime de metas para a inflação, pois a definição da taxa de juros de curto prazo (Selic) mostrou-se capaz de alterar positivamente ou negativamente (conforme objetivo da autoridade monetária) os custos para a concessão de crédito, impactando fortemente nas decisões de investimento e consumo das famílias e empresas e, por conseguinte, na demanda agregada, com reflexos perceptíveis no PIB do país.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Séries temporais*. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. *Definição e histórico*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMHIST>>. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. *Histórico de metas para a inflação no Brasil*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metast/TabelaMetastResultados.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: relatório 1996. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/Banual96/banualc4.asp#polcomex>>. Acesso em: 26 out. 2012

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. *História do plano real*. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Mundial economic outlook database*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 26 out. 2012.

GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.161-179.

GONTIJO, Cláudio. *Os mecanismos de transmissão da política monetária: uma abordagem teórica*. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2007. 57 p. (Texto para discussão, 321). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20321.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de contas nacionais trimestrais – Brasil 1990-2012*. Disponível em: <ftp://186.228.51.73/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_CompL_CNT.zip>. Acesso em: 24 nov. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2010. v. 1. (Brasil: o Estado de uma nação).

_____. *Taxa de inflação: séries históricas (IPC de 1980 a 2012)*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. *O que fazer depois da crise: uma contribuição do desenvolvimento keynesiano*. São Paulo: Contexto, 2009.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.



Potencialidades e restrições para inserção do sebo bovino na produção de biodiesel no estado da Bahia

Luís Oscar Silva Martins*

Roberto Antônio Fortuna Carneiro**

O aumento dos preços do petróleo, bem como a diminuição de suas reservas mundiais ao longo das próximas décadas, aliado aos problemas ambientais de aquecimento global causado pela emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da queima de combustíveis fósseis, tem aumentado a demanda por fontes de energias renováveis. Dentre essas fontes, destaca-se o biodiesel, um biocombustível renovável, não tóxico e com possibilidade de substituir o óleo diesel sem a necessidade de modificação nos motores.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), especialista em Administração pelo Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge) e mestrando em Tecnologias Aplicáveis à Bioenergia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador (FTC). luisoscar2007@hotmail.com

** Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professor do Mestrado Profissional em Tecnologias Aplicáveis à Bioenergia e diretor de Planejamento Econômico da Secretaria do Planejamento da Bahia (Seplan). rfortuna@terra.com.br

Como forma de estimular o uso de biodiesel no Brasil, em dezembro de 2004 o governo federal lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), introduzindo-o na matriz energética. O programa conta com forte apelo social, uma vez que incentiva a participação dos agricultores familiares no processo de fornecimento de matéria-prima para produção de biodiesel, concedendo subsídios fiscais às empresas produtoras que adquirirem insumos dos agricultores familiares.

A produção de biodiesel apresenta alguns problemas relacionados a escolha, disponibilidade e custo das diferentes matérias-primas que representam cerca de 70% a 80% do custo de fabricação do biodiesel. Este fato leva, portanto, à necessidade de uma análise minuciosa por parte dos produtores (CAMPOS; CARMÉLIO, 2009 apud ABRAMOVAY, 2009).

Em 2012, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o sebo bovino representou cerca de 20% da produção de todo o biodiesel do país, apesar de não possuir as vantagens tributárias do Selo Combustível Social, instituído pelo PNPB.

Regionalmente, percebe-se o mesmo movimento. A Região Norte é a que mais utiliza a gordura bovina na produção de biodiesel, cerca de 76%. As regiões Centro-oeste e Sul, devido ao fato de serem grandes produtoras de soja, utilizam em menor quantidade o sebo bovino, aproximadamente 7% e 25%, respectivamente. A Região Sudeste utiliza 55% de sua produção, enquanto que a Região Nordeste só o faz na ordem de 23% (Figura 1).

Especificamente em relação à Bahia, verifica-se que não há produção de biodiesel a partir de sebo bovino, apesar de, segundo dados de 2011 da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), o estado possuir o maior rebanho bovino da Região Nordeste e o sexto maior do país, com cerca de 10,5 milhões de cabeças de gado.

Dentro desse contexto de necessidade de diversificar a matriz de matérias-primas com escala industrial para a produção de biodiesel na Bahia, para evitar a dependência excessiva da soja, o objetivo principal deste artigo é entender o porquê da não utilização do sebo bovino na Bahia, ao contrário do que acontece em outros estados.

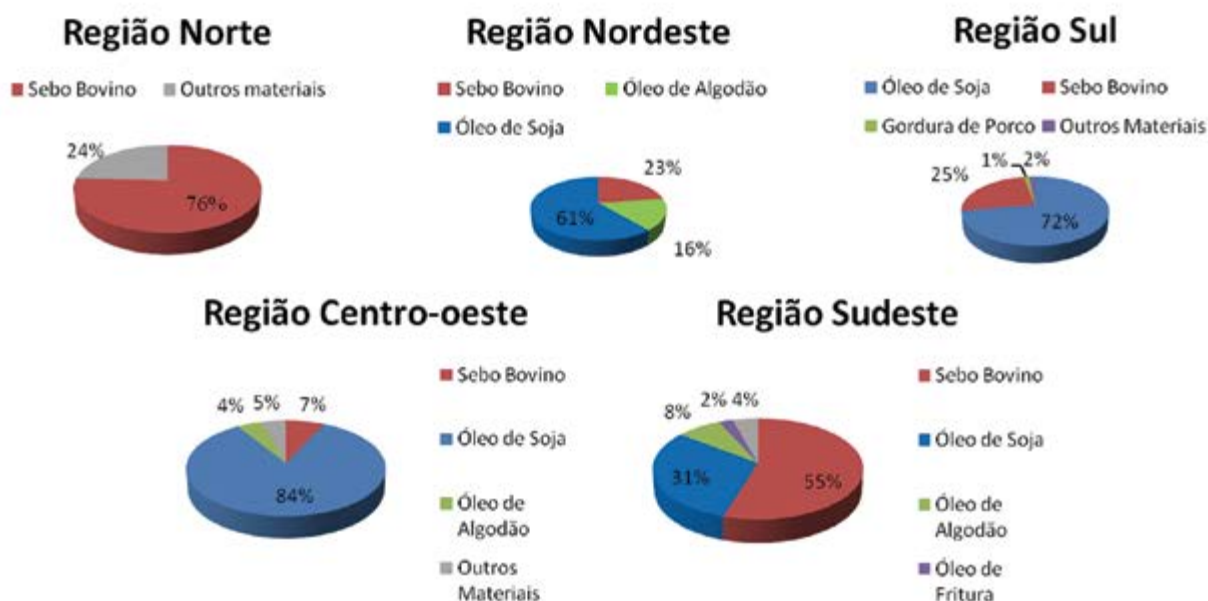


Figura 1
Perfil regional das matérias-primas utilizadas na fabricação de biodiesel

Fonte: adaptado de anuário estatístico da ANP, dados de 2013.

Para responder a essa questão foi mapeado o rebanho bovino de corte no estado, as zonas de criação, além da localização geográfica das unidades de abate e as indústrias produtoras de biodiesel. Por fim, foi diagnosticada a infraestrutura logística disponível, verificando se há relação econômica viável entre as áreas de criação de abate e as usinas produtoras de biodiesel, através da sistematização de um modelo de simulação de formação de preço de custo do biodiesel.

Ao fim, de posse dos resultados, foram feitas algumas recomendações que podem otimizar a utilização do sebo como insumo capaz de complementar a demanda crescente por biodiesel no estado.

POTENCIAL DA BAHIA PARA A PRODUÇÃO DE BIODIESEL

O Estado da Bahia apresenta características apropriadas para a produção de biodiesel em diversos aspectos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), disponíveis no Censo Agropecuário de 2006, o estado possui população rural de 4,5 milhões de pessoas (três milhões vinculadas à agricultura familiar) e 700 mil estabelecimentos rurais, sendo 620 mil provenientes da agricultura familiar. Além disso, dispõe de área rural de 11,5 milhões de hectares. Ainda segundo o censo, o PIB do agronegócio é da ordem de R\$ 28 bilhões, sendo que 34% são gerados pela agricultura familiar, enquanto que a pecuária gera cerca de R\$ 3,3 bilhões.

A Bahia também foi pioneira no desenvolvimento de programas de fomento à produção de biodiesel [...]. Atualmente [...] dispõe de dois programas: o Bio-sustentável e o BahiaBio, ambos criados em 2007

Além da realidade apresentada pelo IBGE, estudo desenvolvido por Silva, Fernandes e Silva (2009) informa que a Bahia possui ainda razoável capacidade de pesquisa instalada para dar suporte ao setor, tais como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade de Salvador (UNIFACS) e a Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador (FTC).

A Bahia também foi pioneira no desenvolvimento de programas de fomento à produção de biodiesel. O primeiro deles foi concebido em março de 2004¹, denominado Programa de Biodiesel do Estado da Bahia (Probiobiodiesel Bahia). O objetivo do programa era introduzir na matriz energética estadual um combustível proveniente de matéria-prima 100% renovável. Atualmente, a Bahia dispõe de dois programas: o Bio-sustentável e o BahiaBio, ambos criados em 2007. O primeiro tem por objetivo inserir os agricultores familiares na base de produção das matérias-primas para a produção de biodiesel. Já o BahiaBio, instituído em dezembro de 2007, almeja o desenvolvimento da agricultura familiar e prevê o desenvolvimento de oito polos para a produção de 6,2 milhões de m³ de etanol, 1,24 milhão de m³ de biodiesel com a implantação de um parque de extração de óleo e a exploração de 1,237 milhão de hectares de oleaginosas (BAHIA, 2008).

As metas do programa BahiaBio previam produção de 197 mil m³ de biodiesel para o ano de 2008, 517 mil para o ano de 2010 e, a partir de 2012, o estado teria que produzir 773 mil m³. Os anos posteriores à implantação do programa demonstraram que essas metas eram ambiciosas em demasia, principalmente pelo fato de as oleaginosas em questão (soja, dendê, girassol e mamona) apresentarem mercado consolidado, em especial o mercado de alimentos, que, via de regra, paga valores maiores por seus produtos em comparação com a produção de biodiesel.

Segundo a ANP, em 2012 a demanda por óleo diesel no estado da Bahia foi de 3.165.971 m³, enquanto que a produção de biodiesel foi de 131.819 m³. Na atual

¹ Nota-se o pioneirismo do estado da Bahia, visto que o programa é de março de 2004, portanto anterior ao PNPB do governo federal, que data de dezembro de 2004. Nota do autor.

Tabela 1
Empresas produtoras de biodiesel no estado da Bahia e sua respectiva capacidade, produção e taxa de ociosidade – 2012

Empresas	Capacidade (m³)	Produção (m³)	Ociosidade (%)
Vanguarda biodiesel	129.600	19.770	84,75
Comanche	120.600	3.347	97,22
PBIO	217.231	108.774	49,93
Total	467.431	131.891	-

Fonte: adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (2013).

legislação, que exige 5% de mistura de biodiesel no diesel, o B5, a Bahia necessitou importar biodiesel para complementar sua demanda. Isso ocorre pelo fato de o estado contar com apenas três empresas produtoras de biodiesel em atividade, que são a Vanguarda Biodiesel², localizada na cidade de Iraquara, próximo a Irecê, a Comanche Clean Energy que, apesar da produção reduzida em 2012, segundo a ANP, continua em atividade, na cidade de Simões Filho, e a unidade da Petrobrás Biocombustíveis (PBIO) em Candeias. A Tabela 1 demonstra a capacidade de produção de cada indústria, a produção efetiva e a taxa de ociosidade destas no ano de 2012.

Rendimento do sebo bovino para fabricação de biodiesel

Segundo a FNP Consultoria & Comércio (2003), o rendimento médio do sebo bovino é de 23 kg por cabeça. Em uma produção de biodiesel a partir de sebo bovino, para cada unidade de matéria-prima, obtém-se uma unidade de massa de biodiesel. O volume obtido de glicerina é, praticamente, equivalente ao volume do álcool incorporado ao processo. No entanto, segundo o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado da Bahia (Sincar), devido ao baixo volume de carcaça do rebanho, o rendimento médio do sebo no estado é de 15 kg por cabeça. A Tabela 2 demonstra o potencial de produção de sebo bovino no território baiano a partir das zonas de criação e da quantidade de abates legais realizados em cada uma delas.

Para a produção de biodiesel a partir de gordura bovina, são necessárias de 7,5 a 8 libras (2,7 a 2,9 quilos) para

Tabela 2
Distribuição geográfica do rebanho bovino no estado Bahia – 2010

Região	Quantidade de bovinos	Bovinos abatidos	Volume de sebo (t)
Centro Sul Baiano	2.951.551	67.405	1.011,75
Sul Baiano	2.225.997	34.184	512,76
Centro Norte Baiano	1.707.874	42.270	634,05
Extremo Oeste Baiano	1.478.868	16.713	250,69
Nordeste Baiano	1.143.930	32.753	491,29
Vale do São Francisco	698.295	16.036	240,54
Metropolitana de Salvador	321.904	8.431	126,46
Bahia	10.528.419	217.792	3.266,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

fabricar um galão (3,8 litros) (BIODIESELBR.COM, 2008). Segundo Andrade Filho (2007), a Bahia tem um potencial de produção de sebo bovino de aproximadamente 21 mil t/ano, o que pode corresponder a um montante de 28,5 mil m³ de biodiesel B100. Convém salientar que esse total representa praticamente o déficit de produção do estado em 2012.

O aproveitamento dessa matéria-prima seria, portanto, estratégico para as ambições do estado em termos de produção de biodiesel.

LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA PARA SUPORTE À PRODUÇÃO DE BIODIESEL A PARTIR DE SEBO BOVINO

A maior parte do custo do biodiesel, cerca de 80%, concentra-se na matéria-prima. Dessa forma, para que o valor do biodiesel seja viável, é necessário, além de preços competitivos dos insumos – preconizados por custos agrícolas e pecuários mais baixos –, que exista infraestrutura logística eficiente para o transporte das matérias-primas até a indústria de biodiesel para que, daí, este seja enviado às distribuidoras e, por fim, aos consumidores finais nas redes de postos de combustíveis. Particularmente na Bahia existem algumas situações em que o insumo é enviado para indústrias esmagadoras antes de seguir para as plantas produtoras de biodiesel, incluindo mais uma etapa no processo logístico.

No que tange à infraestrutura de transportes para suporte ao setor, a Bahia possui rodovias integradas a portos e

² A Vanguarda vendeu as unidades da Bahia e Tocantins para a empresa Óleos Vegetais Planalto (Oleoplan S.A). Brasil Econômico (2013).

Tabela 3
Indústrias produtoras de biodiesel em atividade no estado da Bahia

Plantas de biodiesel	Capacidade de produção autorizada	Matérias-primas utilizadas	Rota tecnológica
Vanguarda Biodiesel	108 milhões de litros / ano	mamona, soja, algodão e girassol	metilica
Comanche	100,5 milhões de litros / ano	mamona, soja, algodão e dendê	metilica
Petrobrás Biodiesel	240 milhões de litros / ano	mamona, soja, algodão, dendê e girassol	metilica

Fonte: dados da pesquisa de campo.

aeroportos, além de uma ferrovia que corta seu território, integrando as regiões Norte e Oeste à região metropolitana. Em relação ao transporte de biodiesel, há de se considerarem algumas vertentes. A primeira delas é a localização das usinas de prensagem e fabricação de biodiesel em relação às bases de distribuição. Como visto anteriormente, existem, segundo a ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL, 2013), três indústrias autorizadas e em funcionamento na Bahia: a Petrobrás Biodiesel (PBIO), localizada em Candeias, a Comanche, localizada em Simões Filho, e a Vanguarda, na cidade de Iraquara. A essas empresas foi enviado questionário, que demonstrou o seguinte quadro, representado na Tabela 3:

Ainda conforme a ANP, há quatro bases de distribuição de combustíveis no território baiano: Juazeiro, Jequié, Itabuna e São Francisco do Conde. O segundo elemento a ser considerado é a questão do álcool (metanol ou etanol) que entra no processo de produção do biodiesel, cerca de 10% a 15% em volume total do combustível em questão. O custo de transporte desse insumo é fator relevante na constituição do custo do biodiesel.

A terceira vertente a ser considerada neste modelo de simulação é a localização geográfica das unidades de frigoríficos industriais. Esta localização é ponto crítico, visto que os custos com transportes são altamente influenciados pelas distâncias dos frigoríficos das zonas de criação, bem como das empresas produtoras de biodiesel. Nesta pesquisa foram enviados questionários às 11 principais unidades frigoríficas da Bahia, escolhidas devido a sua representatividade regional e,

Tabela 4
Unidades frigoríficas industriais: localização geográfica, capacidade de produção e taxa de ociosidade

Frigorífico	Localização	Capacidade de abate (dia)	% Ociosidade
Abatal	Juazeiro	900	86
Boi do Cerrado	Sta. Maria da Vitória	300	60
Campo do Gado	Feira de Santana	1250	57
Confrigo	Vitória da Conquista	800	32
Fribarreiras	Barreiras	400	34
Frigamar	Amargosa	400	27
Frigosaj	Sto. Antônio de Jesus	600	41
Frigoserra	Serrinha	400	52
Frimasa	Simões Filho	1500	40
Total		6550	

Fonte: pesquisa de campo com unidades frigoríficas industriais.

também, pelo fato de possuírem certificação federal para funcionamento³. Dos 11 questionários enviados, nove empresas retornaram com respostas, fornecendo base confiável para a realização do estudo. Na Tabela 4 seguem as informações dos frigoríficos e suas respectivas localizações geográficas, capacidade de produção e taxa de ociosidade.

Percebe-se, pela Tabela 4, que as plantas industriais operam muito abaixo de sua capacidade instalada. Uma das justificativas fornecidas pelos administradores dos frigoríficos seria o alto índice de abate clandestino na Bahia. A carne de origem clandestina apresenta preços menores por não cumprir as exigências de controle fitossanitário, além de não incidir sobre ela a devida carga tributária. Números apresentados pelo Sincar no ano de 2010 estimam que o abate clandestino seja responsável pelo fornecimento de 47% da carne bovina consumida no estado.

Lima e Oliveira (2007, p. 135-136) acrescentam ainda:

A cadeia produtiva de carne no Brasil e, principalmente, na Bahia, apresenta grandes diferenças regionais, com destaque para baixa integração vertical, presença de agentes intermediários, deficiências na fiscalização e

³ Todas as unidades entrevistadas são certificadas através do Sistema de Inspeção Federal (SIF), um certificado sanitário internacional, que habilita os frigoríficos a comercializarem seus produtos além das fronteiras regionais, e permite que exportem para outros países (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2013).

controle sanitário, concorrência entre frigoríficos fiscalizados e abatedouros clandestinos, altos índices de capacidade ociosa dos frigoríficos, ineficiência dos contratos e limitada diferenciação de produtos. A cadeia envolve a produção de insumos utilizados na pecuária, os sistemas de criação e abate, os canais da industrialização e distribuição da carne e subprodutos, bem como os consumidores finais e as atividades de apoio.

Além dos problemas relacionados ao abate clandestino, presença de intermediários e falta de verticalização do mercado local de carne bovina, que afetam diretamente a produtividade dos frigoríficos, verifica-se que o principal comprador desse insumo são as indústrias de higiene e limpeza, que o adquirem para a fabricação de sabão e detergente, pagando, em média, R\$ 1.733,33/t de sebo bovino. A Tabela 5 demonstra o preço médio do sebo negociado pelos principais frigoríficos do estado.

Ressalta-se ainda, que todos os frigoríficos pesquisados, visando adquirir maior valor de revenda do insumo em questão, além de ser exigido pela indústria de higiene e limpeza, principal compradora do sebo, realizam tratamento deste, utilizando uma espécie de argila ou terra clarificante denominada bentonita. Esse processo aumenta os custos de produção do sebo em cerca de 5%, todavia, gera um valor de revenda 10% maior, conforme entrevista realizada com os frigoríficos baianos.

Apesar das dificuldades apresentadas, como será demonstrado a seguir, existe correlação entre os diversos elos da cadeia: frigoríficos, empresas produtoras de

biodiesel, distribuidoras e zonas de criação, permitindo a realização de modelo de simulação de formação de preço de custo de biodiesel a partir de sebo bovino no território da Bahia.

MODELO DE SIMULAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PREÇO DE CUSTO DO BODIESEL A PARTIR DE SEBO BOVINO NO ESTADO DA BAHIA

Nesta sessão será apresentado um modelo de simulação de formação de preço de custo do biodiesel a partir de dois cenários. O primeiro considera a capacidade instalada de produção de sebo dos frigoríficos, enquanto que o segundo considera a situação atual de ociosidade destes. A demonstração dos cenários é importante, pois pode servir de parâmetro para subsidiar decisões de investimentos privados nesse setor, além de viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas que visem introduzir mais uma matéria-prima para a fabricação de biodiesel no território baiano. A comparação com os valores dos últimos dez leilões de biodiesel, realizada ao fim desta seção, propiciou visualizar a viabilidade financeira do insumo em estudo. Para o presente modelo foram consideradas as seguintes variáveis:

- preço do óleo diesel (para esta pesquisa foi utilizado o preço médio de mercado de R\$ 2,30);
- valor da carga tributária (para a Região Nordeste, o valor de PIS, Pasep e Cofins é de R\$ 0,22/l para o insumo em questão)⁴;
- localização geográfica e capacidade de produção de sebo das unidades de frigorífico industrial, bem como suas taxas de ociosidade;
- distância média entre os frigoríficos industriais, plantas produtoras e bases distribuidoras no estado da Bahia;
- custo de oportunidade matéria-prima (foi considerado o valor médio de R\$ 1.646,66/t)⁵;
- custo estimado do processo industrial de produção de biodiesel.

Tabela 5
Preço médio do sebo bovino praticado pelos principais frigoríficos industriais do estado da Bahia

Frigorífico	Preço (R\$) / (t)
Abatal	1.800,00
Boi do Cerrado	1.600,00
Campo do Gado	1.800,00
Confrigo	1.500,00
Fribarreiras	1.600,00
Frigamar	2.000,00
Frigosaj	2.000,00
Frigoserra	1.700,00
Frimasa	1.600,00
Preço médio	1.733,33

Fonte: pesquisa de campo com unidades frigoríficas industriais.

⁴ Ver Martins e Fortuna (2013).

⁵ Valor médio da tonelada, conforme dados da pesquisa, de R\$ 1.733,33, deduzindo o valor de 5% sobre o beneficiamento do sebo exigido pela indústria de fabricação de sabão.

Segundo Barros e outros (2006), os coeficientes industriais variam de acordo com a escala da planta. Os valores químicos, reparos e manutenção de máquinas, mão de obra, depreciação (dez anos) e outros custos de processamento perfazem R\$ 278,00 por tonelada de biodiesel processado numa planta de capacidade de dez mil toneladas por ano; R\$ 168,00, numa planta de 40 mil toneladas, e R\$ 136,00, numa planta de 100 mil toneladas por ano. Apesar de as três plantas instaladas na Bahia possuírem capacidade para mais de 100 mil toneladas por ano, elas trabalham com alta capacidade ociosa. Assim, para efeito de cálculo nesta pesquisa, foi estimado o custo de fabricação numa planta com capacidade de dez mil toneladas/ano, ou seja, com custo estimado de R\$ 278,00 por tonelada.

Após o cálculo do preço de mercado do biodiesel a partir de sebo bovino no território baiano, esses valores foram comparados com os praticados nos últimos dez leilões de biodiesel realizados pela ANP. Isto possibilitou analisar de modo racional até que valor é viável a inserção do sebo bovino como matéria-prima estratégica para a produção de biodiesel, dadas as atuais condições de mercado. É importante ressaltar que esta pesquisa utilizou como parâmetro a capacidade de produção de matéria-prima (sebo bovino) dos frigoríficos com base na atual estrutura logística e de mercado do estado da Bahia, e o preço final foi calculado em função do litro de biodiesel produzido.

O modelo de simulação de formação de preço se dará pelo somatório do custo da matéria-prima com os valores médios dos fretes dos frigoríficos para as plantas industriais de biodiesel e, daí, para as distribuidoras, adicionando-se o valor da carga tributária e o custo estimado

Apesar de as três plantas instaladas na Bahia possuírem capacidade para mais de 100 mil toneladas por ano, elas trabalham com alta capacidade ociosa

No custo do processo industrial, estão incluídos os valores do álcool (metanol), da mão de obra, do catalisador, da energia, do tratamento de coproduto (glicerina), da depreciação e outros gastos operacionais

do processo industrial. É interessante destacar que, no custo do processo industrial, estão incluídos os valores do álcool (metanol), da mão de obra, do catalisador, da energia, do tratamento de coproduto (glicerina), da depreciação e outros gastos operacionais.

Definidas as variáveis, o cálculo do preço médio de mercado do biodiesel produzido a partir de sebo bovino no território baiano se dará da seguinte forma: para se produzir um litro de biodiesel a partir de sebo bovino será necessário 0,74 Kg desse insumo. Assim, o custo da matéria-prima será R\$ 1,213/l⁶. Esse será o valor considerado para a introdução no modelo de simulação de formação de preço. A distância média, na Bahia, entre os frigoríficos industriais, plantas de biodiesel e distribuidoras é de 376 km⁷, sendo esta a quilometragem média utilizada como base de cálculo do frete.

CENÁRIOS DE REFERÊNCIA

Cenário 1: produção de biodiesel a partir de sebo bovino considerando a capacidade instalada dos frigoríficos industriais

A capacidade de produção estimada de sebo bovino, no Cenário 1, é de 98.250 kg por dia, advindos do abate

6 2,8 kg são necessários para produzir um galão (3,8L). Biodieselbr.com (2007).

7 Foi considerada a distância média dos nove frigoríficos que responderam ao questionário em relação às plantas industriais e, dessas, para as distribuidoras mais próximas. Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 6
Estimativa de preço de custo do biodiesel produzido a partir de sebo bovino no estado da Bahia

Variável	Preço/litro (R\$)
Custo da matéria-prima	1,213
Custo do frete	0,0065
Custo de fabricação	0,278
Impostos	0,22
Custo total	1,718

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 7
Valores médios apurados nos leilões de biodiesel de 11/2010 a 02/2013 (total de dez leilões)

Leilão	Preço médio por litro (R\$)
21	2,046
22	2,207
23	2,439
24	2,179
25	2,236
26	2,699
27	2,824
28	2,793
29	2,696
30	2,031
Preço médio	2,415

Fonte: adaptado da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (2013).

de 6.550 unidades bovinas. Assim, a capacidade de produção de biodiesel, com base em sebo bovino, é de 133.325,25 litros por dia. Este valor será a base para o cálculo do valor médio do frete do biodiesel transportado, resultando no valor de R\$ 0,0065 por litro⁸. Adicionando-se o valor dos impostos mais o valor do custo médio de fabricação, tem-se o valor médio total do biodiesel a partir de sebo bovino. A Tabela 6 demonstra detalhadamente as etapas do processo de formação de preço de custo.

Considerando-se as variáveis estudadas, o custo médio por litro de biodiesel a partir de sebo bovino produzido na Bahia seria de R\$ 1,718. A Tabela 7 apresenta, a partir de informações da ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL, 2013), os valores médios apurados nos dez últimos leilões realizados. A partir do 23o leilão no ano de 2011, os valores foram divididos por região, assim, para efeito

⁸ A distância média de 376 km multiplicada pelo valor do frete (R\$ 2,30/km) dividida pela capacidade de produção.

comparativo, foram utilizados os valores médios apresentados pela Região Nordeste.

Percebe-se que, apesar do alto custo de produção de biodiesel de sebo bovino no estado da Bahia, existe viabilidade financeira para esta, pois o menor valor apurado em leilão foi no 30º, que apresentou valor médio de R\$ 2,031/l, uma diferença de R\$ 0,313. A diferença média foi na ordem de R\$ 0,723, oferecendo uma margem de lucro média de 42%, valor este mais que suficiente para viabilizar a produção.

Cenário 2: produção de biodiesel a partir de sebo bovino considerando a capacidade ociosa atual dos frigoríficos industriais

No Cenário 2 foram consideradas as mesmas condições para as variáveis custo da matéria-prima, custo de fabricação e impostos. No entanto, como a produção estimada é menor, devido à capacidade ociosa instalada dos frigoríficos industriais, o custo do frete por litro de biodiesel transportado ficou maior, apesar da manutenção do preço de R\$ 2,30 por km rodado. A Tabela 8 demonstra a capacidade instalada de produção, a taxa de ociosidade, o abate diário efetivo, bem como a produção de biodiesel a partir desse cenário, de acordo com a metodologia e os objetivos desta pesquisa.

Tabela 8
Capacidade instalada de produção, taxa de ociosidade, abate efetivo e estimativa de produção de biodiesel

Frigorífico	Capacidade instalada	Ociosidade (%)	Abate efetivo	Produção de biodiesel (l)
Abatal	900	86	126	2.565
Boi do Cerrado	300	60	120	2.443
Campo do Gado	1250	57	538	10.941
Confrigo	800	32	544	11.073
Fribarreiras	400	34	264	5.374
Frigamar	400	27	292	5.944
Frigosaj	600	41	354	7.206
Frigoserra	400	52	192	3.908
Frimasa	1500	40	900	18.320
Total/ociosidade média	6.550	48	3.330	67.772

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Dessa forma, nesse cenário, a estimativa de produção de sebo bovino é de 49.950 kg por dia, proveniente do abate de 3.330 unidades bovinas. Desse modo, a capacidade de produção de biodiesel é de 67.772 litros por dia. Este valor, considerando-se a atual situação de mercado, será a base para o cálculo médio do frete do biodiesel transportado, resultando no valor de R\$ 0,013 por litro. Adicionando-se o valor dos impostos mais o valor do custo médio de fabricação, tem-se o valor médio total do biodiesel a partir de sebo bovino de R\$ 1,724/l.

Percebe-se que, mesmo com um valor maior de frete, devido ao menor volume transportado, o biodiesel proveniente de sebo bovino ainda persiste em patamar competitivo. Comparando-se com o valor médio apresentado nos últimos dez leilões de biodiesel da ANP (Tabela 7), a diferença de preço é da ordem de 28%, margem, portanto, ainda atraente para o setor de combustíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar os motivos da não utilização do sebo bovino como insumo estratégico para complementar a produção de biodiesel no estado da Bahia. Para isto, mapeou o rebanho bovino do estado, identificando suas zonas de criação e a correlação geográfica destes com os frigoríficos industriais, as plantas de produção de biodiesel e as empresas distribuidoras, diagnosticando a infraestrutura do território para a produção de biodiesel a partir deste insumo. A partir dessas informações, foi possível estabelecer modelo de simulação de cálculo de custos para o biodiesel de sebo bovino no território baiano, demonstrando sua viabilidade. Reconhecem-se algumas limitações inerentes a essa abrangência, mas se destacam também o pioneirismo de se calcularem os custos do biodiesel a partir de sebo de boi na Bahia e a importância desse valor como um dos parâmetros para investimentos privados e para políticas públicas do setor.

A não utilização do sebo bovino como insumo para produção de biodiesel na Bahia ocorre basicamente pela junção de quatro fatores. O primeiro deles seria o alto índice de abate clandestino caracterizado pelos baixos custos de produção e a baixa exigência de controle

fitossanitário, que desestimula, por sua vez, o segundo, que é a falta de investimentos em frigoríficos industriais. O provável terceiro motivo seria o reduzido número de plantas produtoras de biodiesel. Apesar de a PBIO, nos últimos meses, ter aumentado a demanda por sebo bovino para fabricação de biodiesel, teve dificuldades em encontrá-lo em grande escala, provavelmente devido à consolidação do mercado de higiene e limpeza. E, por fim, as dificuldades existentes na infraestrutura de transportes de algumas regiões do estado, caracterizada pela má conservação das estradas e a baixa articulação com a rede de estradas vicinais.

Os dois cenários apresentados nessa pesquisa evidenciam que o sebo bovino pode ser utilizado como matéria-prima complementar para a produção de biodiesel na Bahia, pois, além de haver disponibilidade no mercado, apresenta alto rendimento, baixo custo (cenários 1 e 2) e não compete com mercados essenciais como o de produção de alimentos. No entanto, caso não sejam desenvolvidas medidas normativas, de fomento e até mesmo policiais, o sebo bovino continuará demandando análises de risco por parte dos produtores de biodiesel, dadas as possibilidades de desabastecimento, assim como os problemas na regularidade do fornecimento e o acirramento da competição via preços com a indústria de higiene e cosméticos, riscos estes causados, principalmente, pelo excessivo abate clandestino, que reduz a disponibilidade de sebo no mercado.

Diante desse cenário, e com o intuito de orientar pesquisas posteriores, bem como investimentos do setor público e privado, sugerem-se as seguintes recomendações:

- desenvolver medidas para a padronização desse insumo às especificidades técnicas requeridas pela indústria de biodiesel;
- promover, no âmbito da política de CT&I da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), o lançamento de editais temáticos de demanda induzida para gerar o melhoramento genético do rebanho de corte, o que aumentaria seu volume de carcaça;
- intensificar a fiscalização do abate clandestino, fortalecendo a ADAB por meio das seguintes medidas:

- » realização de concurso público para contratação de pessoal especializado;
- » estruturação de uma base de dados georreferenciada sobre o abate clandestino na Bahia;
- » realização de campanhas de conscientização da população sobre os perigos de se consumir carne de origem duvidosa;
- realizar ações policiais em regiões específicas do estado (a maioria de conhecimento público) onde há maior incidência de abates clandestinos, o que inibiria essa prática;
- reforçar, nas ações orçamentárias específicas do PPA 2012-2015, a atuação da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri) e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) no setor pecuário;
- direcionar o foco das ações de atração de investimento a partir de estímulos fiscais e creditícios, mais especificamente no Desenvolve e no ProBahia, de forma a viabilizar, também, a atração de grandes frigoríficos industriais;
- estimular, no âmbito dos Programas Cadeias Produtivas do Agronegócio, coordenado pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e reforma Agrária (SEAGRI) e Indústria e Mineração, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), a formação de um cluster empresarial, tendo os grandes frigoríficos como âncoras, de forma a garantir maior integração entre as unidades de abate, os criadores de gado de corte e as usinas de biodiesel, para melhorar o fluxo de informações, reduzir custos e garantir regularidade de fornecimento da matéria-prima;
- dar atenção especial, na programação da Secretaria da Infraestrutura (Seinfra) e do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia (Derba), ao conjunto de rodovias e estradas vicinais que ligam as zonas de produção pecuária aos principais eixos de transporte do estado.

Essas medidas, em conjunto, ajudariam a estimular o desenvolvimento do mercado de biodiesel a partir do sebo bovino, uma vez que deixaria o ambiente comercial mais atrativo, estimulando o capital privado a investir neste setor. Os frigoríficos também se beneficiariam com essas medidas, em especial a fiscalização efetiva, o que diminuiria o abate clandestino e o consequente aumento

de utilização da capacidade instalada para abate, assim como seus custos de produção.

Além disso, o mercado do sebo bovino seria diversificado, pois, com maior quantidade de abate legal, maior seria a oferta do insumo, abrindo espaço para a comercialização além da indústria de higiene e limpeza. A diversificação do mercado tende a criar maior competitividade no setor, potencializando o insumo na cadeia produtiva de biodiesel.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA – ADAB. *Distribuição geográfica do rebanho bovino no estado da Bahia*. 2011. (Resposta ao ofício SPE/DPE Nº001/12).
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*. Brasília: ANP, 2013. Disponível em <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1365366447714>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- ANDRADE FILHO, M. *Aspectos técnicos e econômicos da produção de biodiesel: o caso do sebo bovino como matéria-prima*, 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Energia)– Universidade Salvador, Salvador, 2007.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. 2013. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.anvisa.gov.br%2Falimentos%2Faulas%2Fii_seminario_rotulagem%2Frotulagem_origem_animal.ppt&ei=DnJLUvqoB4a68ATpxYGgBg&usg=AFQjCNHe49ZQGIKpczKY6KvWzI7U5HEISg&bvm=bv.53371865,d.eWU>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação. *Programa de Bioenergia: BAHIABIO*. Salvador: SEAGRI, 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BARROS, G. S. C. et al. Custos de produção de biodiesel no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 15, n. 3, jul./ago./set. 2006. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/pol_agr_03-2006.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2013.
- BODIESELBR.COM. *Demanda por gordura bombeia os preços para cima*. 2008. Disponível em: <<http://www.bodieselbr.com/noticias/biodiesel/demanda-gordura-bombeia-precos-cima-15-10-07.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BIODIESELBR.COM. *Sebo bovino no pódio do biodiesel*. 2012. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/sebo/sebo-bovino-podio-biodiesel-220512.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BRASIL ECONÔMICO. *Vanguarda vende à Oleoplan duas usinas de biodiesel por R\$ 100 milhões*. Disponível em <<http://www.brasileconomico.com.br/noticias/nprint/110248.html>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

CAMPOS, A. A.; CARMÉLIO, E. C. Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel no Brasil. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: SENAC, 2009. p. 60-97.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agro 2006*: IBGE revela retrato do Brasil agrário. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1464>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

_____. *Produção da pecuária municipal*. 2010. v. 38. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/2010/ppm2010.p>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

FNP CONSULTORIA & COMÉRCIO. Estudo do mercado de óleos de origem vegetal e animal no Brasil. [S.l.]: [s.n.], 2003.

LEVY, Gabriel. *A inserção do sebo bovino na indústria brasileira de biodiesel*: análise sob a ótica da economia dos custos de mensuração. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado)—Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 2011.

LIMA, M. A.; OLIVEIRA, S. C. S. A indústria de frigoríficos na Bahia: mapeamento e proposta de regionalização. *Revista Desenhahia*, Salvador, n. 7, set. 2007. Disponível em: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/2508201110317500_Cap%206.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2013.

LOPES, E. M. *Análise energética e da viabilidade técnica da produção de biodiesel a partir de sebo bovino*. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado)—Instituto de Engenharia e Energia, Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais. 2006.

MACEDO, I. C.; NOGUEIRA, L. A. H. Avaliação do biocombustível no Brasil. *Cadernos NAE*, Brasília, n. 2, jan. 2004.

MARTINS, L. O. S.; FORTUNA, R. A. C. O sebo bovino como insumo estratégico da cadeia de biodiesel: uma análise crítica. In: EXLER, R. B.; SAMPAIO, P. L.; TEIXEIRA, L. P. B. (Org.). *Bioenergia: um diálogo renovável*. Salvador: Vento Leste, 2013. p. 64-80.

MARTINS, R. et al. O biodiesel de sebo bovino no Brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n. 5, maio, 2011.

SILVA, S. M.; FERNANDES, M. F.; SILVA, O. J. Potencialidade da Bahia para produção de biodiesel. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 4., 2009, Belém. [Anais...] Belém: [s.n.], 2009.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS DO ESTADO DA BAHIA. *Produção de carne bovina no estado da Bahia (1979-2000)*. Salvador: SINCAR, 2005.

SOUZA, M. A. A. Seminário temático sobre produção. In: REUNIÃO DA REDE BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE BIODIESEL, 1., 2005, Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: ANP, 2005. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/rede_brasileira_tecnologia/i_reuniao_rede.html>. Acesso em: 5 mar. 2013.

Novo ciclo de crescimento econômico

Luiz Mário Ribeiro Vieira

Mestre em Economia. Coordenador de Acompanhamento Conjuntural da SEI.



Nos últimos dez anos, o Brasil cresceu, em média, 3,6%. Para se entender o processo de crescimento econômico, é preciso identificar as forças que alavancaram essa expansão.

A partir de 2003, a economia mundial entrou numa trajetória de crescimento que se pode considerar como “dourada”, com o PIB expandindo-se, em média, 4,2%. O Brasil se beneficiou significativamente dessa conjuntura em razão do aumento expressivo da demanda de *commodities* exportáveis. Ao mesmo tempo, internamente o governo adotava uma política distributiva, via transferências de renda, elevação real do salário mínimo e aumento do crédito que, em 2003, representava apenas 24,8 % do PIB e, em 2012, alcançou 53,5%.

Esta política econômica afetou fortemente a demanda agregada, pois, ao se analisarem os componentes do PIB, o consumo das famílias teve papel decisivo para o crescimento do Brasil nestes dez anos, não somente pelo peso, acima de 60%, como pelo crescimento contínuo no período. Por sua vez, o investimento – componente fundamental para a manutenção do crescimento no longo prazo –, embora em alguns anos crescendo bem forte, como proporção do PIB ficou muito abaixo dos níveis desejados.

A política econômica distributiva e de inclusão social trouxe resultados extraordinários, como a geração

recorde de empregos. Foram gerados 18,8 milhões de empregos formais, que reduziram a taxa de desemprego medida nas regiões metropolitanas de uma média de 12,3%, em 2003, para 5,5%, em 2012, levando praticamente a economia a operar quase a pleno emprego.

O efeito colateral desse processo de crescimento foi o descolamento da taxa de inflação – devido ao desequilíbrio entre oferta e demanda, além dos choques adversos dos produtos *in natura* – que vem sistematicamente ficando acima do centro da meta desde 2010. Outro efeito negativo foi a valorização do câmbio, determinada pelo aumento das *commodities*, gerando déficit em transações correntes, o que poderá causar problemas no futuro, caso não seja corretamente financiado.

Mesmo com esses problemas, o Brasil apresenta indicadores macroeconômicos positivos: superávit primário e dívida líquida em níveis adequados e reservas suficientes para a conjuntura internacional adversa.

Estes indicadores permitem ao país entrar num novo ciclo de crescimento, agora centrado no investimento, principalmente em infraestrutura, já que este se encontra relativamente baixo como proporção do PIB, algo em torno de 18,1%. Nesse sentido, as concessões podem ser o grande passo nessa direção, com investimentos de quase R\$ 1 trilhão até 2022.

Para que a taxa de investimento se eleve a níveis históricos de 24% a 25% do PIB, como deseja o governo, algumas condições precisam ser atendidas. Como se sabe, o investimento depende de muitos fatores, destacando-se: as expectativas de crescimento da demanda, o nível de crédito, as externalidades criadas pelo setor público e a segurança jurídica.

Além desses fatores, a qualidade da força de trabalho passa a ser um fator decisivo para a elevação do nível de investimento, diante das novas tecnologias a serem utilizadas. O Brasil atende, em parte, a essas exigências e vem empenhando-se, cada dia, a melhorar, principalmente no que se refere à qualificação da força de trabalho, o que tem aumentado expressivamente o número de matrículas na educação profissionalizante, passando de 560 mil, em 2003, para quase de 1,4 milhão em 2012.

A mudança da agenda – inscrita agora com ênfase na infraestrutura, mas sem abrir mão do tripé macroeconômico – é de suma importância para o Brasil, pois esta já se encontrava deficiente desde a implantação do Plano Real, há quase 20 anos. Portanto, existe uma demanda

insatisfeita para esse tipo de investimento cuja carência, ao longo dos anos, prejudicou a competitividade do país em relação ao resto do mundo. O Brasil investe ainda muito pouco em infraestrutura, apenas 2,5% do PIB, bem abaixo dos países asiáticos, entre 5% a 7% do PIB.

Este novo ciclo de crescimento, centrado na infraestrutura com seu efeito multiplicador, é um dos requisitos para que o Brasil cresça, em média, 4,0% nos próximos dez anos (2014-2024), ajudado também pela recuperação da economia mundial. Assim, os investimentos irão impactar a produtividade da economia, que poderá voltar a crescer de maneira expressiva, tal como ocorreu na década de 1990 e cujos efeitos se fizeram sentir sobre a renda real do trabalhador ao mesmo tempo em que se incentivava o investimento privado.

O sucesso do programa de concessões e a mobilidade urbana são pré-requisitos para que o Brasil entre num novo ciclo de crescimento com serviços de melhor qualidade, aumento da competitividade e da produtividade dos produtos, com inclusão social, aumento do emprego e melhor qualidade de vida para o trabalhador.

O estado da Bahia deverá atrair um total de 515 empreendimentos até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais que estão previstos para o estado da Bahia devem, até o ano de 2015, alcançar o montante de R\$ 53,3 bilhões. Espera-se, com isso, que sejam implantadas e/ou ampliadas 515 empresas de diversos setores, que deverão gerar cerca de 86.675 mil empregos diretos.

O maior volume de investimentos previstos será alocado no território Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 18,5 bilhões e a implantação/ampliação de 208 empresas. Destacam-se, também, os territórios Sertão Produtivo, com um volume esperado de aproximadamente R\$ 12,3 bilhões alocados em 12 projetos, e Recôncavo, com investimentos previstos de aproximadamente R\$ 5 bilhões.

Por complexo de atividade, destaca-se o complexo Outros, no qual os investimentos somam R\$ 15,3 bilhões, totalizando 50 projetos de empresas com intenção de investir no estado. Destacam-se aí inversões para a área de energia eólica, estando inseridos diversos projetos de grande porte que farão parte do parque eólico do estado (SICM, 2013).

No complexo Atividade Mineral e Beneficiamento, o volume previsto também é expressivo, chegando a aproximadamente R\$ 19,3 bilhões, a partir de 12 projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais metálicos e não metálicos.

No complexo Químico-petroquímico está previsto um volume de R\$ 9 bilhões, contemplando 147 empreendimentos a se implantarem no estado até 2015.

No complexo Metal-mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 5 bilhões, a partir de 51

projetos. Neste complexo, destaca-se a pedra fundamental da fábrica da Jac Motors, em fase de execução das obras de terraplanagem, com capacidade para produzir cerca de 100 mil veículos/ano e com previsão de se investir um montante de R\$ 1,4 bilhão e previsão de gerar 3.500 empregos diretos.

Cabe destacar ainda o plano em curso de ampliação da Ford Motors do Brasil, que elevará a capacidade produtiva de Camaçari, de 250 mil para 300 mil veículos/ano, contando ainda com uma fábrica de motores com capacidade para 210 mil unidades/ano.

Outro investimento aguardado é o da Foton Motors do Brasil. O projeto, na Bahia, prevê a montagem de 30 mil veículos/ano, com um investimento de R\$ 209 milhões no município de Camaçari. Espera-se que, com esses investimentos, se configure um cenário promissor para o setor automotivo na Bahia.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano com a diversificação da sua matriz industrial, e consequentemente traz benefícios para a sua economia. Esta ação governamental, com o objetivo de desenvolver a indústria baiana, vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 1

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2013-2015

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.677.197.049	137	6,9	27
Atividade Mineral e Beneficiamento	19.293.298.544	12	36,2	2
Calçados/Têxtil/Confecções	139.161.896	35	0,3	7
Complexo Madeireiro	92.482.800	16	0,2	3
Eletroeletrônico	224.093.955	34	0,4	7
Metal-Mecânico	5.030.610.000	51	9,4	10
Químico-Petroquímico	9.002.251.456	147	16,9	29
Reciclagem	7.826.000	7	0,0	1
Transformação Petroquímica	527.000.000	26	1,0	5
Outros	15.262.537.300	50	28,7	10
Total	53.256.459.000	515	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/2013.

Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2013-2015

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	316.000.000	8	1	2
Bacia do Rio Grande	744.400.000	26	1	5
Baixo Sul	484.100.000	4	1	1
Chapada Diamantina	970.000.000	1	2	0
Costa do Descobrimento	618.820.000	19	1	4
Extremo Sul	85.150.000	12	0	2
Irecê	15.000.000	1	0	0
Litoral Norte e Agreste Baiano	2.176.950.000	14	4	3
Litoral sul	204.470.000	14	0	3
Médio Rio de Contas	184.950.000	9	0	2
Médio Sudoeste da Bahia	72.200.000	3	0	1
Metropolitana de Salvador	18.529.570.000	208	35	40
Piemonte do Paraguaçu	457.800.000	4	1	1
Piemonte Norte do Itapicuru	700.530.000	2	1	0
Portal do Sertão	641.370.000	73	1	14
Recôncavo	5.004.340.000	25	9	5
Semiárido Nordeste II	875.000.000	2	2	0
Sertão do São Francisco	960.370.000	34	2	7
Sertão Produtivo	12.269.900.000	12	23	2
Sisal	292.000.000	3	1	1
Vale do Jiquiriça	5.076.600.000	4	10	1
Velho Chico	810.000.000	5	2	1
Vitória da Conquista	1.766.939.000	32	3	6
Total	53.256.459.000	515	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/09/2013.

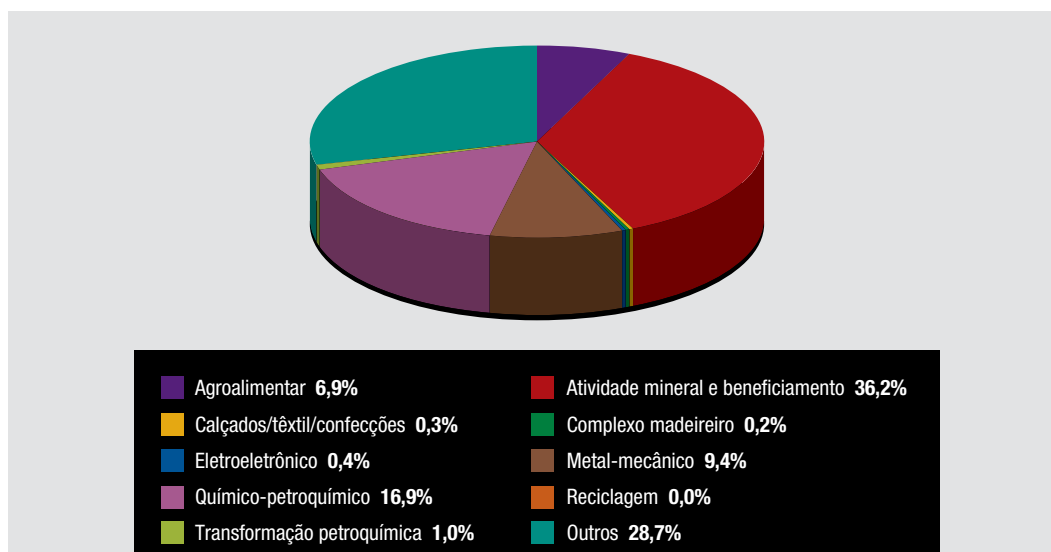


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2013-2015

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/09/2013.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Pro cobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.



**Está
na moda
investir
na Bahia.**



A Bahia produz algodão com alto padrão de qualidade, e a região oeste conta com clima favorável, infraestrutura, localização estratégica, pesquisas tecnológicas modernas e melhoramento genético. Tudo isso resulta em recordes mundiais de produtividade, além de fibras com comprimento e densidade ideais para a indústria. Para completar, o Governo da Bahia fortalece a agroindústria do algodão, disponibilizando diversos programas de incentivo. Mais do que uma tendência, investir na cadeia têxtil do Oeste Baiano é uma boa oportunidade.

SECRETARIA DA
AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA



agronews@seagri.ba.gov.br • www.seagri.ba.gov.br





A LIDERANÇA É GLOBAL: COCRIANDO UM MUNDO MAIS HUMANO E SUSTENTÁVEL

Neste livro, publicado pela editora Senac em parceria com a Global Leadership Network (GLN) e com a SOL Brasil (Society for Organization Learning), são apresentados relatos de 20 renomados líderes globais que se destacam no campo da resolução de conflitos, da educação para a liderança e como empreendedores e inovadores da sustentabilidade.

São líderes de diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos e políticos que dão o testemunho de suas experiências, possibilitando uma interessante diversidade de visões, percepções e análises, podendo-se vislumbrar, a partir do conjunto, qual seria o perfil de uma liderança global na contemporaneidade.



CARTILHA DOS DIREITOS DO EMPREGADOR E EMPREGADO DOMÉSTICO

Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante e Adriano Fracappani apresentam, de forma esquematizada por temas, os direitos e deveres do empregador e do empregado doméstico em uma cartilha estruturada com perguntas e respostas objetivas, para que todos entendam e respeitem os novos direitos.

No momento da extensão de vários direitos aos empregados domésticos, surgiram muitas dúvidas por parte de empregadores e empregados domésticos na aplicação das novas regras. Por sua vez, as questões jurídicas, muitas vezes, não possuem uma resposta exata, principalmente em fases como essa, de inúmeros debates iniciais, e em que regulamentações específicas estão sendo avaliadas pelo Congresso Nacional. Esta cartilha traz a contribuição dos autores, que procuram orientar a todos na solução de questões diárias.



EMPRESAS EM MOVIMENTO

O livro de Beth Zorzi destaca a importância da cultura organizacional nos resultados de uma empresa. Apresenta cases de organizações de sucesso que obtiveram excelentes níveis de desempenho focando na cultura organizacional. Menciona também cases de organizações que não alcançaram sucesso, buscando chamar a atenção dos leitores para que os mesmos erros não sejam cometidos.

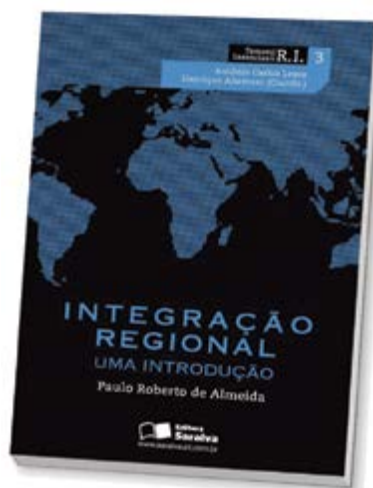
A autora possui uma vasta experiência como executiva de grandes empresas e como consultora líder de projetos de transformação organizacional em segmentos diversificados de negócio, sempre com foco em cultura para resultado. Para ela, mudança cultural nas empresas é mais uma questão de renovação de práticas e menos de mudança de valores. Nesse aspecto, o livro é voltado para todos aqueles que tenham interesse em conhecer uma metodologia de transição cultural, cases de sucesso, questionamentos sobre o tema e histórias da vida profissional da autora.



ESTATÍSTICA APLICADA A FINANÇAS

Este livro de Jorge Rezende é dirigido para quem deseja saber mais sobre Ciências Estatísticas e, principalmente, para aqueles que desejam obter êxito em seus negócios, aliando o conhecimento da Estatística ao do mercado financeiro.

O uso da Estatística na abertura de uma empresa ajuda a projetar ganhos de forma calculada, visto que o objetivo desta ciência é transformar conjuntos de dados numéricos em informação. É, portanto, com essa visão de mercado que o autor conduz a referente obra de forma objetiva e prática, através de exercícios que irão possibilitar ao leitor a aplicação do conhecimento teórico adquirido.



INTEGRAÇÃO REGIONAL: UMA INTRODUÇÃO

O objetivo desta publicação é analisar a constituição de acordos e blocos econômicos e seus impactos para a economia mundial contemporânea. O autor, Paulo Roberto Almeida, faz uma síntese sobre uma gama de estudos teóricos, sobretudo a respeito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e das negociações multilaterais presentes no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), enriquecidos com sua vivência prática em negociações internacionais e acerca do funcionamento interno dos processos de integração regional.

De forma sintética e objetiva, o livro consolida um itinerário bastante longo de estudos, pesquisas dirigidas, atividades práticas e escritos publicados sobre o assunto em suas múltiplas manifestações geográficas e políticas que, além de possibilitar o aprofundamento do debate sobre esses processos, são de suma importância para a construção das relações internacionais do Brasil.

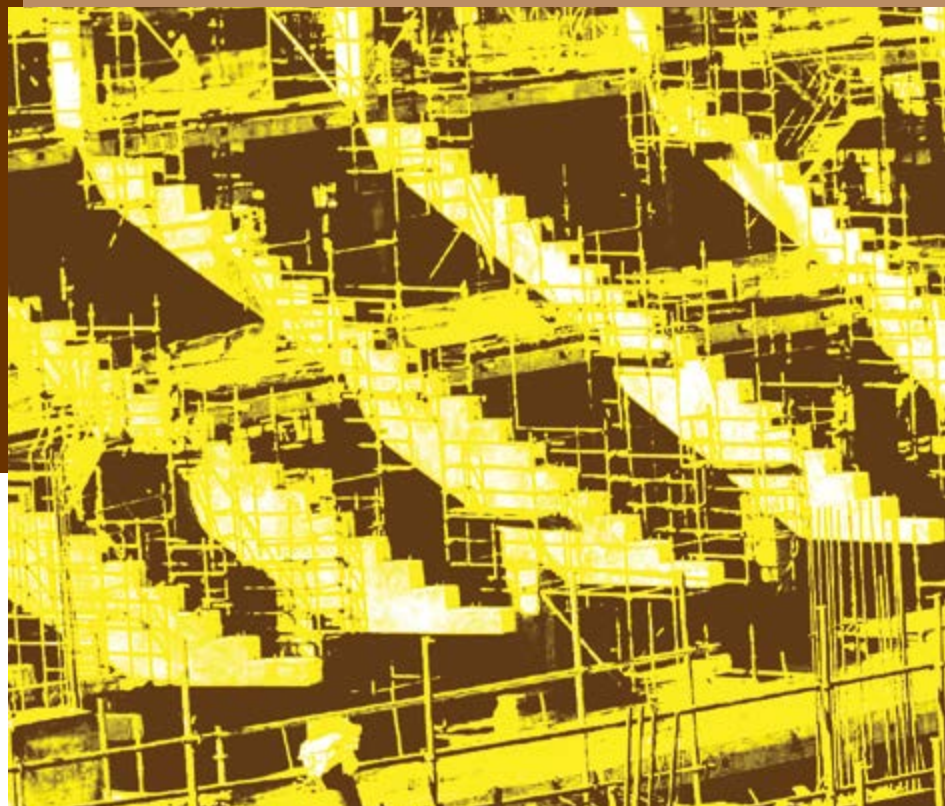


VISÃO INFINITA

Este livro, da Editora Bookman, conta a história, os ideais e as estratégias de uma das maiores e mais bem-sucedidas clínicas oftalmológicas do mundo, a Clínica Aravind, considerada atualmente uma referência na área de prevenção à cegueira.

A obra de Pavithra K. Mehta e Suchitra Shenoy descreve a história do Dr. Govindappa Venkataswamy (o Dr. V) que, em 1976, abriu a Clínica Aravind sem fins lucrativos em uma residência familiar na Índia. A princípio, a clínica de olhos não possuía fonte de renda, plano administrativo e, tampouco, rede de segurança. Na avaliação dos autores, o Sistema Oftalmológico Aravind foi capaz de integrar inovação, empatia e princípios administrativos com serviço de qualidade.

Conjuntura Econômica Baiana



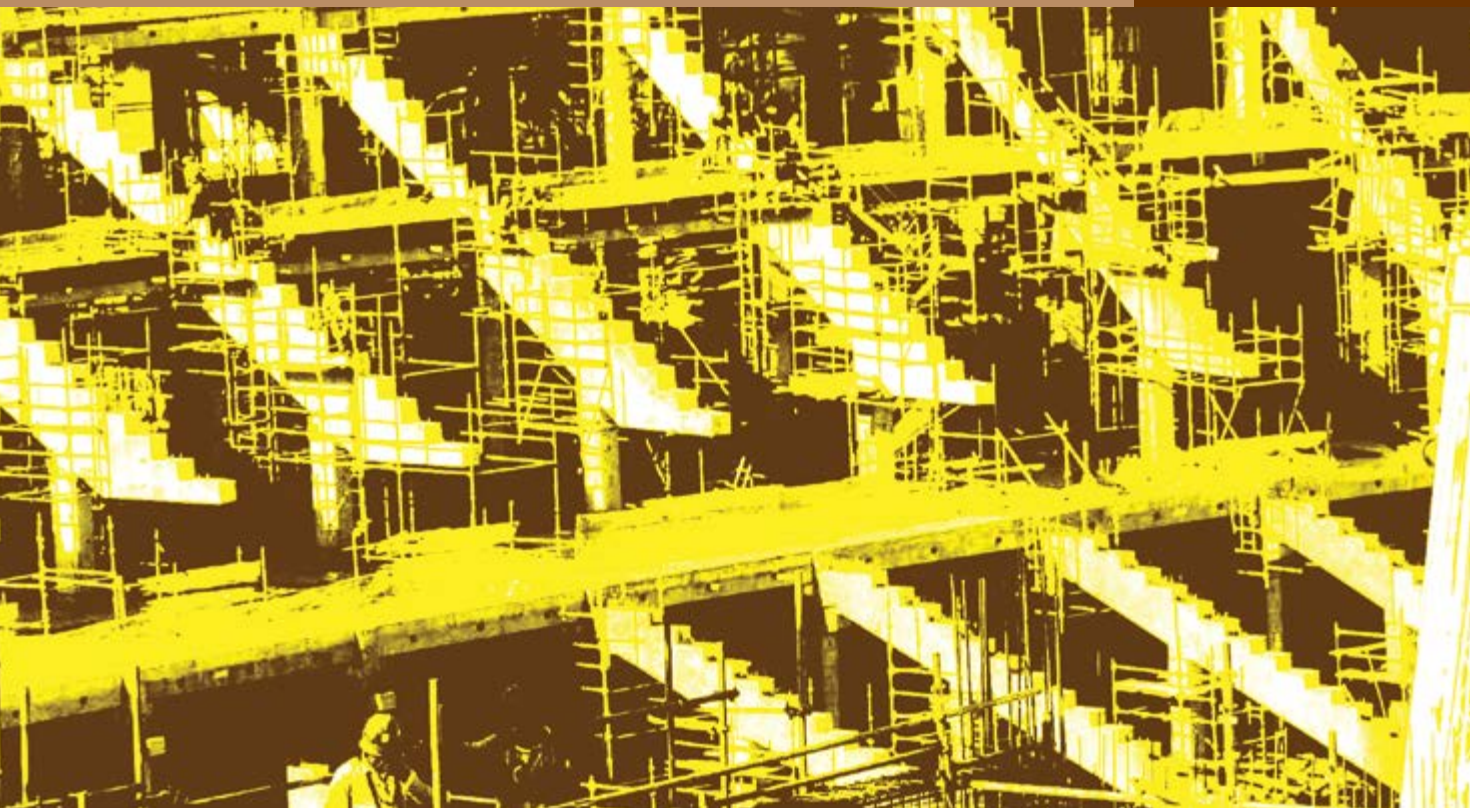
Nesta edição, a conjuntura econômica baiana foi marcada pela forte recuperação na atividade industrial, a melhoria no rendimento real do trabalhador e o desaquecimento da inflação, no indicador acumulado no ano de 2013, em relação ao mesmo período de 2012. No comércio varejista, apesar do resultado positivo, a atividade econômica continua desaquecida, influenciada pela retração persistente do segmento de combustíveis e lubrificantes, enquanto que as exportações e o emprego industrial apresentaram queda no período analisado. Cabe salientar que, na Bahia, a taxa de desemprego ainda é alta em relação a 2012, e a expectativa é de desaceleração para os próximos meses.

Ao analisar os dados divulgados no relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-BA), publicado pelo IBGE, a indústria baiana de janeiro a julho de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, cresceu 7,0%, taxa superior aos 2,4% apresentados em 2012 na mesma comparação. Dos oito segmentos da indústria de transformação (7,4%), seis apresentaram aumento no período, com destaque para *Metalurgia* (28,9%), *Refino de petróleo e produção de álcool* (16,7%), *Produtos químicos* (3,5%), *Veículos* (32,0%), *Celulose e papel* (4,5%) e *Borracha e plástico* (9,9%). Negativamente,

figuraram os segmentos de *Alimentos e bebidas* (-5,7%) e *Minerais não metálicos* (-3,8%).

O nível de pessoal ocupado mantém trajetória de retração em 2013, tanto na indústria geral (-5,3%) como na indústria de transformação (-5,7%), enquanto que a indústria extrativa mineral apontou, no mesmo período, expansão no emprego (0,6%), conforme dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE. As maiores variações negativas vieram dos segmentos de *Calçados e couro* (-21,1%), *Máquinas e equipamentos* (-15,0%), *Madeira* (-13,7%), *Coque e refino de petróleo* (-10,1%) e *Minerais não metálicos* (-10,8%).

Seguindo a mesma análise, conforme dados divulgados no relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-BA), publicado também pelo IBGE, o comércio baiano cresceu apenas 0,8%, bem inferior à variação (10,2%) observada em 2012. As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (28,1%), *Livros, jornais e revistas* (10,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (13,1%) e *Móveis e eletrodomésticos* (7,7%). Os segmentos de *Combustíveis e lubrificantes* (-14,9%)



e *Equipamentos e materiais para escritório* (10,0%) foram os que puxaram o indicador para baixo. As vendas de *Material para construção* e o segmento *Veículos, motos* e peças apontaram expansão, com variações positivas de 5,3% e 1,2%, respectivamente, no mesmo período em análise.

A balança comercial baiana registrou, entre janeiro e agosto de 2013, retração nas exportações (-6,3%) e expansão nas importações (6,0%) quando comparada ao mesmo período de 2012. As exportações somaram US\$ 6,8 bilhões, e as importações, US\$ 5,5 bilhões, proporcionando *superávit* de US\$ 1,3 bilhão, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações em 2013 decorreu, principalmente, da queda nas vendas de alguns segmentos, tais como: *Petróleo e derivados* (-39,7%), *Produtos químicos* (-7,0%), *Soja e derivados* (-3,7%) e *Metais preciosos* (-20,3%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 48,5% das receitas de exportações no período. Nesta análise, vale ressaltar que os segmentos que apresentaram as maiores valorizações no período foram: *Fumo e Metalúrgicos* com expansão de 31,6% e 21,8%, respectivamente.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI), registrou, entre janeiro e agosto de 2013, expansão de 3,4% em relação ao mesmo período de 2012, impulsionada pelos grupos *Alimentos e bebidas* (6,3%) e *Despesas pessoais* (5,8%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego (janeiro-agosto) em agosto de 2013 fechou em 18,9% da População Economicamente Ativa (PEA), resultado 1,7 p.p. acima daquele observado no mesmo período de 2012. Com base na mesma pesquisa, de janeiro a julho de 2013, a massa real de rendimentos dos trabalhadores ocupados cresceu 6,0% em relação ao mesmo período de 2012. A aceleração da massa de rendimentos deve-se, principalmente, à recuperação do emprego (0,4%) e do rendimento médio (5,6%) no mesmo período.

Visto este cenário no indicador acumulado no ano, disponibilizar-se-á a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensal e acumulado nos últimos 12 meses referentes ao ano de 2013.

Em julho de 2013, o Índice de Movimentação da Atividade Econômica de Salvador (IMEC) apresentou expansão de 4,3%, na comparação com julho de 2012. O resultado apresentado no mês de julho é atribuído à retomada da atividade econômica na capital baiana e foi influenciado pela expansão na atividade industrial, pela retração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e a recuperação do varejo. Nos últimos 12 meses, o indicador acumulou crescimento de 0,4%, revelando-se superior a -0,76% acumulado até julho de 2012.

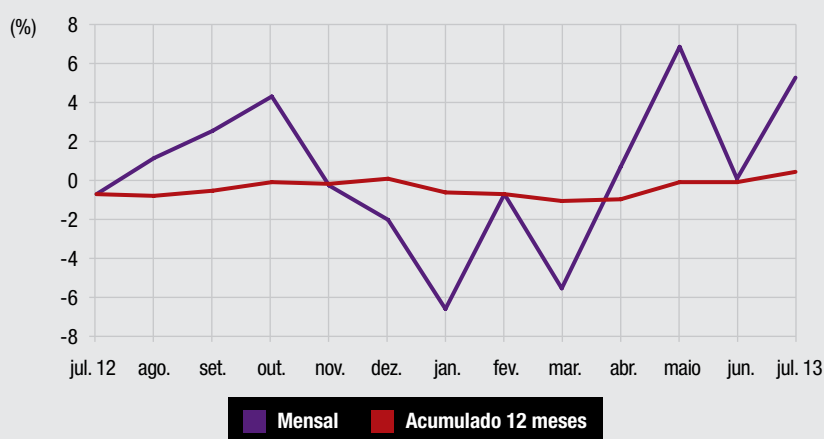


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

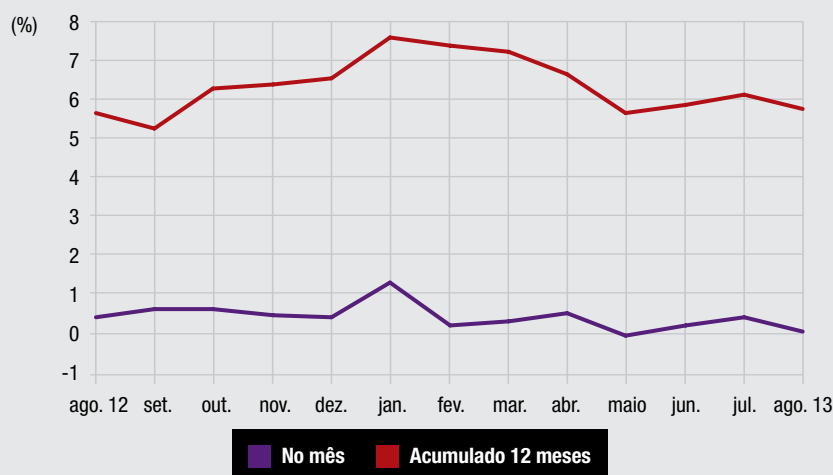


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) de Salvador, divulgado pela SEI, apresentou variação de 0,11% em agosto, bem inferior ao registrado (0,49%) em agosto de 2012. Em agosto de 2013, os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *Pão francês* (3,16%), *Refeição a la carte* (3,15%), *Cerveja fora do domicílio* (2,64%), *Pacote turístico* (3,25%), *Cerimônias familiares e religiosas* (4,06%), *Concerto e manutenção de utensílios domésticos (eletroeletrônicos)* (8,59%), *Móvel para copa e cozinha* (17,39%), *Móvel para sala* (3,06%), *Seguro voluntário de veículo* (6,14%) e *Móvel para quarto* (5,27%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atingiu a marca de 5,75%, revelando-se inferior aos 5,68% acumulados até agosto de 2012.

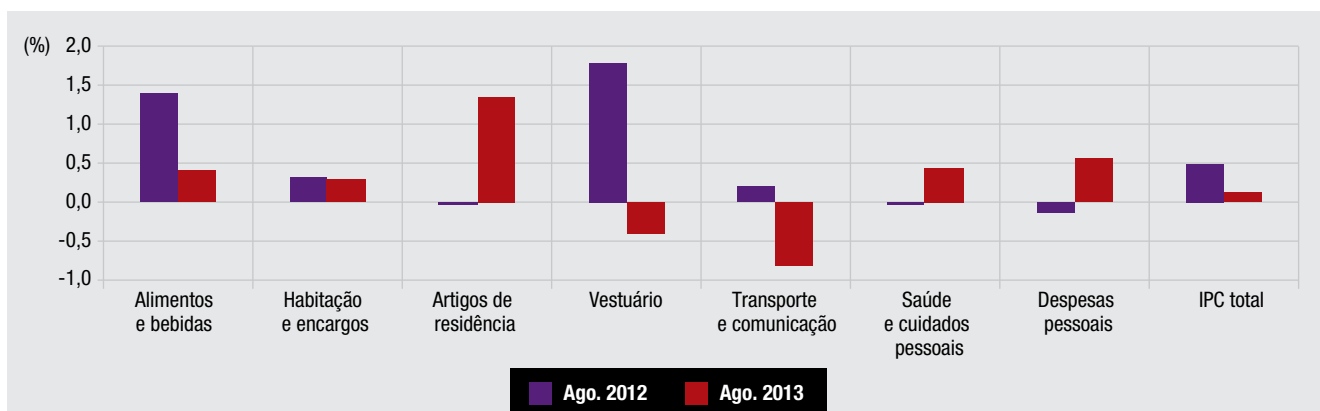


Gráfico 3

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

Em termos desagregados por grandes grupos, observou-se que as maiores contribuições para o resultado do índice de preços em Salvador, em agosto, decorreram de *Artigos de residência* (1,34%), *Despesas pessoais* (0,56%) e *Saúde e cuidados pessoais* (0,43%). Em *Artigos de residência*, destacou-se a alta de preços em *mobiliários* (5,13%). No grupo *Despesas pessoais*, predominou a alta nos preços de *recreação* (1,54%), enquanto no grupo *Saúde e cuidados pessoais* ocorreu aumento de preços em *cuidados pessoais* (1,08%).

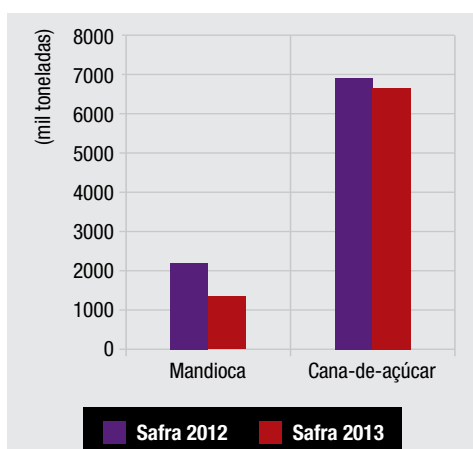


Gráfico 4

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2012/2013

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em agosto de 2013, as produções de mandioca e cana-de-açúcar em andamento no estado caíram -39,7% e -3,3%, respectivamente. Apesar de apresentar baixos desempenhos das culturas na área plantada e na área colhida, os rendimentos médios expandiram-se 2,9% e 7,7%, respectivamente, em relação à safra de 2012.

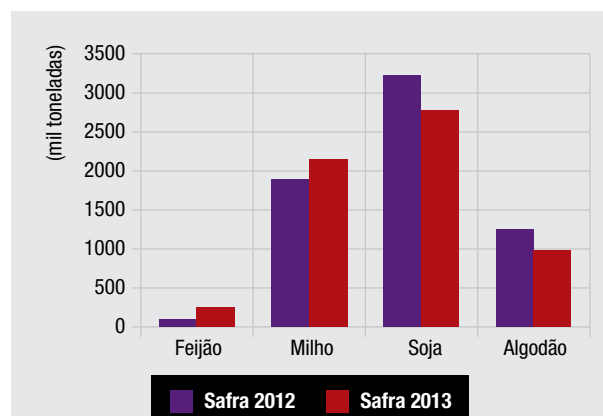


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2012/2013

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativas de expansão na produção para as culturas de feijão (133,2%) e milho (13,7%) e retração nas culturas de soja (-13,5%) e algodão (-21,6%) em relação à safra de 2012. As estimativas para o feijão de área plantada e área colhida cresceram 46,3% e 95,9%, respectivamente, com rendimento médio de 19,0%. Já a cultura de milho apontou acréscimo na área plantada (14,8%) e na área colhida (44,2%), mas com forte retração no rendimento médio (-21,2%). A soja apontou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (9,2%), com rendimento médio negativo de 20,8%. Prontamente, o algodão apontou supressão, tanto na área cultivada (-28,0%), como na área colhida (-21,6%), e estabilidade no rendimento.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram os seguintes resultados: para o cacau, em fase de colheita, constatou-se queda na produção (-1,0%), na área plantada (-1,6%), na área colhida (-1,4%) e estabilidade relativa no rendimento médio (0,4%); para o café, em fase de colheita, as estimativas apontaram expansão na produção do grão (11,2%), retração na área plantada (-10,8%), na área colhida (-10,8%) e expansão no rendimento médio (24,7%) em relação à safra de 2012.

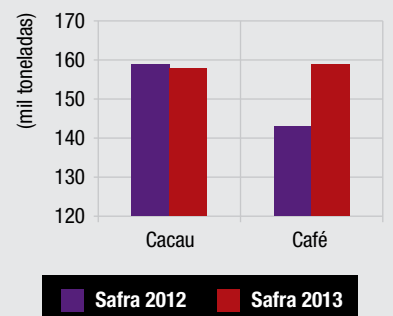


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2012/2013

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

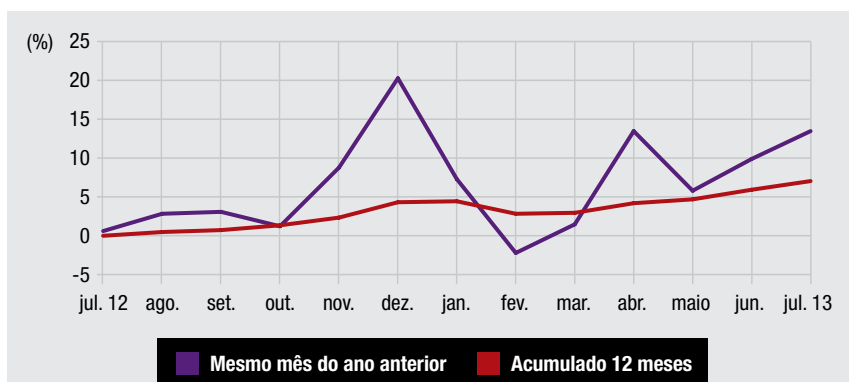


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A produção física da indústria baiana (*transformação e extrativa mineral*) teve aumento de 13,4% no mês de julho, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em comparação com igual mês de 2012. O desempenho da produção industrial em julho foi influenciado pelo resultado positivo da indústria de transformação (que registrou acréscimo de 14,1%). Os segmentos que mais influenciaram o indicador mensal foram: *Metalurgia básica* (100,2%), *Refino de petróleo e produção de álcool* (14,9%), *Produtos químicos* (12,0%), *Alimentos e bebidas* (11,0%), *Veículos* (66,0%), *Celulose e papel* (2,5%) e *Borracha e plástico* (4,1%). Em sentido oposto, a principal contribuição negativa veio do segmento de *Minerais não metálicos* (-2,5%). No acumulado de 12 meses, a produção física industrial cresceu 7,0%.

A análise da indústria de transformação apontou, em julho de 2013, eliminando influências sazonais, variação positiva de 2,5% na comparação com o mês de junho do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de 4,8% registrada no segmento de *Celulose, papel e produtos de papel*. Cabe destacar, também, as contribuições positivas observadas em *Alimentos e bebidas* (3,7%) e *Refino de petróleo* (2,5%). A indústria geral também apontou expansão (0,5%), enquanto que a extrativa mineral registrou arrefecimento (-1,1%).

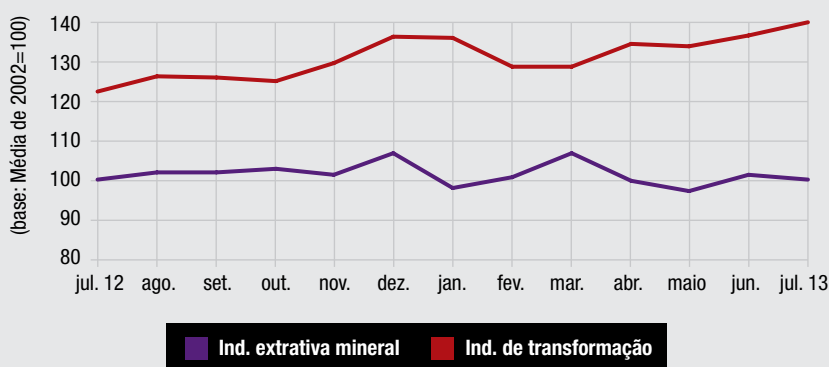


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria
de transformação e extrativa mineral – Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou retração de 7,8% no nível de emprego no mês de julho de 2013, quando comparado ao mesmo mês de 2012. Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal destacam-se: *Calçados e couro* (-27,0%), *Minerais não metálicos* (-22,9%) e *Máquinas e equipamentos* (-13,7%). Entre os que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador sobressaem-se: *Alimentos e bebidas* (3,7%), *Fabricação de meios de transporte* (14,8%) e *Produtos químicos* (3,5%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apontou variação de -4,3% até julho, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE.

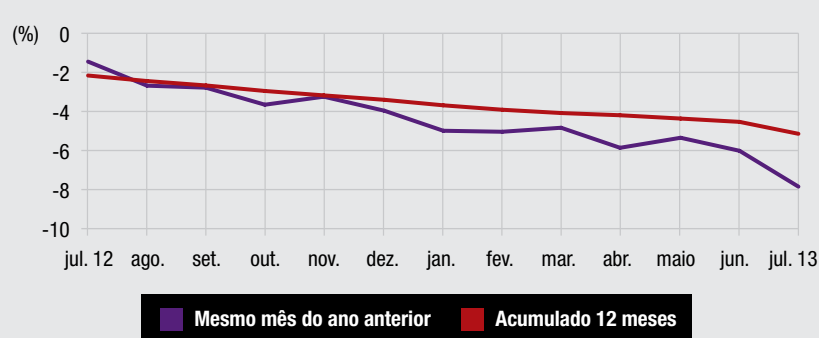


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O consumo de energia elétrica no estado ficou relativamente estável, em agosto de 2013, na comparação com o mesmo período de 2012. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica passou de 1,5%, em julho, para 1,8%, em agosto. Considerando-se as classes de consumo comercial (2,7%) e residencial (7,3%), observa-se que ambas registraram variações positivas no acumulado dos últimos 12 meses, quando comparadas com igual período de 2012. Seguindo a mesma análise, o consumo de energia elétrica na indústria (que tem participação de 36,4% no consumo total) apresentou decréscimo de 4,2%. Ressalta-se que os dados aqui considerados são apenas os de consumo do mercado cativo, o qual congrega as grandes distribuidoras de energia – Coelba e Chesf –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

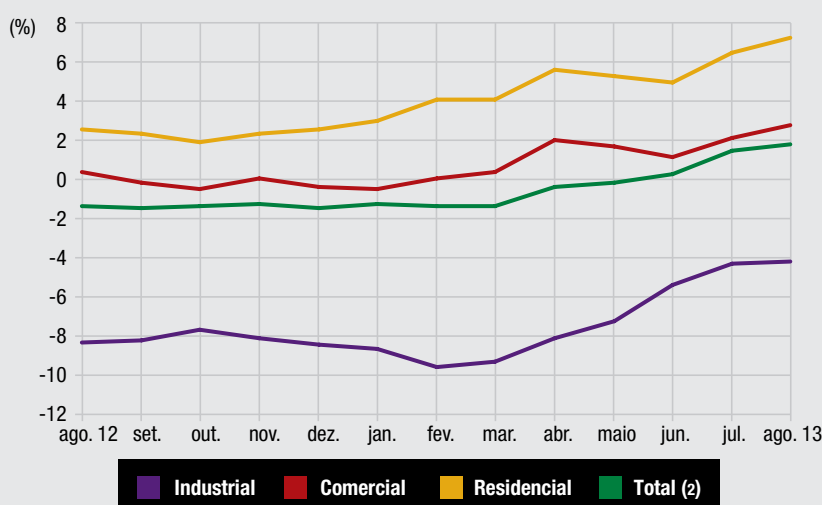


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de julho de 2013, o *comércio varejista* da Bahia, teve aumento de 2,5% no volume de vendas, comparado com igual mês do ano de 2012. O resultado positivo contribuiu para o setor varejista acumular, em 12 meses, taxa de 4,3%, inferior à variação registrada no mesmo período de 2012. O *comércio varejista ampliado*, que inclui os segmentos *Veículos, motos e peças* (9,5%) e *Materiais de construção* (5,3%), registrou acréscimo de 5,8%.

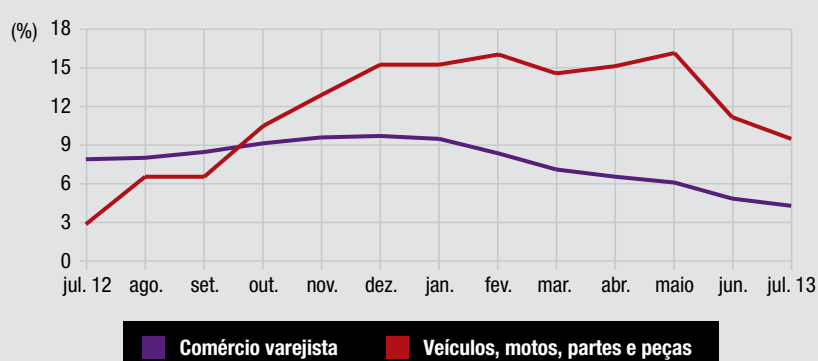


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

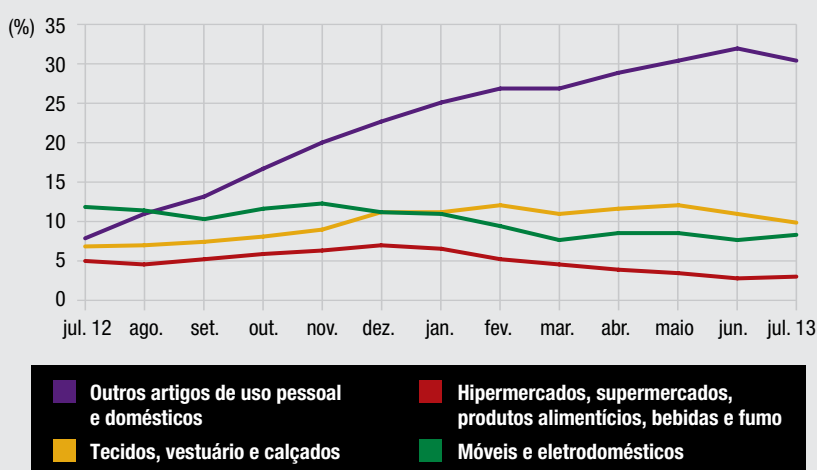


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no comércio varejista foram: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (30,4%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (12,0%); *Tecidos e vestuários* (10,0%); *Móveis e eletrodomésticos* (8,2%); *Equipamentos e materiais para escritório* (7,4%), e *Hipermercados e supermercados* (2,9%). Dentre todos os segmentos, o de *Combustíveis e lubrificantes* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 9,4%.

Segundo o Banco Central (Bacen), em agosto de 2013 foram emitidos 179,5 mil cheques sem fundos na Bahia. Esse saldo resultou na retração de 10,5% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2012. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses continua demonstrando retração no indicador (-11,2%).

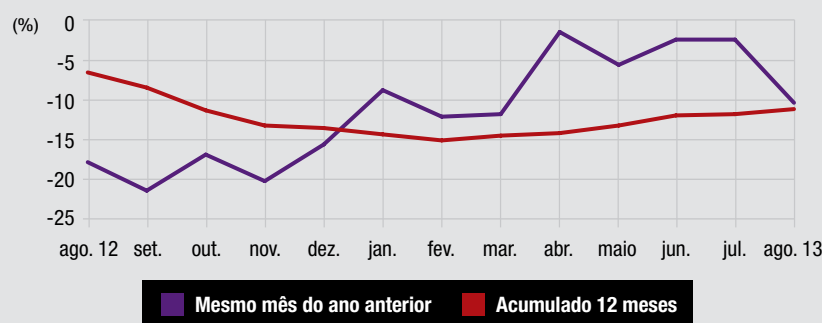


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

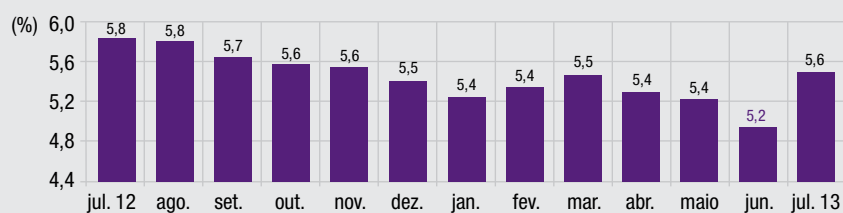


Gráfico 14
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em julho de 2013, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para as pessoas físicas na Bahia cresceu 0,4 p.p. passando de 5,2% em junho de 2013, para 5,6% em julho, seguindo uma trajetória média em torno de 5,4% ao longo do ano.

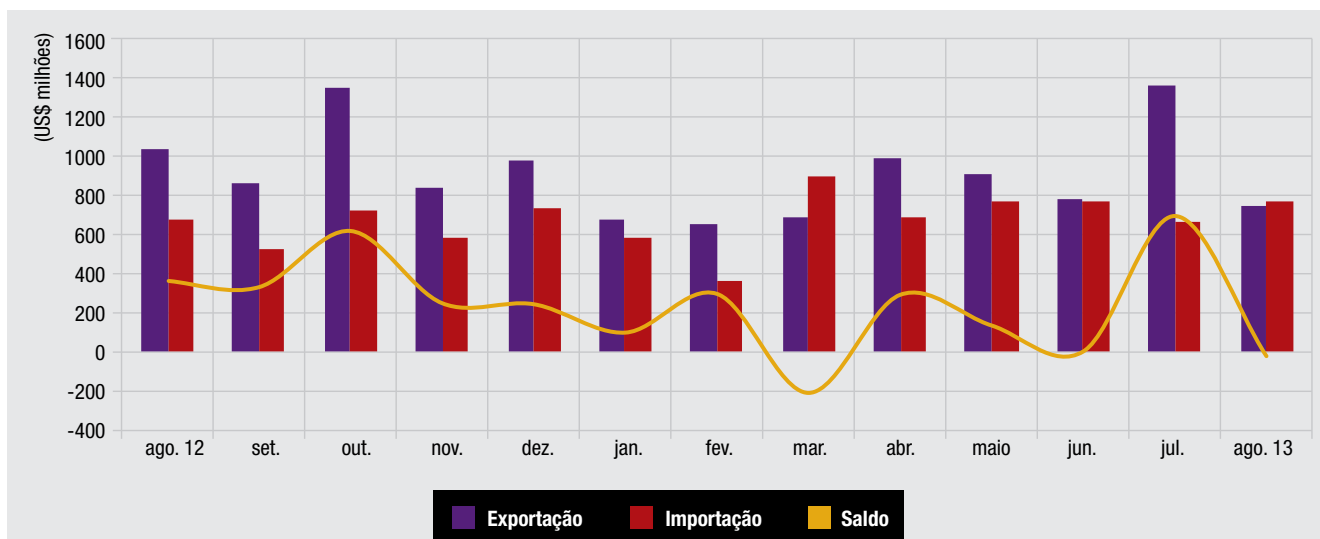


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

As exportações baianas, em agosto, atingiram volume de US\$ 745 milhões, com decréscimo de 27,7%, em comparação ao mês de agosto de 2012. As importações registraram acréscimo de 13,7%, com volume de US\$ 766 milhões. A balança comercial registrou déficit de US\$ 21 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado negativo do indicador mensal, destacam-se, com queda nas vendas, *Soja e derivados* (-6,7%), *Químicos e petroquímicos* (-55,0%), *Petróleo e derivados* (-33,2%) e *Algodão e seus subprodutos* (-64,2%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, *Papel e celulose* (6,9%), *Metalúrgicos* (56,7%) e *Automotivos* (636,7%). No acumulado dos 12 meses, as exportações diminuíram 3,2%, as importações tiveram alta de 2,2%, e o saldo diminuiu 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

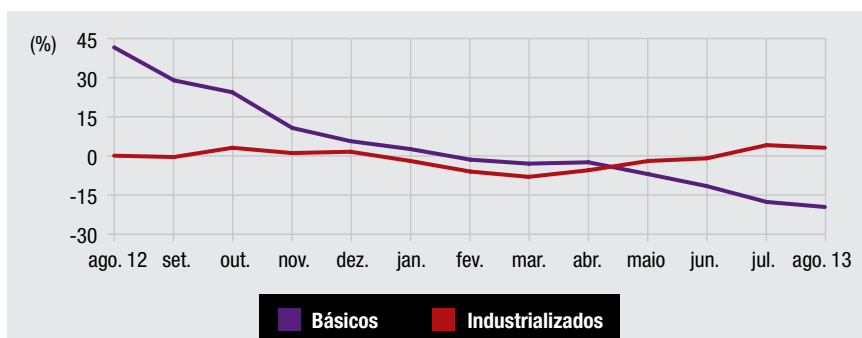


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado apontaram decréscimos em agosto de 2013, em relação ao mesmo mês de 2012, nas vendas de produtos básicos (-33,4%) e nos produtos industrializados (-25,1%). No acumulado dos 12 meses, apenas as exportações dos básicos registrou arrefecimento (-19,6%), quando comparado com igual período de 2012.

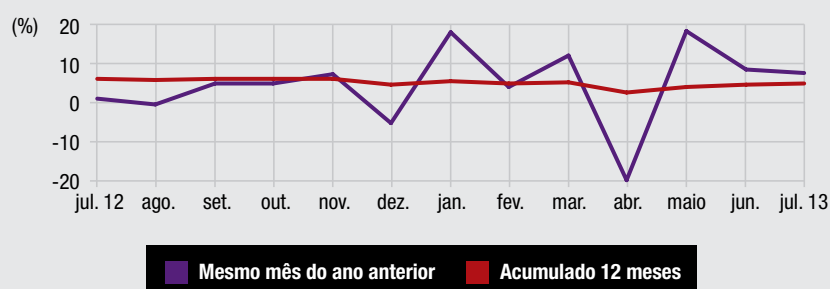


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – jul. 2012-jul. 2013

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em julho, aproximadamente R\$ 1,25 bilhão, com acréscimo real de 14,2% em relação ao mesmo mês de 2012. O indicador acumulado em 12 meses passou de 4,4% para 5,4% entre junho e julho.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em agosto de 2013, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou expansão de 3.955 postos de trabalho. Tal resultado decorreu, principalmente, da expansão de postos de trabalho nos setores de *Comércio* (1.577), *Serviços* (1.242) e *Construção Civil* (790). No acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu a criação de 33.981 postos de trabalho, o que correspondeu ao acréscimo de 1,95% em relação ao estoque anterior.

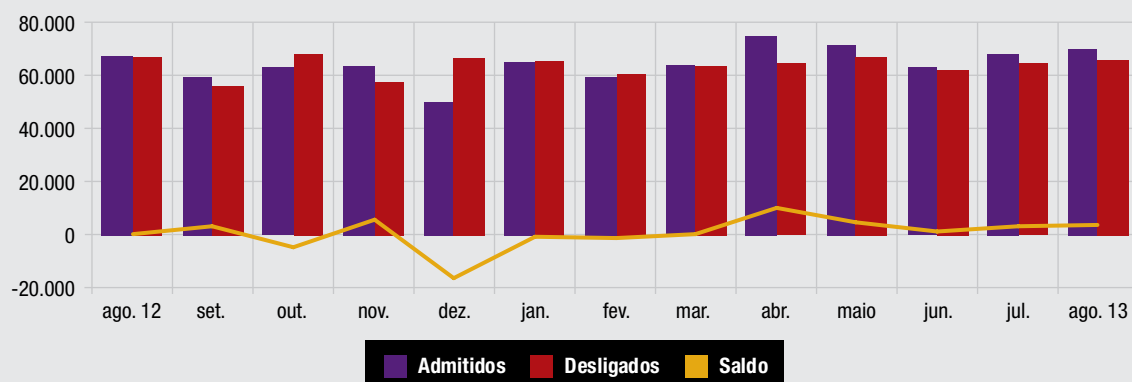


Gráfico 18
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
Notas:
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na RMS, indicaram ampliação na taxa de desemprego total (18,2%), em agosto de 2013. No mesmo mês de 2012, a taxa de desemprego foi de 18,8%, indicando aumento de 0,6 p.p. no período. Com relação ao total de ocupados, ocorreu acréscimo de 1,7% na comparação entre agosto de 2013 e o mesmo mês de 2012. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, a redução da ocupação foi verificada apenas no setor de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (-3,1%), com ampliação na *indústria de transformação* (0,8%) e *Serviços* (3,8%). Nesta mesma análise, a *indústria de construção* apontou estabilidade relativa.

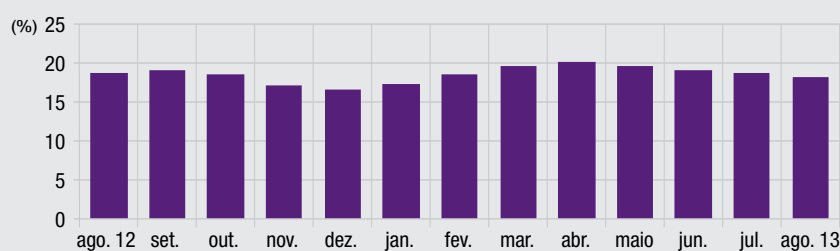


Gráfico 19
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – ago. 2012-ago. 2013

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

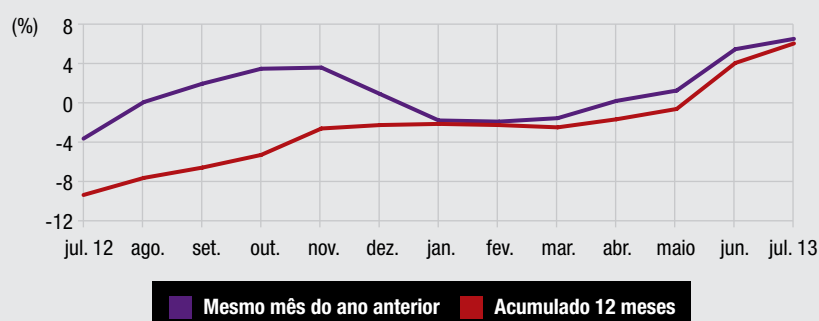


Gráfico 20
Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS
Bahia – jul. 2012-jul. 2013

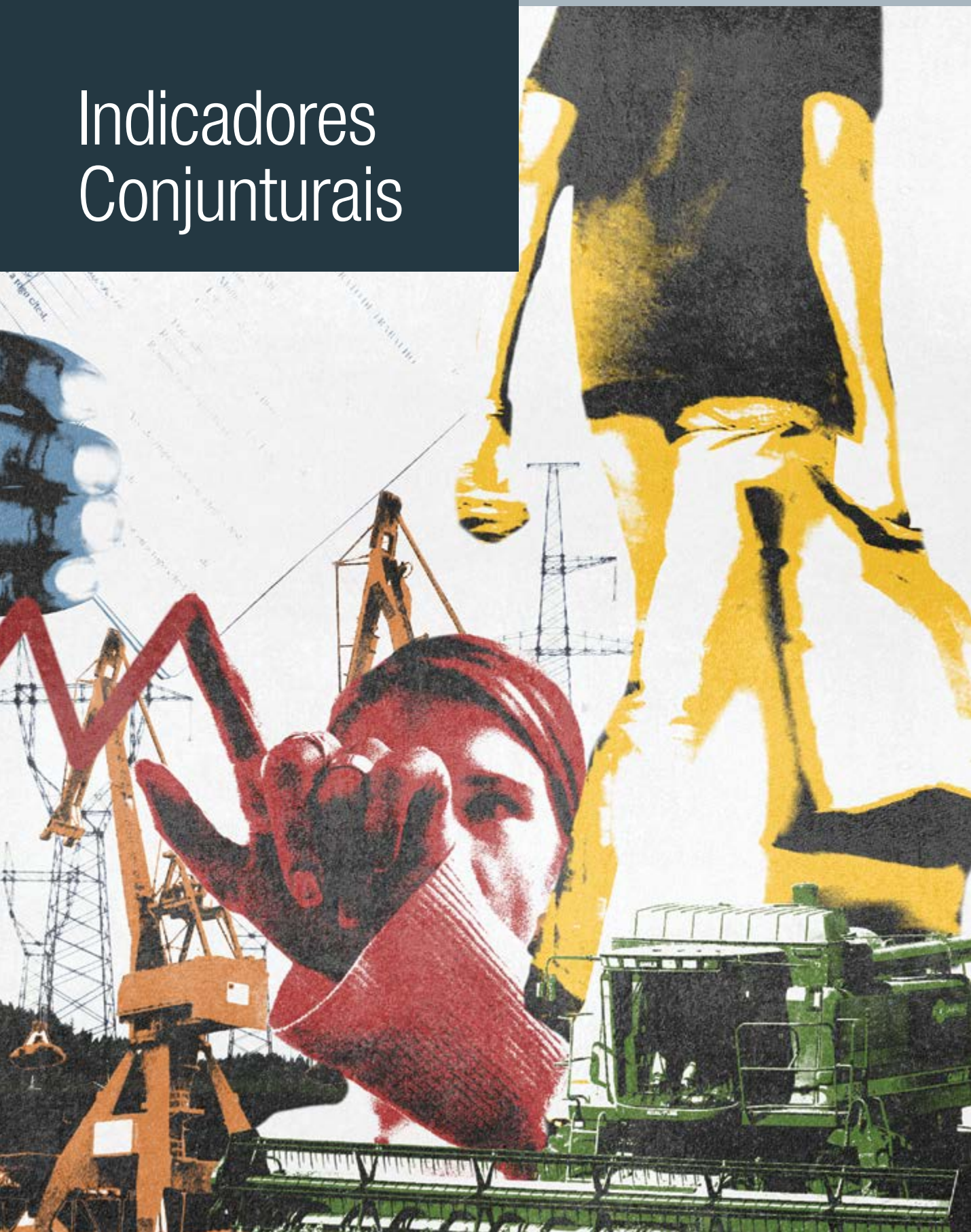
Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de julho de 2013 (R\$ 1.160,00), em comparação ao mês de julho de 2012 (R\$ 1.102,00), apresentou expansão de 5,3%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada na PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, cresceu 3,4% em julho, e, no acumulado de 12 meses, a taxa foi de 4,7%. A aceleração da massa de rendimentos em 12 meses deve-se, principalmente, ao arrefecimento do nível ocupacional e à expansão do rendimento médio real.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – ago. 2013

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	ago. 2012	ago. 2013	No ano (2)	12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	1,39	0,40	6,26	10,21	160,57	393,18
Habitação e encargos	0,32	0,28	-2,72	-1,52	135,96	932,23
Artigos de residência	-0,03	1,34	3,70	7,32	94,70	217,93
Vestuário	1,78	-0,41	-0,26	0,96	107,98	193,60
Transporte e comunicação	0,21	-0,80	1,22	3,33	114,22	819,06
Saúde e cuidados pessoais	-0,03	0,43	6,68	9,18	141,25	473,41
Despesas pessoais	-0,14	0,56	5,83	7,45	149,98	591,64
Geral	0,49	0,11	3,36	5,74	133,63	449,28

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 – 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – ago. 2013

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	233,19	-2,58	14,28	9,48	37,38
Belém	296,11	-0,99	9,03	12,88	47,47
Belo Horizonte	290,54	-1,00	-0,12	1,46	46,58
Brasília	286,49	0,72	3,82	0,70	45,93
Curitiba	281,31	0,59	3,69	0,26	45,10
Campo Grande	265,81	0,35	9,41	-	42,61
Florianópolis	284,33	0,11	-1,97	-3,77	45,58
Fortaleza	264,38	-3,96	4,59	7,58	42,38
Goiânia	258,45	-4,04	-1,79	-2,07	41,43
João Pessoa	266,20	-3,39	11,92	14,07	42,68
Manaus	305,78	-1,53	5,34	8,89	49,02
Natal	267,49	-1,52	11,62	10,93	42,88
Porto Alegre	311,50	1,83	5,82	1,05	49,94
Recife	270,37	-3,43	8,60	12,28	43,35
Salvador	257,54	-0,84	13,39	14,35	41,29
São Paulo	319,66	-2,38	4,84	4,46	51,25
Rio de Janeiro	298,42	-0,76	5,89	-1,36	47,84
Vitória	310,03	-0,23	6,58	3,83	49,70

Fonte: DIEESE.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2012	2013 (2)	Variação (%)	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	117.090	72.290	-38,3	8.402	4.410	-47,5
Algodão herbáceo	1.256.090	984.683	-21,6	432.562	311.491	-28,0
Alho	7.959	7.579	-4,8	635	616	-3,0
Amendoim	6.295	3.185	-49,4	6.154	2.995	-51,3
Arroz total	24.455	12.842	-47,5	14.970	8.528	-43,0
Batata-inglesa	50.010	78.930	57,8	1.446	2.035	40,7
Cana-de-açúcar	6.894.350	6.667.121	-3,3	120.940	115.777	-4,3
Cebola	217.352	120.623	-44,5	7.494	4.888	-34,8
Feijão total	106.653	248.747	133,2	319.456	467.510	46,3
Feijão 1ª safra	38.812	51.555	32,8	199.928	207.232	3,7
Feijão 2ª safra	67.841	197.192	190,7	119.528	260.278	117,8
Fumo	3.000	3.201	6,7	3.494	3.339	-4,4
Mamona	20.329	10.857	-46,6	74.627	68.872	-7,7
Mandioca	2.202.156	1.328.208	-39,7	386.818	201.402	-47,9
Milho total	1.882.938	2.140.353	13,7	589.945	679.376	15,2
Milho 1ª safra	1.747.927	1.555.493	-11,0	424.038	386.755	-8,8
Milho 2ª safra	135.011	584.860	333,2	165.907	292.621	76,4
Soja	3.212.789	2.779.347	-13,5	1.112.627	1.214.937	9,2
Sorgo granífero	31.981	30.839	-3,6	88.350	88.974	0,7
Tomate	179.707	196.360	9,3	4.447	4.030	-9,4
Pernamentes						
Banana (4)	1.081.126	1.262.845	16,8	75.122	81.843	8,9
Cacau	159.432	157.830	-1,0	540.383	531.903	-1,6
Café total	143.107	159.192	11,2	170.774	152.402	-10,8
Café arábica	94.955	107.621	13,3	129.435	110.307	-14,8
Café cenephora	48.152	51.571	7,1	41.339	42.095	1,8
Castanha-de-cajú	1.410	4.324	206,7	27.764	23.457	-15,5
Coco-da-baía (3)	589.759	621.912	5,5	81.181	78.866	-2,9
Guaraná	2.682	2.672	-0,4	6.922	6.669	-3,7
Laranja (4)	1.036.796	1.017.617	-1,8	77.559	65.696	-15,3
Pimenta-do-reino	4.008	4.075	1,7	1.872	1.822	-2,7
Sisal	77.978	119.820	53,7	283.378	235.070	-17,0
Uva	62.292	51.055	-18,0	2.624	2.368	-9,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 2012.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), agosto de 2013 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2012/2013

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)	2012 (1)	2013 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.417	3.659	-32,5	21.615	19.757	-8,6
Algodão herbáceo	396.146	310.450	-21,6	3.171	3.172	0,0
Alho	635	616	-3,0	12.534	12.304	-1,8
Amendoim	6.154	2.995	-51,3	1.023	1.063	4,0
Arroz total	14.418	8.528	-40,9	1.696	1.506	-11,2
Batata-inglesa	1.446	2.035	40,7	34.585	38.786	12,1
Cana-de-açúcar	117.910	105.880	-10,2	58.471	62.969	7,7
Cebola	7.474	4.888	-34,6	29.081	24.677	-15,1
Feijão total	209.400	405.262	93,5	509	614	20,5
Feijão 1ª safra	119.980	150.047	25,1	323	344	6,2
Feijão 2ª safra	89.420	255.215	185,4	759	773	1,8
Fumo	3.464	3.339	-3,6	866	959	10,7
Mamona	50.931	37.340	-26,7	399	291	-27,2
Mandioca	221.989	130.057	-41,4	9.920	10.213	2,9
Milho total	403.926	582.877	44,3	4.662	3.672	-21,2
Milho 1ª safra	314.710	292.283	-7,1	5.554	5.322	-4,2
Milho 2ª safra	89.216	290.594	225,7	1.513	2.013	33,0
Soja	1.112.627	1.214.937	9,2	2.888	2.288	-20,8
Sorgo granífero	54.115	82.643	52,7	591	373	-36,9
Tomate	4.405	4.030	-8,5	40.796	48.725	19,4
Pernamentes						
Banana (4)	72.080	78.644	9,1	14.999	16.058	7,1
Cacau	532.074	524.611	-1,4	300	301	0,4
Café total	159.616	142.368	-10,8	897	1.118	24,7
Café arábica	124.418	105.827	-14,9	763	1.017	33,2
Café cenephora	35.198	36.541	3,8	1.368	1.411	3,2
Castanha-de-cajú	27.180	23.092	-15,0	52	187	261,0
Coco-da-baía (3)	76.422	78.246	2,4	7.717	7.948	3,0
Guaraná	6.669	6.669	0,0	402	401	-0,4
Laranja (4)	65.124	65.696	0,9	15.920	15.490	-2,7
Pimenta-do-reino	1.732	1.767	2,0	2.314	2.306	-0,3
Sisal	233.752	211.696	-9,4	334	566	69,7
Uva	2.484	2.330	-6,2	25.077	21.912	-12,6

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 2012.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), agosto de 2013 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – jul. 2013

(%)

Classes e Gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	13,4	7,0	7,0
Extrativa Mineral	0,1	-0,1	2,2
Indústria de Transformação	14,1	7,4	7,2
Alimentos e bebidas	11,0	-5,7	-3,2
Celulose, papel e produtos de papel	2,5	4,5	4,2
Refino de petróleo e álcool	14,9	16,7	16,7
Produtos químicos	9,7	3,5	4,7
Borracha e plástico	4,1	9,9	11,2
Minerais não metálicos	-2,5	-3,8	-1,1
Metalurgia básica	100,2	28,9	13,5
Veículos automotores	66,0	32,0	33,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – jul. 2012-jul. 2013

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Julho 2012	0,7	2,8	0,3
Agosto	2,9	2,8	0,7
Setembro	3,1	2,8	1,0
Outubro	0,9	2,6	1,5
Novembro	9,1	3,2	2,5
Dezembro	20,8	4,5	4,5
Janeiro	7,8	7,8	4,6
Fevereiro	-2,3	2,8	2,9
Março	1,2	2,3	3,0
Abril	14,1	5,1	4,3
Mai	6,5	5,4	4,9
Junho	10,4	6,3	6,1
Julho 2013	14,1	7,4	7,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – ago. 2013

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	1,0	4,2	7,7	7,0
Residencial	-1,0	11,2	10,4	7,3
Industrial (1)	-9,6	-10,7	-2,6	-4,2
Comercial	-2,0	4,4	5,3	2,7
Utilidades públicas (2)	1,4	10,4	-0,5	-1,2
Setor público	-13,5	0,4	24,6	22,0
Concessionária	-10,6	0,9	6,7	3,9
Total	-4,7	0,3	3,9	1,8

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – jul. 2013

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	2,5	0,8	4,3
Combustíveis e lubrificantes	-13,2	-14,9	-9,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,4	-2,2	2,9
Hipermercados e supermercados	7,6	2,9	5,3
Tecidos, vestuário e calçados	1,79	5,8	10,0
Móveis e eletrodomésticos	15,7	7,7	8,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	15,7	13,1	10,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	14,4	10,9	12,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-11,5	-10,0	7,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	12,6	28,1	30,4
Comércio Varejista Ampliado	2,0	1,3	5,8
Veículos, Motos, Partes e Peças	-0,5	1,2	9,5
Material de construção	8,5	5,3	5,3

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – ago. 2012-ago. 2013

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)
Agosto	-3,2	-24,6	-15,1	-13,9	-17,0	-9,2	-7,6
Setembro	-13,4	-27,0	-16,4	-15,3	-20,6	-10,5	-9,1
Outubro	21,6	-13,1	-16,1	-16,0	-5,6	-10,0	-9,6
Novembro	-11,8	-18,9	-16,3	-16,3	-12,5	-10,2	-10,0
Dezembro	-1,3	-20,1	-16,6	-16,6	-14,1	-10,5	-10,5
Janeiro 2013	10,9	-14,5	-14,5	-17,3	-6,8	-6,8	-11,2
Fevereiro	-20,2	-21,5	-17,7	-17,9	-15,3	-10,7	-11,7
Março	7,2	-21,4	-18,9	-18,7	-14,6	-12,1	-12,5
Abril	11,4	-8,3	-16,4	-18,8	0,0	-9,1	-12,3
Maiο	-5,5	-8,6	-14,9	-17,6	-1,9	-7,8	-11,0
Junho	-9,2	-8,8	-14,0	-16,7	-1,8	-6,9	-9,9
Julho	17,3	-5,5	-12,8	-16,4	2,9	-5,5	-9,3
Agosto	-8,3	-10,4	-12,6	-15,1	-4,4	-5,4	-8,1

Fonte: Bacen.

Elaboração: SE/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-ago. 2012/2013

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2012	2013			
Químicos e petroquímicos	1.226.482	1.140.403	-7,02	16,79	4,59
Papel e celulose	1.127.721	1.138.298	0,94	16,76	-2,63
Soja e derivados	1.091.963	1.051.235	-3,73	15,48	3,68
Petróleo e derivados	1.416.251	854.444	-39,67	12,58	-6,39
Metalúrgicos	358.433	513.851	43,36	7,57	21,80
Automotivo	270.542	461.860	70,72	6,80	18,73
Embarcações e est. flutuantes	-	380.462	-	5,60	-
Metais preciosos	310.552	247.925	-20,17	3,65	-53,11
Borracha e suas obras	232.879	183.265	-21,30	2,70	-1,20
Algodão e seus subprodutos	356.253	147.569	-58,58	2,17	-3,31
Cacau e derivados	173.989	124.396	-28,50	1,83	-17,44
Couros e peles	90.607	83.600	-7,73	1,23	0,84
Café e especiarias	97.939	58.058	-40,72	0,85	-0,73
Frutas e suas preparações	46.122	51.484	11,62	0,76	17,36
Calçados e suas partes	53.127	50.863	-4,26	0,75	-15,22
Sisal e derivados	53.761	44.872	-16,53	0,66	2,91
Minerais	109.966	43.925	-60,06	0,65	-24,97
Máqs., apars. e mat. elétricos	47.260	39.198	-17,06	0,58	6,02
Milho e derivados	47.731	34.325	-28,09	0,51	0,84
Fumo e derivados	24.224	18.271	-24,58	0,27	31,58
Móveis e semelhantes	5.709	163	-97,15	0,00	-5,32
Demais segmentos	110.507	123.723	11,96	1,82	2,93
Total	7.252.019	6.792.189	-6,34	100,00	8,77

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/09/2013.

Elaboração: SEI.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-ago. 2012/2013

Países	Pest (ton)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2012	2013		2012	2013		
China	1.449.165	1.628.257	12,36	1.018.276	1.197.270	17,58	17,63
Países Baixos (Holanda)	760.168	1.086.453	42,92	597.008	1.056.469	76,96	15,55
Argentina	341.664	387.164	13,32	747.631	827.650	10,70	12,19
Estados Unidos	831.811	639.109	-23,17	938.912	818.151	-12,86	12,05
Antilhas Holandesas	1.187.053	685.283	-42,27	779.715	416.686	-46,56	6,13
Alemanha	582.884	328.183	-43,70	354.238	253.718	-28,38	3,74
México	66.746	97.729	46,42	128.938	198.294	53,79	2,92
Bélgica	305.937	274.218	-10,37	201.171	159.026	-20,95	2,34
Espanha	185.757	233.416	25,66	130.211	156.429	20,13	2,30
Colômbia	113.248	67.861	-40,08	122.536	136.292	11,23	2,01
França	193.995	224.140	15,54	113.965	128.843	13,06	1,90
Itália	288.297	148.125	-48,62	202.865	119.400	-41,14	1,76
Coréia do Sul	64.402	77.808	20,82	130.446	111.846	-14,26	1,65
Japão	105.456	132.311	25,47	100.244	100.567	0,32	1,48
Canadá	6.555	4.200	-35,92	116.230	97.483	-16,13	1,44
Indonésia	60.462	41.265	-31,75	108.970	77.166	-29,19	1,14
Suíça	1.088	5.987	450,20	129.251	71.605	-44,60	1,05
Chile	48.723	34.690	-28,80	82.963	67.987	-18,05	1,00
Taiwan (Formosa)	51.914	89.341	72,09	53.754	60.048	11,71	0,88
Cingapura	220.264	72.815	-66,94	141.361	52.188	-63,08	0,77
Uruguai	46.071	43.781	-4,97	53.006	49.264	-7,06	0,73
Venezuela	18.563	12.288	-33,80	95.291	44.673	-53,12	0,66
Arábia Saudita	1.647	67.261	3.984,48	2.239	40.007	1.686,67	0,59
Hong Kong	20.015	33.222	65,99	23.486	38.449	63,71	0,57
Peru	16.694	16.888	1,16	29.681	38.384	29,32	0,57
Finlândia	60.805	26.618	-56,22	97.516	37.534	-61,51	0,55
Reino Unido	12.018	40.412	236,25	31.818	31.693	-0,39	0,47
Costa Rica	6.256	4.922	-21,33	39.668	31.271	-21,17	0,46
Equador	13.595	34.725	155,43	21.876	25.957	18,65	0,38
Índia	10.294	9.156	-11,05	7.626	24.652	223,28	0,36
Demais países	907.464	322.748	-64,43	651.128	323.186	-50,37	4,76
Total	7.979.013	6.870.378	-13,89	7.252.019	6.792.189	-6,34	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/05/2013.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-ago. 2013

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2012	1.761	117,6	1.497	136,2	264	66,3	1.286	134,2	57,8	15,0	3.509
Fevereiro	1.788	119,4	1.505	136,9	283	71,1	1.263	131,8	58,6	15,8	3.513
Março	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517
Abril	1.778	118,8	1.467	133,5	311	78,1	1.283	133,9	58,1	17,5	3.521
Maiο	1.803	120,4	1.486	135,2	317	79,6	1.263	131,8	58,8	17,6	3.525
Junho	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529
Julho	1.842	123,0	1.514	137,8	328	82,4	1.233	128,7	59,9	17,8	3.533
Agosto	1.854	123,8	1.505	136,9	349	87,7	1.226	128,0	60,2	18,8	3.537
Setembro	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541
Outubro	1.887	126,1	1.536	139,8	351	88,2	1.201	125,4	61,1	18,6	3.545
Novembro	1.887	126,1	1.562	142,1	325	81,7	1.206	125,9	61,0	17,2	3.549
Dezembro	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553
Janeiro 2013	1.880	125,6	1.555	141,5	325	81,7	1.222	127,6	60,6	17,3	3.557
Fevereiro	1.864	124,5	1.517	138,0	347	87,2	1.243	129,7	60,0	18,6	3.561
Março	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
Abril	1.845	123,2	1.472	133,9	373	93,7	1.272	132,8	59,2	20,2	3.569
Maiο	1.835	122,6	1.473	134,0	362	91,0	1.286	134,2	58,8	19,7	3.573
Junho	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
Julho	1.844	123,2	1.499	136,4	345	86,7	1.287	134,3	58,9	18,7	3.581
Agosto	1.872	125,1	1.531	139,3	341	85,7	1.264	131,9	59,7	18,2	3.585
Variação mensal (%)											
Ago. 2013/jul. 2013	1,5		2,1		-1,2		-1,8		1,4		-2,7
Variação no ano (%)											
Ago. 2013/dez. 2012	0,4		-1,5		10,0		2,5		-0,8		9,6
Variação anual (%)											
Ago. 2013/ago. 2012	1,0		1,7		-2,3		3,1		-0,8		-3,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13
Taxas de desemprego, por tipo de desemprego
Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador
Jan. 2012-ago. 2013

(%)

Trimestres	Taxas de Desemprego, por Tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais Municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2012	15,0	10,3	4,7	3,4	1,3	14,5	9,9	4,7	17,0	12,1	(i)
Fevereiro	15,8	10,9	4,9	3,6	1,3	15,3	10,5	4,9	17,5	12,5	(i)
Março	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3	17,2	11,3	5,9	17,6	13,1	(i)
Abril	17,5	11,8	5,7	4,4	1,3	17,1	11,1	6,1	18,7	14,4	(i)
Maiο	17,6	12,0	5,6	4,2	1,4	17,1	11,3	5,9	19,1	14,5	(i)
Julho	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5	17,1	11,4	5,7	20,5	14,8	5,7
Julho	17,8	12,4	5,5	4,1	1,4	17,1	11,8	5,3	20,4	14,5	6,0
Agosto	18,8	13,0	5,9	4,5	1,4	18,2	12,2	6,0	21,0	15,5	5,5
Setembro	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3	17,9	12,2	5,7	22,6	16,3	6,3
Outubro	18,6	12,7	5,9	4,6	1,3	17,6	11,7	5,9	22,0	16,2	5,9
Novembro	17,2	11,7	5,5	4,4	(i)	16,3	11,0	5,3	20,5	14,5	6,0
Dezembro	16,6	11,4	5,2	4,3	(i)	16,0	10,7	5,3	18,8	13,8	(i)
Janeiro 2013	17,3	11,6	5,7	4,8	(i)	16,2	10,7	5,5	21,1	14,4	6,7
Fevereiro	18,6	12,5	6,1	5,0	(i)	17,2	11,3	5,8	23,7	16,8	6,9
Março	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3	18,3	12,4	6,0	25,5	17,6	7,9
Abril	20,2	14,5	5,7	4,4	1,3	19,2	13,6	5,6	24,3	18,2	(i)
Maiο	19,7	14,6	5,0	3,9	(i)	18,2	13,5	4,7	25,3	19,1	6,3
Junho	19,1	14,1	5,0	3,9	(i)	17,5	12,5	5,0	25,2	20,1	(i)
Julho	18,7	13,4	5,4	4,4	(i)	16,9	11,8	5,2	25,5	19,3	6,1
Agosto	18,2	12,9	5,4	4,4	(i)	17,1	11,8	5,3	22,5	16,9	5,6
Variação mensal											
Ago. 2013/jul. 2013	-2,7	-3,7	0,0	0,0	–	1,2	0,0	1,9	-11,8	-12,4	-8,2
Variação no ano											
Ago. 2013/dez. 2012	9,6	13,2	3,8	2,3	–	6,9	10,3	0,0	19,7	22,5	–
Variação anual											
Ago. 2013/ago. 2012	-3,2	-0,8	-8,5	-2,2	–	-6,0	-3,3	-11,7	7,1	9,0	1,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(i) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-ago. 2013

(%)

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar							
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços			
					Total (5)	Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (6)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (7)	Serviços domésticos (8)
Janeiro 2012	100,0	8,7	10,0	19,6	59,3	17,7	13,8	8,9
Fevereiro	100,0	8,5	10,0	19,4	59,5	18,1	13,6	8,8
Março	100,0	8,3	9,9	19,1	59,8	18,4	13,4	8,7
Abril	100,0	8,7	10,0	18,9	59,4	18,6	13,2	8,5
Maio	100,0	8,8	9,7	19,2	59,7	17,9	13,8	8,4
Junho	100,0	9,0	9,8	19,2	59,3	17,7	14,0	8,5
Julho	100,0	8,7	9,7	19,2	59,6	17,4	14,2	8,6
Agosto	100,0	8,7	9,4	19,2	59,7	17,6	14,1	8,3
Setembro	100,0	8,6	8,8	19,1	60,7	17,9	14,2	8,2
Outubro	100,0	8,6	8,9	19,2	60,6	18,0	14,0	8,0
Novembro	100,0	8,4	9,5	18,9	60,8	17,9	14,3	8,1
Dezembro	100,0	8,8	9,6	19,0	60,1	17,8	14,0	7,9
Janeiro 2013	100,0	8,9	9,3	19,4	59,9	17,5	13,9	7,8
Fevereiro	100,0	9,0	9,2	20,3	58,9	17,2	13,4	7,9
Março	100,0	8,2	9,2	20,5	59,2	17,6	13,4	8,2
Abril	100,0	7,9	9,7	20,0	59,6	18,2	13,5	7,9
Maio	100,0	8,3	9,8	19,5	59,5	18,4	12,8	8,1
Junho	100,0	8,9	9,4	18,5	60,3	18,1	12,8	8,4
Julho	100,0	8,8	9,3	18,1	60,9	18,6	12,4	8,6
Agosto	100,0	8,6	9,2	18,3	60,9	18,4	13,1	8,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). Serviços de Transporte, armazenagem e Correio (Seção H da CNAE 2.0 domiciliar). Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar). Atividades administrativas e serviços complementares (Seção N da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012- ago. 2013

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2012	65,5	46,8	8,4	10,4	21,4	19,6	1,8	2,6	8,9	1,6
Fevereiro	65,9	46,8	8,4	10,7	21,2	19,6	1,7	2,5	8,8	1,6
Março	67,0	48,1	8,3	10,4	20,6	19,1	1,5	2,4	8,7	1,3
Abril	67,9	49,6	8,2	10,1	20,0	18,4	1,7	2,3	8,5	(3)
Maio	68,3	50,5	8,0	9,7	19,7	18,0	1,7	2,2	8,4	1,4
Junho	67,7	50,1	8,0	9,5	20,3	18,5	1,9	2,1	8,5	1,4
Julho	67,3	49,3	8,1	9,9	20,5	18,8	1,7	2,2	8,6	1,4
Agosto	66,2	48,3	8,0	9,9	21,6	19,6	2,0	2,2	8,3	1,7
Setembro	66,6	48,0	8,5	10,1	21,3	19,3	1,9	2,3	8,2	1,6
Outubro	66,9	47,9	8,6	10,4	20,8	19,0	1,8	2,4	8,0	1,9
Novembro	67,8	48,7	8,6	10,6	20,3	18,7	1,5	2,5	8,1	1,3
Dezembro	68,4	49,8	8,1	10,6	19,7	18,4	(3)	2,6	7,9	1,4
Janeiro 2013	68,4	50,6	7,8	9,9	19,9	18,5	1,4	2,7	7,8	(3)
Fevereiro	67,9	50,9	7,6	9,4	20,0	18,5	1,5	2,7	7,9	1,5
Março	68,0	50,6	7,9	9,4	19,8	18,2	1,6	2,5	8,2	1,5
Abril	68,7	51,2	7,9	9,6	19,7	18,3	(3)	2,3	7,9	(3)
Maio	68,5	51,4	7,7	9,4	20,0	18,7	(3)	2,2	8,1	(3)
Junho	67,6	50,6	7,7	9,3	20,8	19,4	(3)	2,1	8,4	(3)
Julho	66,3	48,8	8,0	9,5	21,1	19,5	1,7	2,5	8,6	(3)
Agosto	66,8	48,6	8,3	10,0	20,6	18,9	1,7	2,6	8,5	1,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-jul. 2013

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2012	1.127	98,4	1.249	98,6	818	105,6
Fevereiro	1.121	97,9	1.232	97,3	820	105,8
Março	1.108	96,8	1.218	96,1	794	102,4
Abril	1.090	95,2	1.198	94,6	802	103,5
Mai	1.081	94,4	1.195	94,3	797	102,8
Junho	1.093	95,4	1.194	94,2	853	110,1
Julho	1.102	96,2	1.203	95,0	859	110,9
Agosto	1.115	97,4	1.212	95,7	861	111,0
Setembro	1.109	96,8	1.213	95,7	832	107,4
Outubro	1.109	96,9	1.214	95,9	817	105,5
Novembro	1.128	98,5	1.236	97,6	830	107,1
Dezembro	1.122	98,0	1.224	96,7	832	107,4
Janeiro 2013	1.121	98	1.218	96	841	109
Fevereiro	1.112	97	1.211	96	841	109
Março	1.104	96	1.207	95	804	104
Abril	1.096	96	1.205	95	815	105
Mai	1.099	96	1.206	95	856	110
Junho	1.140	100	1.252	99	897	116
Julho	1.160	101	1.271	100	894	115
Variação mensal (%)						
Jul. 2013/jun. 2013		1,7		1,5		-0,3
Variação no ano (%)						
Jul. 2013/dez. 2012		3,4		3,8		7,3
Variação anual (%)						
Jul. 2013/jul. 2012		5,3		5,6		4,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclui os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Junho – 2012.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-jul. 2013

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2012	1.127	(3)	707	798	1.142	2.741
Fevereiro	1.121	(3)	720	817	1.146	2.677
Março	1.108	(3)	735	823	1.113	2.715
Abril	1.090	(3)	731	827	1.082	2.612
Maio	1.081	542	713	803	1.093	2.675
Junho	1.093	534	720	814	1.122	2.644
Julho	1.102	534	727	817	1.145	2.730
Agosto	1.115	576	741	824	1.125	2.703
Setembro	1.109	(3)	731	811	1.110	2.745
Outubro	1.109	(3)	717	805	1.110	2.717
Novembro	1.128	(3)	716	802	1.130	2.753
Dezembro	1.122	(3)	728	807	1.129	2.701
Janeiro 2013	1.121	(3)	742	820	1.119	2.735
Fevereiro	1.112	(3)	724	820	1.122	2.746
Março	1.104	(3)	707	826	1.109	2.693
Abril	1.096	(3)	700	820	1.112	2.562
Maio	1.099	(3)	734	824	1.112	2.486
Junho	1.140	(3)	757	838	1.139	2.520
Julho	1.160	(3)	780	849	1.157	2.612
Variação mensal (%)						
Jul. 2013/jun. 2013	1,7	–	3,0	1,3	1,6	3,6
Variação no ano (%)						
Jul. 2013/dez. 2012	3,4	–	7,1	5,2	2,5	-3,3
Variação anual (%)						
Jul. 2013/jul. 2012	5,3	–	7,3	3,9	1,0	-4,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC–SEI; valores em reais de março de 2013.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-jul. 2013

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no Setor Privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não- assinada	
Janeiro 2012	1.249	1.096	1.348	920	1.059	1.168	681	2.097
Fevereiro	1.232	1.091	1.346	905	1.055	1.161	680	2.068
Março	1.218	1.093	1.402	904	1.039	1.155	714	2.002
Abril	1.198	1.086	1.397	914	1.049	1.147	716	1.951
Maiο	1.195	1.080	1.510	912	1.025	1.145	685	1.986
Junho	1.194	1.075	1.469	931	1.027	1.146	647	1.988
Julho	1.203	1.085	1.473	942	1.020	1.158	646	1.959
Agosto	1.212	1.086	1.285	972	1.042	1.162	650	1.965
Setembro	1.213	1.071	1.268	953	1.031	1.147	635	2.035
Outubro	1.214	1.060	1.291	944	1.020	1.134	628	2.101
Novembro	1.236	1.084	1.486	910	1.042	1.152	650	2.105
Dezembro	1.224	1.093	1.533	907	1.050	1.156	678	2.035
Janeiro 2013	1.218	1.099	1.491	899	1.077	1.159	690	2.036
Fevereiro	1.211	1.087	1.460	918	1.057	1.146	707	2.140
Março	1.207	1.078	1.453	918	1.053	1.137	696	2.166
Abril	1.205	1.077	1.424	948	1.044	1.138	684	2.149
Maiο	1.206	1.074	1.317	919	1.069	1.137	666	2.142
Junho	1.252	1.107	1.341	921	1.081	1.171	706	2.229
Julho	1.271	1.118	1.445	891	1.083	1.176	760	2.248
Variação mensal (%)								
Jul. 2013/jun. 2013	1,5	0,9	7,8	-3,2	0,2	0,4	7,7	0,8
Variação no ano (%)								
Jul. 2013/dez. 2012	3,8	2,3	-5,7	-1,8	3,2	1,7	12,0	10,5
Variação anual (%)								
Jul. 2013/jul. 2012	5,6	3,0	-1,9	-5,4	6,2	1,5	17,6	14,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2012.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-jul. 2013

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% Mais pobres ganham até	25% Mais pobres ganham até	50% Mais pobres ganham até	25% Mais ricos ganham acima de	10% Mais ricos ganham acima de	10% Mais pobres ganham até	25% Mais pobres ganham até	50% Mais pobres ganham até	25% Mais ricos ganham acima de	10% Mais ricos ganham acima de
Janeiro 2012	330	601	768	1.206	2.199	599	682	860	1.320	2.381
Fevereiro	328	637	764	1.210	2.192	599	681	851	1.319	2.200
Março	328	675	763	1.200	2.182	675	681	850	1.315	2.193
Abril	336	668	764	1.199	2.148	668	679	859	1.303	2.172
Maio	330	662	760	1.171	2.129	662	675	851	1.288	2.148
Junho	321	662	766	1.181	2.127	662	667	851	1.276	2.148
Julho	318	660	764	1.170	2.127	660	661	850	1.276	2.128
Agosto	319	657	782	1.268	2.122	657	661	848	1.276	2.122
Setembro	318	653	774	1.259	2.112	653	660	845	1.273	2.115
Outubro	316	647	771	1.251	2.099	647	657	839	1.267	2.112
Novembro	330	645	781	1.251	2.098	645	652	839	1.269	2.282
Dezembro	331	642	777	1.244	2.085	642	648	833	1.284	2.168
Janeiro 2013	355	642	781	1239	2074	642	691	829	1269	2177
Fevereiro	356	641	773	1223	2064	641	690	825	1259	2236
Março	354	687	774	1215	2037	687	691	814	1263	2218
Abril	352	683	775	1214	2032	683	689	813	1289	2120
Maio	351	682	796	1209	2014	682	686	840	1308	2146
Junho	352	681	804	1208	2210	681	682	861	1309	2411
Julho	369	678	800	1209	2247	678	682	873	1349	2412
Variação mensal (%)										
Jul. 2013/jun. 2013	5,0	-0,4	-0,4	0,0	1,7	-0,4	0,0	1,4	3,1	0,0
Variação no ano (%)										
Jul. 2013/dez. 2012	11,4	5,6	2,9	-2,9	7,8	5,6	5,2	4,8	5,0	11,2
Variação anual (%)										
Jul. 2013/jul. 2012	15,9	2,7	4,7	3,3	5,6	2,7	3,1	2,7	5,7	13,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Junho – 2012.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2012-ago. 2013

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2012 (2)	1.586	36	-2.983	2.613	3.120
Declaração fora do prazo	4.153	1.162	2.675	2.972	5.745
Com ajuste (3)	5.739	1.198	-308	5.585	8.865
Janeiro	2.068	255	536	-752	2.172
Fevereiro	-1.661	-403	-1.928	-539	1.209
Março	2.622	281	1.705	-1.041	1.500
Abril	2.327	158	748	268	1.161
Maio	-2.550	22	-522	412	-2.202
Junho	-1.810	174	-704	-172	-1.002
Julho	954	503	713	-151	-54
Agosto	-80	-137	-1.234	135	1.229
Setembro	1.308	31	510	505	229
Outubro	-1.017	316	-776	978	-1.263
Novembro	5.164	290	771	2.352	1.990
Dezembro	-5.739	-1.454	-2.802	618	-1.849
2013 (2)	1.594	1.904	694	-3.741	2.116
Janeiro	-678	520	-19	-1.197	141
Fevereiro	140	137	-734	-672	1.138
Março	-158	4	972	-1.129	495
Abril	3.164	-63	1.078	-242	1.952
Maio	208	611	106	324	-929
Junho	-1.219	-42	-1.214	-643	717
Julho	-1.069	402	655	-417	-2.065
Agosto	1.206	335	-150	235	667
Set. 2012-ago. 2013 (2)	1.310	1.087	-1.603	712	1.223

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

Tabela 21
Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – jan. 2012-ago. 2013

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2012 (2)	9.310	-5.658	-100	8.184	12.176
Declaração fora do prazo	31.662	2.942	5.974	8.394	12.072
Com ajuste (3)	40.972	-2.716	5.874	16.578	24.248
Janeiro	6.861	1.375	1.477	-546	3.363
Fevereiro	-1.619	-908	-1.758	-678	1.457
Março	2.243	-911	2.647	-1.194	2.299
Abril	7.847	1.571	1.153	785	1.843
Maio	3.071	1.111	-174	226	-1.652
Junho	241	597	-952	269	-499
Julho	2.209	1.410	1.213	31	661
Agosto	442	-314	-1.109	1.053	2.757
Setembro	3.479	-251	1.004	1.683	1.793
Outubro	-4.886	-1.974	-870	1.482	-1.097
Novembro	5.695	-1.419	1.656	4.056	3.489
Dezembro	-16.273	-5.945	-4.387	1.017	-2.238
2013 (2)	22.096	2.880	8.513	-2.181	6.309
Janeiro	-628	-11	855	-2.244	399
Fevereiro	-1.076	-373	86	-1.088	1.165
Março	375	-554	1.133	-1.235	570
Abril	10.186	564	2.783	456	2.969
Maio	4.568	1.852	1.192	788	-82
Junho	1.436	467	-377	-94	861
Julho	3.280	475	2.051	-341	-815
Agosto	3.955	460	790	1.577	1.242
Set. 2012-ago. 20132	10.111	-6.709	5.916	6.057	8.256

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2012

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	231.294.734	710.285.595	195.414.352	234.329.216	1.554.623.015
Receitas correntes	186.190.338	583.641.134	166.501.875	200.203.868	1.134.717.311
Receita tributária	57.395.555	194.775.965	53.497.163	44.730.890	347.752.023
Impostos	56.734.938	190.153.025	52.777.474	43.990.659	340.901.477
Taxas	661	3.243.337	719.689	740.231	6.850.547
Receita de contribuições	99.864.876	305.443.225	91.808.986	102.707.743	590.425.207
Contribuições sociais	98.497.250	300.142.985	89.580.260	101.117.153	578.861.382
Contribuições econômicas	1.367.626	5.300.239	2.228.726	1.590.590	11.563.824
Receita patrimonial	11.183.591	32.698.534	8.603.302	18.113.781	81.046.659
Receitas imobiliárias	283.687	673.796	258.554	218.152	1.214.330
Receitas de valores mobiliários	7.257.630	11.839.511	4.931.755	10.355.882	41.734.464
Receita de concessões e permissões	565.379	1.545.242	37.587	265.274	2.059.631
Compensações financeiras	3.022.838	17.847.006	3.330.343	7.226.488	35.720.856
Receita de cessão de direitos	-	-	-	-	276.753
Outras receitas patrimoniais	53.610	487.197	44.465	45.493	40.623
Receita agropecuária	447	13.268	598	2.492	24.734
Receita da produção vegetal	4.409	12.412	3.113	3.986	14.596
Receita da produção animal e derivados	2.821	7.522	1.799	1.581	10.121
Outras receitas agropecuárias	1.588	4.887	1.312	2.400	16
Receita industrial	-	2	1	5	756.043
Receita da indústria de transformação	91.952	404.051	63.458	170.320	756.043
Receita de serviços	91.952	404.051	63.458	170.320	47.919.702
Transferências correntes	6.090.480	23.832.984	6.206.191	10.376.475	844.445
Transferências intergovernamentais	65.711	248.542	107.141	242.474	589
Transferências de instituições privadas	-	-	-	150	68.920
Transferências do exterior	4.822	8.443	2.609	(137)	9.679
Transferências de pessoas	2.014	(3.189)	2.567	762	542
Transferências de convênios	(52)	265	82	80	764.048
Transferências para o combate à fome	58.915	242.981	101.853	241.595	665
Receitas correntes a classificar	12	42	28	24	-
Outras receitas correntes	101	531	2.579	58	65.948.498
Multas e juros de mora	11.493.663	26.224.891	6.209.944	23.858.140	28.599.776
Indenizações e restituições	3.695.338	10.574.426	2.815.269	13.769.572	4.214.059
Receita da dívida ativa	2.942.870	4.536.649	1.039.015	639.936	14.647.534
Receitas diversas	1.426.276	3.531.917	798.375	8.044.944	18.487.129
Receitas de capital	3.429.178	7.581.897	1.557.285	1.403.688	419.905.705
Operações de crédito	45.104.396	126.644.460	28.912.477	34.125.348	174.699.179
Operações de crédito internas	31.972.960	71.613.584	15.252.413	20.680.147	169.696.488
Operações de crédito externas	31.755.975	71.098.550	15.051.156	20.166.313	5.002.691
Alienação de bens	216.985	515.033	201.257	513.834	14.217.901
Alienação de bens móveis	407.918	1.064.767	209.538	476.046	14.006.479
Alienação de bens imóveis	383.567	994.752	136.579	463.166	211.422
Amortizações de empréstimos	24.351	70.015	72.959	12.880	34.287.203
Transferências de capital	5.048.867	17.979.880	4.215.041	5.785.413	219.864
Transferências do exterior	11.373	59535	14.830	13.744	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-
Transferência de outras instituições públicas	-	-	-	-	5.103
Transferências de convênios	-	4.646	-	-	214.760
Outras receitas de capital	10.208	53.161	14.830	13.744	196.481.557
Resultado do Banco Central do Brasil	7.663.278	35.926.696	9.220.655	7.169.997	148.767.263
Remuneração das disponibilidades	0	12.545.809	-	-	47.645.592
Proveniente da execução de garantias	7.662.159	23.379.394	9.220.319	7.169.387	887
Receita dívida ativa alienação estoques de café	1.070	1.327	187	132	717

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2012

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receita títulos Tesouro Nacional resgatados	50	160	148	303	58.492
Receitas de capital diversas	-	7	-	175	8.605
Receita (intraorçamentária) (II)	4.388.290	-	-	-	17.929.772
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	235.683.023	11.909.709	2.796.246	2.321.020	1.572.552.787
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	53.541.678	191.894.368	35.124.036	82.735.632	376.744.177
Operações de crédito internas	51.927.408	190.280.098	35.124.034	82.735.637	372.030.365
Mobiliária	51.927.408	190.280.098	35.124.034	82.735.637	372.030.365
Operações de crédito externas	1.614.270	1.614.270	3	(5)	4.713.813
Mobiliária	1.614.270	1.614.270	3	(5)	4.713.813,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	289.224.701	914.089.671	233.334.634	319.385.867	1.949.296.965
Déficit (VI)	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	289.224.701	914.089.671	233.334.634	319.385.867	1.949.296.965
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receita (intraorçamentária) (II)	4.388.290	11.909.709	2.796.246	2.321.020	17.929.772
Receitas correntes	4.098.269	10.384.391	2.150.974	2.086.660	15.536.153
Receita tributária	25	-52	92	64	446
Impostos	3	-201	(20)	-	(1)
Taxas	22	150	112	64	447
Receita de contribuições	2.469.246	6.708.639	2.113.621	2.036.433	13.477.073
Contribuições sociais	2.469.257	6.708.641	2.113.617	2.036.432	13.476.991
Contribuições econômicas	-11	-3	4	1	80
Receita patrimonial	587	1.652	629	8.562	14.491
Receitas imobiliárias	525	1.455	451	460	2.842
Receitas de valores mobiliários	12	35	87	7.992	11.359
Receita de concessões e permissões	50	163	90	111	288
Receita industrial	21.779	66.031	19.787	28.496	161.664
Receita da indústria de transformação	21.779	66.031	19.787	28.496	161.664
Receita de serviços	7.532	90.609	11.612	8.366	55.057
Outras receitas correntes	1.599.100	3.517.511	5.233	4.739	1.827.424
Multas e juros de mora	172	491	(536)	136	319
Indenizações e restituições	2.960	8.401	5.432	4.417	36.385
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao RGPS	1.595.840	3.508.450	-	-	1.790.000
Receitas diversas	129	171	337	186	720
Receitas de capital	290.021	1.525.319	645.273	234.360	2.393.621
Operações de crédito	290.021	1.525.319	645.273	229.360	2.383.620
Operações de crédito internas	290.021	1.525.319	645.273	229.360	2.383.620
Alienação de bens	-	-	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	-	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	-	-	-	5.000	10.000
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	-	-	5.000	10.000
Remuneração das disponibilidades	-	-	-	-	-
Proveniente da execução de garantias	-	-	-	-	-
Saldo de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

(…) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das Despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2012

Despesa executada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	203.644.697	599.306.361	171.216.843	323.232.184	1.413.340.607
Despesas correntes	183.691.963	531.507.664	158.632.181	209.842.594	1.032.074.038
Pessoal e encargos sociais	36.552.690	100.570.073	33.743.771	28.695.685	188.771.336
Juros e encargos da dívida	19.388.101	66.658.009	11.473.905	50.435.429	134.079.856
Outras despesas correntes	127.751.172	364.279.582	113.414.504	130.711.480	709.222.845
Transferência a estados, DF e municípios	44.071.292	118.612.862	39.076.536	37.871.709	234.665.691
Benefícios previdenciários	53.847.191	165.924.378	47.839.965	59.618.558	283.179.936
Demais despesas correntes	29.832.689	79.742.342	26.498.003	33.221.213	191.377.219
Despesas de capital	19.952.733	67.798.695	12.584.662	113.389.591	381.266.570
Investimentos	2.593.413	3.925.384	3.312.873	4.711.803	21.998.436
Inversões financeiras	8.388.170	18.683.655	8.446.122	7.848.032	39.230.650
Amortização da dívida	8.971.150	45.189.656	825.667	100.829.756	319.952.229
Reserva de contingência	-	-	-	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	4.459.971	11.461.653	3.038.953	2.122.622	18.886.825
Despesas correntes	4.372.853	11.336.823	2.452.552	2.411.820	17.413.015
Pessoal e encargos sociais	2.660.227	7.570.327	2.352.180	2.289.888	14.971.467
Outras despesas correntes	1.712.626	3.766.497	100.372	121.932	2.441.549
Demais despesas correntes	1.712.626	3.766.497	100.372	121.932	2.441.549
Despesas de capital	87	37.798	586.401	-289.199	1.473.808
Investimentos	12.795	13.074	4.040	2.346	32.317
Inversões financeiras	74.322	111.755	582.361	-291.544	1.441.494
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	208.104.667	610.768.013	174.255.796	325.354.806	1.432.227.431
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	100.424.964	343.828.810	1.845.299	105.689.919	298.989.692
Amortização da dívida interna	93.235.910	335.531.069	1.189.517	105.344.686	292.886.262
Dívida mobiliária	93.235.910	335.526.892	1.189.517	105.344.686	292.875.235
Outras dívidas	-	4.176	-	-	11.027
Amortização da dívida externa	7.189.054	8.297.740	655.782	345.233	6.103.430
Dívida mobiliária	1.619.466	2.348.324	184.003	272.144	4.289.763
Outras dívidas	5.569.588	5.949.416	471.779	73.089	1.813.667
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	308.529.631	954.596.822	176.101.095	431.044.725	1.731.217.124
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	308.529.631	954.596.822	176.101.095	431.044.725	1.731.217.124

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanco Orçamentário – Receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.317.902.942	14.289.980.987	4.639.782.866	4.911.539.772	29.944.971.811
Receitas correntes	4.822.647.599	13.678.155.812	4.410.401.875	4.645.035.893	27.279.457.509
Receita tributária	3.037.314.167	8.514.815.477	2.596.442.805	2.559.313.660	15.864.323.802
Impostos	2.906.662.705	8.189.612.652	2.501.859.206	2.426.936.144	15.199.307.124
Taxas	130.651.462	325.202.825	94.583.600	132.377.516	665.016.679
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	296.255.884	867.244.793	289.132.268	284.026.405	1.809.252.132
Contribuições sociais	296.255.884	867.244.793	289.132.268	284.026.405	1.809.252.132
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	49.804.384	138.077.381	57.961.055	519.332.452	909.100.576
Receitas imobiliárias	6.059.636	11.554.610	5.398.359	6.085.473	38.952.302
Receitas de valores mobiliários	30.941.133	81.475.921	47.618.470	57.715.593	309.804.366
Receitas de concessões e permissões	295.654	4.892.686	246.339	322.160	7.325.856
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-
Receita de Cessão de Direitos	5.215.555	15.157.785	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	7.292.406	24.996.379	4.697.886	455.209.226	553.018.052
Receita agropecuária	114.805	1.796.867	47.467	7.821	221.485
Receita da produção vegetal	-	-	915	606	4.299
Receita da produção animal e derivados	101.357	101.357	37.861	4.011	192.187
Outras receitas agropecuárias	13.448	1.695.511	8.691	3.204	25.000
Receita industrial	4.380	4.380	56.948	-	91.145
Receita da indústria de transformação	4.380	4.380	56.948	-	91.145
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-
Receita de serviços	13.551.701	39.422.435	18.164.168	18.517.075	114.855.660
Transferências correntes	1.998.234.537	5.763.196.342	1.854.533.477	1.605.471.703	11.028.725.653
Transferências intergovernamentais	1.947.637.617	5.640.739.608	1.833.833.893	1.557.449.899	10.845.662.623
Transferências de instituições privadas	-	-	-	16.000	32.560
Transferências do exterior	-	-	7.144	103.063	895.333
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	50.596.920	122.456.734	20.692.440	47.902.740	182.135.136
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	81.873.848	206.269.363	158.242.583	152.954.701	830.701.342
Multas e juros de mora	27.541.395	59.429.252	34.225.976	42.597.636	215.690.836
Indenizações e restituições	2.846.610	9.110.744	7.403.661	6.558.936	44.413.050
Receita da dívida ativa	887.165	2.817.889	5.540.450	10.401.005	41.460.690
Receitas diversas	50.598.679	134.911.478	111.072.495	93.397.124	529.136.767
Conta retificadora da receita orçamentária	(654.506.107)	(1.852.671.226)	(564.178.896)	(494.587.925)	(3.277.814.285)
Receitas de capital	495.255.343	611.825.175	229.380.991	266.503.879	2.665.514.302
Operações de crédito	448.115.442	485.245.307	98.129.591	16.533.732	1.854.663.547
Operações de crédito internas	437.407.938	445.407.938	83.844.251	1.628.787	245.613.194
Operações de crédito externas	10.707.505	39.837.370	14.285.339	14.904.945	1.609.050.353
Alienação de bens	1.366.390	1.366.390	1.950.286	2.345.269	14.435.070
Alienação de bens móveis	1.366.390	1.366.390	1.441.439	1.260.764	7.623.713
Alienação de bens imóveis	-	-	508.847	1.084.505	6.811.357

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Amortização de empréstimos	-	-	21.943.070	17.503.103	99.204.607
Amortização de empréstimos	-	-	21.943.070	17.503.103	99.204.607
Transferências de capital	45.773.511	125.213.477	107.358.044	230.121.775	696.847.675
Transferências intergovernamentais	3.843.250	11.844.429	(734.861)	48.096.819	79.947.072
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	41.930.261	113.369.048	108.092.905	182.024.957	616.900.603
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	363.404
Integralização do capital social	-	-	-	-	-
Dív. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	363.404
Receitas (intraorçamentárias) (II)	336.370.258	977.107.236	311.226.137	322.248.923	2.041.200.936
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	5.654.273.200	15.267.088.223	4.951.009.003	5.233.788.696	31.986.172.747
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	5.654.273.200	15.267.088.223	4.951.009.003	5.233.788.696	31.986.172.747
Déficit (VI)	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.654.273.200	15.267.088.223	4.951.009.003	5.233.788.696	31.986.172.747
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	336.370.258	977.107.236	311.226.137	322.248.923	2.041.200.936
Receita de contribuições	334.091.710	968.618.564	308.184.104	311.541.192	1.991.193.034
Contribuições sociais	334.091.710	968.618.564	308.184.104	311.541.192	1.991.193.034
Receita de serviços	2.278.549	8.488.672	3.042.033	10.707.731	50.007.902
Total	336.370.258	977.107.236	311.226.137	322.248.923	1.747.820.069

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 25
Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-jun. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.598.421.439	12.722.110.248	4.319.430.111	4.780.337.058	16.680.487.441
Despesas correntes	5.001.911.531	11.062.531.513	3.840.317.740	4.243.944.641	15.028.419.844
Pessoal e encargos sociais	2.711.343.495	5.956.844.276	1.962.042.471	2.115.299.772	8.111.758.642
Juros e encargos da dívida	52.223.360	195.817.445	49.739.637	117.893.234	321.170.019
Outras despesas correntes	2.238.344.675	4.909.869.792	1.828.535.631	2.010.751.634	6.595.491.182
Transferências a municípios	810.737.654	2.104.949.831	657.122.270	643.402.950	2.538.915.850
Demais despesas correntes	1.427.607.021	2.804.919.961	1.171.413.361	1.367.348.685	4.056.575.332
Despesas de capital	596.509.908	1.659.578.735	479.112.372	536.392.417	1.652.067.597
Investimentos	343.830.818	467.852.709	229.699.070	318.268.912	768.039.831
Inversões financeiras	34.762.511	36.401.844	80.487.384	23.736.858	207.542.528
Amortização da dívida	217.916.579	1.155.324.182	168.925.918	194.386.648	676.485.239
Reserva de contingência	-	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	288.055.715	745.832.556	309.191.119	332.125.024	1.248.906.343
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	5.886.477.154	13.467.942.804	4.628.621.231	5.112.462.082	17.929.393.784
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	5.886.477.154	13.467.942.804	4.628.621.231	5.112.462.082	25.117.703.106
Superávit (VI)	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.886.477.154	13.467.942.804	4.628.621.231	5.112.462.082	25.117.703.106

Despesa intra orçamentária	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	288.055.715	869.137.673	309.191.119	332.125.024	1.248.906.343
Pessoal e encargos sociais	254.380.667	765.725.433	249.096.112	252.978.082	995.965.436
Outras despesas correntes	33.675.048	103.412.239	60.095.007	79.146.942	252.940.907
Despesas de capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Total	288.055.715	869.137.673	309.191.119	332.125.024	1.248.906.343

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2012-jun. 2013

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Janeiro	1.183.096.821	1.505.775.889	125.184.502	56.025.700	1.308.281.323	1.561.801.589
Fevereiro	1.099.973.808	1.239.789.328	167.877.483	72.418.888	1.267.851.291	1.312.208.217
Março	1.033.766.974	1.247.896.776	172.859.622	183.792.389	1.206.626.597	1.431.689.165
Abril	1.153.973.735	992.624.244	192.994.993	179.178.095	1.346.968.728	1.171.802.339
Mai	1.050.663.513	1.317.776.644	204.764.846	211.426.292	1.255.428.360	1.529.202.936
Junho	1.108.464.624	1.276.094.741	232.549.821	232.016.490	1.341.014.446	1.508.111.231
Julho	1.041.560.210		240.070.969		1.281.631.179	
Agosto	1.038.936.964		238.745.517		1.277.682.482	
Setembro	1.183.824.035		205.697.846		1.389.521.881	
Outubro	1.180.653.380		173.186.361		1.353.839.741	
Novembro	1.254.966.120		155.165.522		1.410.131.642	
Dezembro	1.165.413.298		259.932.835		1.425.346.133	
Total	13.495.293.484	7.579.957.624	2.369.030.318	934.857.854	15.864.323.802	8.514.815.477

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27 Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da federação – Brasil – jan.-jul. 2013/2012									
Unidade da federação	2013								
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Acumulado Jan.-jul.	
Norte	1.733.519	1.611.733	1.483.054	1.702.758	1.534.999	1.459.082	1.793.754	11.318.899	
Acre	58.929	59.255	65.069	82.820	63.007	62.289	62.325	453.694	
Amazonas	530.239	542.463	497.779	596.734	610.581	592.926	658.981	4.029.703	
Pará	662.123	585.842	543.129	577.811	616.791	612.478	638.539	4.236.713	
Rondônia	237.898	208.410	175.043	211.901	0	0	253.129	1.086.381	
Amapá	64.125	57.203	51.636	59.087	64.680	0	0	296.731	
Roraima	46.143	39.300	37.336	45.362	45.710	43.092	41.153	298.096	
Tocantins	134.063	119.259	113.062	129.042	134.229	148.296	139.626	917.577	
Nordeste	5.073.047	4.517.777	3.923.838	4.495.502	4.650.107	4.584.155	4.596.987	31.841.413	
Maranhão	383.895	359.358	320.394	332.909	344.472	332.679	366.418	2.440.125	
Piauí	220.570	223.336	178.804	209.625	222.866	216.670	217.168	1.489.039	
Ceará	709.657	688.624	608.278	674.011	677.930	681.406	698.646	4.738.552	
Rio Grande do Norte	325.940	311.542	289.142	327.991	323.677	329.564	331.023	2.238.879	
Paraíba	344.652	305.780	265.502	303.060	302.501	317.798	343.837	2.183.130	
Pernambuco	1.045.210	922.346	829.169	911.322	950.822	942.417	969.343	6.570.629	
Alagoas	261.371	222.776	195.662	218.071	225.718	206.826	202.577	1.533.001	
Sergipe	237.830	209.460	183.461	197.519	216.620	202.785	199.384	1.447.059	
Bahia	1.543.922	1.274.557	1.053.426	1.320.994	1.385.501	1.354.009	1.268.591	9.201.000	
Sudeste	15.487.942	14.735.400	14.775.898	16.064.849	16.494.348	18.904.335	15.886.588	112.349.360	
Minas Gerais	2.976.566	2.739.520	2.548.104	2.848.972	2.891.484	2.871.348	2.924.560	19.800.554	
Espírito Santo	867.189	740.128	623.504	702.760	712.530	727.223	679.819	5.053.153	
Rio de Janeiro	2.728.450	2.462.825	2.457.668	2.562.133	2.455.352	2.739.775	2.367.355	17.773.558	
São Paulo	8.915.737	8.792.928	9.146.623	9.950.984	10.434.983	12.565.990	9.914.854	69.722.099	
Sul	4.961.163	4.345.740	4.195.396	4.712.084	4.770.866	4.756.524	4.769.215	32.510.988	
Paraná	1.732.905	1.459.533	1.441.427	1.605.377	1.612.209	1.674.708	1.725.533	11.251.692	
Santa Catarina	1.215.620	1.052.708	1.034.555	1.115.272	1.159.762	1.130.936	1.100.342	7.809.195	
Rio Grande do Sul	2.012.638	1.833.498	1.719.414	1.991.434	1.998.896	1.950.880	1.943.341	13.450.101	
Centro-Oeste	2.662.413	2.419.231	2.502.800	2.628.049	2.635.368	2.675.657	2.677.076	18.200.594	
Mato Grosso	594.863	560.274	597.995	650.804	608.924	610.133	639.562	4.262.555	
Mato Grosso do Sul	542.848	514.059	534.189	534.227	533.263	557.367	571.527	3.787.480	
Goiás	990.518	915.667	862.775	944.809	991.344	1.003.955	987.767	6.696.835	
Distrito Federal	534.185	429.230	507.841	498.210	501.836	504.203	478.220	3.453.725	
Brasil	29.918.085	27.629.881	26.880.986	29.603.242	30.085.689	32.379.754	29.723.622	206.221.259	

(Conclusão)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da federação – Brasil – jan.-jul. 2013/2012

Unidade da federação	2012						
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.
Norte	1.566.998	1.414.049	1.447.141	1.563.050	1.543.909	1.581.826	1.573.924
Acre	42.018	44.902	64.228	73.270	68.968	0	0
Amazonas	483.157	482.678	457.490	533.646	517.471	592.309	549.554
Pará	574.994	485.217	533.668	557.469	549.004	554.218	583.721
Rondônia	237.773	212.118	193.556	189.852	207.807	208.664	215.768
Amapá	59.213	48.789	50.933	51.794	49.187	61.317	64.170
Roraima	41.191	36.157	34.994	39.607	36.112	38.952	36.642
Tocantins	128.652	104.188	112.272	117.412	115.360	126.365	124.068
Nordeste	4.374.184	3.877.364	3.932.707	4.147.302	3.895.562	4.163.897	4.067.512
Maranhão	331.270	290.084	309.324	289.695	293.428	309.806	324.834
Piauí	195.666	191.856	176.929	182.741	184.765	190.834	199.140
Ceará	653.003	573.046	589.179	597.947	584.894	629.804	619.269
Rio Grande do Norte	320.476	266.746	298.287	284.438	285.389	305.933	292.245
Paraíba	272.083	254.632	254.442	252.115	259.076	265.979	268.875
Pernambuco	970.523	797.335	824.672	855.314	813.174	871.307	848.419
Alagoas	231.106	197.379	205.942	196.604	187.343	198.258	195.040
Sergipe	196.361	168.541	171.620	233.380	176.819	191.107	183.541
Bahia	1.203.696	1.137.745	1.102.312	1.255.068	1.110.674	1.200.870	1.136.150
Sudeste	14.581.385	12.992.754	14.260.433	14.957.308	14.305.576	14.614.502	14.599.878
Minas Gerais	2.663.415	2.286.808	2.519.050	2.673.853	2.525.834	2.677.056	2.678.343
Espírito Santo	874.506	691.718	750.309	721.844	698.637	782.674	753.393
Rio de Janeiro	2.425.515	2.019.639	2.157.601	2.373.355	2.260.965	2.266.558	2.306.525
São Paulo	8.617.949	7.994.589	8.833.473	9.188.256	8.820.140	8.888.215	8.861.617
Sul	4.477.567	3.578.750	4.237.368	4.302.551	4.178.457	4.133.533	4.332.127
Paraná	1.491.988	1.244.345	1.434.815	1.428.905	1.477.560	1.423.047	1.584.488
Santa Catarina	1.133.414	924.784	1.037.523	1.087.371	992.127	1.025.075	961.342
Rio Grande do Sul	1.852.165	1.409.620	1.765.030	1.786.275	1.708.771	1.685.412	1.786.297
Centro-Oeste	2.380.207	1.957.017	2.168.333	2.284.471	2.666.000	1.786.505	2.369.752
Mato Grosso	534.855	453.647	521.296	563.834	556.662	548.347	550.729
Mato Grosso do Sul	483.827	412.794	452.090	502.738	482.548	0	485.686
Goiás	855.756	686.966	745.102	739.877	1.198.474	771.999	877.393
Distrito Federal	505.769	403.611	449.845	478.023	428.317	466.159	455.943
Brasil	27.380.341	23.819.933	26.045.982	27.254.682	26.589.504	26.280.263	26.943.192
							24.922.568
							184.313.897

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotape-ICMS.

Elaboração: SEI/Corref.

(...) Dado indisponível.

(*) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 28
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social– jan.-jun. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	622.350.529	2.093.861.428	582.833.150	568.319.579	4.323.025.918
Receitas correntes	622.350.529	2.093.723.164	627.591.059	604.117.220	4.562.374.750
Receita tributária	228.303.882	829.993.881	206.884.783	206.747.010	1.759.257.377
Impostos	208.074.652	690.030.586	183.564.538	187.863.056	1.489.418.999
Taxas	20.088.990	139.266.093	23.135.650	18.671.489	268.174.440
Outras receitas tributárias	140.239	697.202	184.595	212.464	1.665.938
Receita de contribuições	26.887.122	89.720.448	28.654.400	29.963.666	194.589.614
Contribuições sociais	15.617.235	52.507.955	15.637.535	17.211.288	108.293.648
Contribuições econômicas	11.269.887	37.212.493	13.016.866	12.752.378	86.295.966
Receita patrimonial	11.186.342	154.451.938	6.759.277	6.095.311	48.973.924
Receitas imobiliárias	220.173	535.353	395.193	251.809	2.243.730
Receitas de valores mobiliários	8.863.867	20.366.655	4.119.200	384.072	26.190.704
Receitas de concessões e permissões	2.101.121	7.526.505	2.242.340	2.002.306	17.074.522
Outras receitas patrimoniais	1.180	126.023.424	2.543,28	1.124,57	8.967,84
Receita industrial	56.973	171.937	100.264	202.612	983.152
Receita da indústria de construção	56.973	171.937	100.264	202.612	983.152
Receita de serviços	226.512	748.987	324.312	212.461	3.746.431
Transferências correntes	335.130.874	959.129.493	357.441.736	332.362.251	2.394.103.858
Transferências intergovernamentais	332.105.028	948.002.158	352.911.398	325.138.139	2.366.128.910
Transferências de instituições privadas	1.403.200	4.600.327	3.011.442	27.067	9.473.751
Transferências do exterior	-	-	-	5.614,88	5.615
Transferências de pessoas	1.550	11.424	4.895	13.933	141.575
Transferências de convênios	1.621.096	6.515.585	1.514.002	7.177.497	18.354.007
Outras receitas correntes	20.558.824	59.506.480	27.426.287	28.533.910	160.720.394
Multas e juros de mora	9.251.669	25.602.771	11.750.715	13.443.168	68.009.810
Indenizações e restituições	940.230	1.999.635	227.130	352.986	2.652.929
Receita da dívida ativa	8.791.036	25.557.352	14.170.513	13.608.239	80.201.507
Receitas diversas	1.575.889	6.346.721	1.227.931	1.129.516	9.806.418
Receitas de capital	-	138.264	268.336	1.998.143	40.696.709
Operações de crédito	-	-	-	-	6.027.970
Operações de crédito internas	-	-	-	-	6.027.970
Alienação de bens	-	72.414	-	31.600,00	48.102
Alienação de bens móveis	-	72.414	-	31.600,00	48.102
Transferências de capital	-	65.850	268.336	1.966.543	34.620.637
Transferências intergovernamentais	-	-	268.336	1.690.000	3.908.336
Transferências de convênios	-	65.850	-	276.543	30.712.301
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-
Dedução da COSIP	-	-	-	-	(377.219)
Dedução da receita corrente	-	-	(45.026.245)	(37.795.784)	(4.355.716.510)
Receitas (intraorçamentárias) (II)	28.242.231	86.890.666	31.852.481	33.086.617	234.779.552
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	650.592.760	2.180.752.094	614.605.631	601.406.196	4.557.725.470
Déficit (IV)	-	-	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	650.592.760	2.180.752.094	614.685.631	601.406.196	4.557.805.470

Receita intraorçamentária	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	28.242.231	86.890.666	31.852.481	33.086.617	199.077.195
Receita de contribuições	28.242.231	86.890.666	31.852.481	33.086.617	196.833.427
Contribuições Sociais	28.242.231	86.890.666	-	-	-
Receita de serviços	-	-	-	-	2.243.768
Receita de capital	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-
Total	28.242.231	86.890.666	31.852.481	33.086.617	199.077.195

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 29

Balanco orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-jun. 2013/2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	535.081.199	1.510.771.240	582.067.670	622.995.311	3.503.846.257
Despesas correntes	511.703.558	1.437.765.532	524.394.972	565.093.181	3.204.261.651
Pessoal e encargos sociais	279.533.870	833.276.553	233.649.509	245.642.224	1.499.808.400
Juros e encargos da dívida	11.571.716	34.272.654	11.562.869	11.432.862	68.832.224
Outras despesas correntes	220.597.972	570.216.325	278.982.594	308.018.095	1.635.421.027
Despesas de capital	23.377.641	73.005.709	57.672.698	57.902.130	299.584.607
Investimentos	5.449.568	12.329.209	28.456.259	34.736.859	156.106.953
Inversões financeiras	-	-	1.000.000	1.000.000	6.600.000
Amortização da dívida	17.928.073	55.886.499	28.216.439	22.165.271	136.877.654
Reserva de contingência	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	28.749.257		25.306.799	29.040.628	161.929.281
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	563.830.455	1.595.544.907	607.374.469	652.035.939	3.665.775.539
Superávit(IV)	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	563.830.455	1.595.544.907	607.374.469	652.035.939	3.665.775.539

Despesa intraorçamentária	2013		2012		
	Maio-jun.	Acumulado jan.-jun.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	28.749.257	84.773.667	25.306.799	29.040.628	161.921.419
Pessoal e encargos sociais	28.749.257	84.773.667	25.306.799	29.040.628	161.916.122
Outras despesas correntes	-	-	-	-	5.297
Despesas de capital	-	-	-	-	7.863
Investimentos	-	-	-	-	7.863
Total	28.749.257	84.773.667	25.306.799	29.040.628	161.929.281

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da **Conjuntura & Planejamento** podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

